

Entrevista

José Martonio Alves Coelho,  
ex-presidente do Conselho Federal  
de Contabilidade (CFC)

---

Artigos abordam importantes temas para a profissão

## SUMÁRIO

Palavra do Presidente 3



Entrevista/Reportagem  
**Aprender, aprender, aprender**

José Martonio Alves Coelho

5



Artigo  
**Relação entre níveis de endividamento e atributos de perfil pessoal**

Bárbara Francine Silva Sampaio, Geraldo Alemandro Leite Filho,  
João Paulo de Brito Nascimento e Ismael Mendes dos Santos Junior

13



Artigo  
**Análise da gestão dos municípios paranaenses sob ótica do IEGM,  
Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto**

Emerson Orsini Ferrari, Marta Raquel Zuchelli Felipetto e Geysler Rogis Flor Bertolini

27



Artigo  
**Evidenciação Socioambiental: uma análise dos Relatos Integrados e dos  
Relatórios de Sustentabilidade das maiores companhias brasileiras**

Rafael de Santana Cruz, Priscilla Motta Oliveira Ramos e Juliano Almeida de Faria

41



Artigo  
**Evidenciação do *fair value* nas companhias brasileiras listadas na  
Bolsa de New York**

Alicia Almeida da Silva, Grazielle Oliveira Aragão Servilha, Edineia Souza Nunes e  
Josiane Silva Costa dos Santos

57



Artigo Convidado  
**Breve panorama da Contabilidade Socioambiental**

Marcello Angotti

73



Artigo  
**Análise das publicações sobre educação financeira e alfabetização  
financeira entre 2015-2019**

Aline Oliveira de Souza, Edison de Oliveira Alves e Lucas Marin Bessa

95

## PALAVRA DO PRESIDENTE

Este bimestre é marcado pelas festividades do Dia do Profissional da Contabilidade, comemorado em 25 de Abril. Como um dos eventos mais importantes do nosso calendário contábil, a data jamais passará despercebida pelas nossas entidades, sendo lembrada onde tenhamos a presença de profissionais no exercício de seu digno labor.

Como profissionais da contabilidade, vivenciamos os 365 dias do ano como se fossem o Dia 25 de Abril! A todo o tempo, temos visto de perto a nossa Ciência Contábil crescer e se desenvolver, trilhando, aqui e ali, a sua própria estrada na busca de enquadrar-se aos padrões exigidos pelo dinamismo do mercado global. Faço um aparte para tecer um reconhecimento especial às sucessivas legiões de líderes que lutaram com exemplar bravura para deixar um legado digno para as futuras gerações. Hoje, podemos afirmar que integramos uma classe forte e madura, tendo a plena consciência da nossa relevância na sociedade.

No lado do Conselho Federal de Contabilidade, vimos implementando uma ousada política de excelência profissional, dando ênfase ao programa de educação continuada, entre outras ações igualmente importantes. A partir de resultados positivos, colhem-se melhorias significativas na qualidade técnico-científica dos serviços contábeis oferecidos pelos profissionais no mercado de trabalho; e, ainda, uma crescente motivação para acertar sempre, por meio da obtenção de conhecimentos e informações seguras e atualizadas.

Para tanto, como profissionais, precisamos evoluir, permanentemente, no conhecimento das Ciências Contábeis. Uma boa formação científica torna-se, cada vez mais, indispensável.

Dessa forma, quero deixar uma mensagem especial, principalmente, aos que estão ingressando na profissão: para vencer como profissional, há que se trabalhar

Samuel Figueira/acervo CFC



Aécio Prado Dantas Júnior  
Presidente do CFC

muito, e estudar mais ainda. Sem isso, não é possível assegurar, no tempo oportuno, o desejado espaço no mercado de trabalho, nem um bom conceito perante os seus pares. O desafio, a peleja e o bom combate são intensos, mas muito maior é o potencial de superação de um espírito jovem, em que a energia e a vitalidade definem-se como características principais.

Abre-se diante de cada um de vocês um mundo de possibilidades. As chances de vencer aumentarão à medida que vocês associarem o entusiasmo com a inteligência ativa e a disposição de lutar, sem nunca perder de vista a indispensável humildade, que leva ao aprendizado a partir das boas experiências vividas por outros.

O Sistema CFC/CRCs conta com cada um de vocês para construir uma categoria ainda mais forte, que luta com vigor por seus direitos, mas que também tem consciência de sua responsabilidade social; um grupo com ânsia de defender o ideal de construção de um Brasil mais sério, mais ético e com oportunidades para todos. E, para falar sobre esse profissional da contabilidade e um pouco da sua vasta experiência na seara contábil, a RBC convidou ninguém menos que um Mestre e conhecedor profundo da Contabilidade: o amigo, ex-presidente do CFC e detentor da Medalha João Lyra José Martonio Alves Coelho. Confira a excelente entrevista. Boa leitura.

## EXPEDIENTE

REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE  
Edição n.º 260, março/abril de 2023 – periódico bimestral  
ISSN 0104/8341

- > **Editor**  
Conselho Federal de Contabilidade  
SAUS, Qd. 5, Bl. J, Ed. CFC, Brasília (DF) – CEP 70070-920  
site: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br); e-mail: [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)
- > **Conselho Diretor**  
Presidente  
Contador Aécio Prado Dantas Júnior
- Vice-Presidentes  
Contadora Ana Tércia Lopes Rodrigues  
Contador Carlos Henrique do Nascimento  
Contador Carlos Rubens de Oliveira  
Contador Joaquim de Alencar Bezerra Filho  
Contador José Donizete Valentina  
Contador Manoel Carlos de Oliveira Júnior  
Contadora Sandra Maria de Carvalho Campos  
Contadora Vitória Maria da Silva
- > **Conselheiros Efetivos**  
Contador Adriano de Andrade Marrocos  
Técnico em Contabilidade Aginaldo Mocelin  
Contadora Andrezza Carolina Brito Farias  
Contador Bruno Sítônio Fialho de Oliveira  
Contadora Gercimira Ramos Moreira Rezende  
Contador Haroldo Santos Filho  
Contador Heraldo de Jesus Campelo  
Contador José Domingos Filho  
Contador José Gonçalves Campos Filho  
Contadora Luana Aguiar Pinheiro Costa  
Contadora Maria do Rosário de Oliveira  
Contador Mateus Nascimento Calegari  
Contadora Palmira Leão de Souza  
Contador Rangel Francisco Pinto  
Contador Sebastião Célio Costa Castro  
Contador Sérgio Faraco  
Contadora Ticiane Lima dos Santos  
Contador Wellington do Carmo Cruz
- > **Conselheiros Suplentes**  
Contador Aloísio Rodrigues da Silva  
Contadora Ana Luiza Pereira Lima  
Contadora Angela Andrade Dantas Mendonça  
Contador Antonio Carlos Sales Ferreira Junior  
Contador Antônio de Pádua Soares Pelicarp  
Contador Arleon Carlos Stelini  
Técnico em Contabilidade Cil Fanny Assis Rodrigues  
Contador Edneu da Silva Calderari  
Contador Elias Dlib Caidah Neto  
Contador Erivan Ferreira Borges  
Contador Fabiano Ribeiro Pimentel  
Contador Francisco Fernandes de Oliveira  
Contador Geraldo de Paula Batista Filho  
Contador Glaydson Trajano Farias  
Contador José Alberto Viana Gaia  
Contador Leonardo Silveira do Nascimento  
Contadora Liliana Farias Lacerda  
Contadora Lucilene Florêncio Viana  
Contadora Marlise Alves Silva Teixeira  
Técnico em Contabilidade Maurício Gilberto Cândido  
Contadora Mônica Foerster  
Contador Nilton Luiz Lima Praseres  
Contador Norton Thomazi  
Contador Roberto Schulze  
Contadora Sônia Maria da Silva Gomes  
Contador Valmir Leônico da Silva  
Contador Weberth Fernandes
- > **Coordenadora do Conselho Editorial da RBC**  
Doutora Jacqueline Veneroso Alves da Cunha
- > **Conselho Editorial da RBC**  
Doutor Antonio Ranha da Silva  
Doutor Emanuel Marcos Lima  
Doutor Ernani Ott  
Doutora Rosimeire Pimentel Gonzaga  
Doutor Wenner Glauco Lopes Lucena  
Doutorando José Luiz Nunes Fernandes  
Doutora Maria Ivanice Vendruscolo  
Doutor Fernando de Almeida Santos
- > **Jornalista Responsável**  
Rafaella Feliciano – 7830/DF
- > **Redação**  
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Projeto Gráfico**  
Igor Outeiral, Marcus Hermeto e Thiago Luis Gomes
- > **Diagramação**  
Jailson Belfort
- > **Revisão**  
Maria do Carmo Nóbrega e Elaine Cristina de Oliveira Sousa
- > **Ilustrações**  
Jailson Belfort
- > **Foto da Capa**  
Robson Cesco/acervo CFC
- > **Colaboradora**  
Maria do Carmo Nóbrega
- > **Artigos**  
Telefone: (61) 3314-9606 – e-mail: [rbcartigos@cfc.org.br](mailto:rbcartigos@cfc.org.br)

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte. Os conceitos emitidos em artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



## ENTREVISTA

# Aprender, aprender, aprender

Por Maria do Carmo Nóbrega

Capacitar e valorizar cada vez mais o profissional da contabilidade brasileiro. Esta sempre foi uma das maiores bandeiras desse líder nato, natural do Crato/CE e filho da dona Maria e do seu Antônio, José Martonio Alves Coelho. Nesta entrevista especial para a RBC, em decorrência do Dia do Profissional da Contabilidade, o contador e ex-presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) fala um pouco da leitura desse novo profissional, tecnológico e multidisciplinar, e do futuro da profissão.

Na sua visão, em cem anos, o profissional da contabilidade evoluiu muito e a classe tem motivos de sobra para comemorar a data. Baseando-se em estudo, Martonio ressalta que a Contabilidade é uma profissão promissora, destacando-se entre as oito áreas mais demandadas de 2023. Para ele, o segredo do sucesso da profissão está na capacitação profissional, na educação continuada, ou seja, quanto mais se aprende, mais a Ciência Contábil se desenvolve.

Nos três momentos em que esteve à frente do CFC

(2004/2005; 2014/2015; 2016/2017), Martonio Coelho procurou dar ênfase à conscientização das entidades contábeis sobre a importância do profissional como aliado do gestor e como agente de proteção da sociedade. Suas gestões foram marcadas por fatos que ainda hoje repercutem na classe e na profissão contábil, como a sanção da Lei nº 11.160, de 2 de agosto de 2005, que dispõe sobre a representatividade no Plenário do CFC; a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, responsável pela convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade; a criação do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC; e o reconhe-

cimento pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade do art. 76 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, que alterou o art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de junho de 1946.

Em suas gestões, também se mostrou sempre atencioso à retomada do diálogo mais afinado com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e com as mais representativas instituições atuantes no universo contábil, nacionais e internacionais, com a finalidade de buscar o atendimento dos interesses maiores da classe. Leia a entrevista a seguir.

**Revista Brasileira de Contabilidade (RBC) – A emblemática frase “Trabalhemos, pois, bem unidos, tão convencidos de nosso triunfo, que desde já consideramos 25 de Abril o Dia do Contabilista Brasileiro” foi proferida em 25 de abril de 1926 pelo Patrono dos Profissionais da Contabilidade, João Lyra. A partir da sua ampla visão na esfera contábil, aponte um motivo para a comemoração da data, neste ano de 2023, em grande estilo.**

**Martonio** – Considero que, por trás da data simbólica, não existe um motivo único para a comemoração, mas um conjunto de motivos. São incontáveis lutas, desafios e conquistas ao longo desses quase 100 anos. Durante esse tempo, nossos vários antecessores, com suas dignas competências e compromissos, buscaram a valorização e o pleno desenvolvimento da profissão – profissionais valorosos que não arredaram de sua missão de realizarem um trabalho de excelência, a partir da união de seus pares, com absoluta responsabilidade e ética.

Desde a formação dos nossos primeiros guarda-livros, que tinham atribuições mais restritas e simplórias do que as que desempenhamos atualmente, foram muitas vitórias à custa de tantas dificuldades. De 1926 para cá, a Ciência Contábil tornou-se exigente quanto ao conhecimento teórico, aperfeiçoou suas práticas, modernizou seus procedimentos e normativos e adotou a tecnologia da informação como a sua grande aliada.

Com isso, hoje, temos muito a comemorar. Comemorar o fato de que a profissão contábil alcançou o seu justo e legítimo espaço na sociedade brasileira; de que somos uma profissão indispensável, respeitada e forte, beirando a marca de 530 mil profissionais e de 85 mil organizações contábeis, totalmente afinada e em sintonia com o que estabelece a nossa lei de regência, o



Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, que regulamenta a profissão e institui os Conselhos de Contabilidade; de que transcendemos as paredes dos escritórios a partir do momento que passamos a nos capacitar e a nos aprimorar ainda mais, desenvolvendo a nossa capacidade de atuar não só dentro da lógica dos números, mas de relacioná-los ao ambiente dos negócios.

As conquistas são incontáveis: novos procedimentos contábeis, legislações e conceitos normativos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a convergência das normas brasileiras ao padrão internacional de contabilidade; regulamentação do Exame de Suficiência; instituição do Exame de Qualificação Técnica; obrigatoriedade da assinatura de um profissional da contabilidade na prestação de contas de candidatos, comitês financeiros e partidos

políticos; Sped; Escrituração Digital Contábil e Fiscal, entre outros.

Quem pesquisar a história dos profissionais da contabilidade, nas últimas nove décadas, vai encontrar razões de sobra para comemorar mais um 25 de Abril e para se orgulhar de pertencer a essa classe contábil valorizada e pujante.

**RBC – A campanha do Dia do Profissional da Contabilidade deste ano vem forte com o lema “Todo dia pode contar”. Na sua opinião, o que a sociedade brasileira pode esperar desse novo profissional e o que ainda é necessário fazer para que a profissão se desenvolva cada vez mais?**

**Martonio** – Assim como diz o mote da campanha, estamos diante de um profissional parceiro e confiável, que trabalha lado a lado com seu cliente, balizando-os nas toma-

“Além das habilidades técnicas, o profissional, nessa nova leitura, também precisa ter habilidades comportamentais (soft skills), como comunicação eficaz, capacidade de trabalho em equipe, resiliência, proatividade, ética no trabalho, pensamento crítico, criatividade, empatia, liderança, positividade, atenção para ouvir e gerenciamento de tempo.”

das de decisões. É com esse profissional que a sociedade brasileira pode contar. A vida em sociedade exige um número cada vez maior de pessoas e de competências amplas para lidar com o crescimento contínuo da produção de conhecimento e de sua disseminação. É com esse profissional que buscaremos modernizar a administração das empresas; que abriremos uma microempresa; que organizaremos as finanças; que planejaremos estratégias; e que aumentaremos os ganhos.

Hoje, o profissional tem aproveitado a abertura de mercado, a globalização e a expansão das oportunidades, adquirindo um entendimento maior e mais dinâmico dentro das áreas correlatas da Contabilidade. A seara da Contabilidade é um campo fértil, apresentando um leque de oportunidades. Ele pode reinventar a Contabilidade ao atuar em diversas áreas como contador, auditor, analista financeiro, perito contábil, professor de Contabilidade e pesquisador contábil.

Para isso, é preciso aprender. “Aprender, aprender, aprender” será a mais importante fonte de riqueza e de bem-estar para a sociedade deste novo milênio. A profissão “contabilidade” tem se destacado pela sua constante atualização técnica e pela diversidade de áreas de

atuação – fatores que têm levado à valorização da carreira. Somente com o conhecimento continuado é que alcançaremos patamares ainda mais elevados.

Além disso, o desenvolvimento tecnológico está aí. A tecnologia veio para ficar e ser a nossa grande aliada nos nossos afazeres contábeis diários. Por conta disso, nós, profissionais e organizações contábeis, temos procurado nos adaptar a esse novo formato de trabalho, buscando soluções cada vez mais eficazes com vistas a aumentar a nossa produtividade.

Inovação é a palavra de ordem. Precisamos de profissionais que estejam familiarizados com a rotina contábil, através dos diversos mecanismos digitais (fortemente acelerados pela pandemia de Covid-19) e de determinados tipos de *softwares* e sistemas de dados.

Além das habilidades técnicas, o profissional, nessa nova leitura, também precisa ter habilidades comportamentais (*soft skills*), como comunicação eficaz, capacidade de trabalho em equipe, resiliência, proatividade, ética no trabalho, pensamento crítico, criatividade, empatia, liderança, positividade, atenção para ouvir e gerenciamento de tempo. Essas aptidões ajudam o profissional a se

adequar muito rapidamente às demandas crescentes do mercado de trabalho em constante transição.

**RBC – A pandemia de Covid-19 incrementou o uso das plataformas digitais em todas as áreas. Na sua opinião, quais os impactos da tecnologia na profissão? A prestação de serviços de contabilidade pela internet é uma realidade?**

**Martonio** – É certo que a pandemia pegou todos de surpresa. Não foi somente o profissional da contabilidade que sofreu os reveses dessa crise sanitária, mas toda a população mundial. Tivemos que nos readaptar com as ferramentas disponíveis e, graças à internet e seus dispositivos on-line, já tão amplamente utilizados, adaptamo-nos bem e, na medida do possível, ao novo formato de trabalho.

Muitas profissões se adaptaram ao home office, outras exigiram o trabalho presencial, como no caso de muitas atividades relacionadas à área da saúde. Por outro lado, na Contabilidade, a pandemia trouxe o que chamamos de teleatendimento, especialmente quando do período da entrega do Imposto de Renda. À época, também houve muitos casos de fechamento de empresas, o que exigiu o aconselhamento, no modo virtual, de nossos profissionais.

Assim sendo, esse teleatendimento virou um hábito e, hoje, o profissional pode atender ao seu cliente digitalmente em outra cidade ou estado de forma muito rápida. Além disso, as plataformas e os *softwares* contábeis desenvolvidos para a execução da contabilidade têm se destacado, oferecendo mais agilidade e mais tempo para o profissional atuar como consultor dentro das empresas, orientando seus clientes. Essa postura das organizações é uma realidade mundial, que não tem volta.

Não temos dúvida de que a tecnologia tem sido uma ferramenta competitiva e grande aliada da classe contábil. Porém, nessas circunstâncias, o profissional necessita assimilar a característica de oferecer estratégias às organizações, para que novas oportunidades de crescimento empresarial sejam alcançadas, utilizando-se de ferramentas que visam ao aperfeiçoamento da produtividade e da aplicação de soluções técnicas inovadoras.

Aqueles profissionais que percebem essa necessidade, que se atualizam constantemente e que são capazes de lidar com a gran-

de velocidade das inovações tecnológicas são considerados elementos-chave nas empresas, exercendo papéis de consultores e assumindo funções diversificadas.

O conhecimento tecnológico tem adquirido cada vez mais importância na formação profissional do contador, isso porque temas como *blockchain*, criptoativos e metaverso estão muito inseridos na rotina da contabilidade. Entender como as relações mercadológicas são estabelecidas no universo digital e suas consequências em nossa realidade auxiliam o contador a se tornar um analista de dados habilitado ao auxílio de seus clientes na tomada de decisão.

**RBC – Como o senhor avalia o atual momento da profissão no Brasil? A profissão continua promissora?**

**Martonio** – No decorrer dos anos, a profissão contábil tem sido chamada a atuar com novas demandas de trabalho oriundas de uma sociedade cada vez mais exigente. Por ser uma atividade dinâmica, tem conseguido se adaptar ao intercâmbio de novas ideias e às técnicas inovadoras advindas do campo tecnológico.

Considero que a Contabilidade já alcançou notória visibilidade no mercado de trabalho, com grandes perspectivas. A história nos conta que não raro foram os momentos de conquistas até chegarmos aos dias atuais.

Assim sendo, a partir de um trabalho competente tecido a várias mãos ao longo de todas essas décadas, posso afirmar que a profissão no Brasil evoluiu e muito, pois hoje os profissionais têm à mão um leque de oportunidades para atuar nas áreas correlatas à Contabilidade, além da atraente remuneração e da própria competitividade. A profissão continua e continuará sempre promissora. Responsabilidade, competência, dedicação e permanente atualização, eis razões para se obter o sucesso profissional.

Para ratificar o que estou dizendo, a 15ª edição do *Guia Salarial da Robert Half* apresenta as posições mais demandadas em oito áreas e projeções salariais para 2023, e a área de Finanças e Contabilidade é uma delas. De acordo com o estudo, o mercado na Contabilidade está aquecido e vale a pena conferir no [link](#) acima.

Foto: Fullbles/acervo CFC





“Há pouco tempo, o CFC formou a Comissão Nacional de Educação Contábil, com a participação das Academias de Ciências Contábeis e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, para adequar os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis às novas realidades do mercado.”

**RBC – Na sua opinião, quais ações devem ser tomadas para a atração de novos profissionais?**

**Martonio** – Antes de responder, efetivamente, a essa pergunta, quero parabenizar o trabalho permanente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o total apoio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), em relação às ações tomadas para que a nossa classe de profissionais se valorize e se desenvolva cada vez mais, com o legítimo dever de defender os interesses da nossa profissão, solidificando a base científica e fortalecendo as entidades de classe. Essas são ações efetivas para a atração de novos profissionais.

A propósito, algumas de minhas bandeiras enquanto presidente foram reforçar os pilares da integração da profissão; incrementar a arrojada política de educação continuada do CFC; solidificar a base científica contábil; fortalecer as instituições contábeis – com ênfase na participação sociopolítica –; e, principalmente, consolidar as Ciências Contábeis como a profissão deste século.

Atualmente, o CFC tem avançado em políticas de diversidade, de equidade e de inclusão como forma de otimizar os fatores de atração e de retenção dos profissionais na área contábil. Para isso, a instituição lançou, em novembro do ano

passado, o projeto CFC Inclusivo. Esse projeto visa promover a integração proposta pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) – iniciativa da qual o CFC é signatário desde 2022 – em que a inclusão, em todas as suas vertentes, esteja presente.

Com isso, o CFC espera tornar a profissão mais atraente aos jovens e mais promissora aos demais profissionais. Estudos já demonstram que diversidade, equidade e inclusão tornam os ambientes profissionais mais criativos, produtivos e inovadores.

Somado a isso, temos também outras questões. Entendo que não somente as entidades contábeis, mas também profissionais e organizações contábeis, devem buscar soluções em comum com investimentos eficazes em uma capacitação mais multidisciplinar, com a realização e a participação em eventos voltados às diversas áreas da Contabilidade. Além disso, é necessário que as entidades contábeis venham a firmar parcerias com Instituições de Ensino Superior (IES), com vistas a contribuir para elevar ainda mais a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis. Isso tudo converge em qualificação profissional, capacitação e reciclagem dentro das mais diferentes áreas, como, por exem-

plo, normas internacionais de contabilidade, legislação tributária e fiscal, e especialmente tecnologia.

Somos, hoje, profissionais essenciais. A essencialidade da nossa classe de profissionais ficou ainda mais evidente durante a pandemia, a partir da consultoria e da assessoria prestadas a cidadãos e a empresas de todo o País. Somos ao mesmo tempo agente de proteção da sociedade e aliado do gestor público, corresponsáveis por zelar e orientar os gestores no trato da “coisa pública”. É necessário que a sociedade brasileira possa contar com informações contábeis confiáveis, praticadas por profissionais éticos e cumpridores de suas obrigações com responsabilidade.

**RBC – Há alguma iniciativa em parceria com as universidades para sugerir mudanças nos currículos?**

**Martonio** – Há pouco tempo, o CFC formou a Comissão Nacional de Educação Contábil, com a participação das Academias de Ciências Contábeis e dos Conselhos Regionais de Contabilidade, para adequar os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis às novas realidades do mercado. O processo de debates para a mudança foi iniciado em 2021 e contou com audiências públicas em 2022.

Para isso, temos contado com o irrestrito apoio da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), que tem se mostrado muito solícita e atenciosa à proposta. Devo parabenizar as ações conjuntas do presidente do CFC, Aécio Dantas, e da presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Maria Clara Bugarim, os quais têm trabalhado diuturnamente na iniciativa que institui novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado.

A primeira ação do CFC foi informar a IES, coordenadores e professores de cursos de graduação na área sobre a reformulação. Nessa etapa, a autarquia abriu espaço para contribuições que pudessem ajudar a elaborar o documento de base para a minuta final. Em seguida, os CRCs e as Academias Regionais foram convocados para discutir o tema em encontros locais dentro de suas jurisdições, reunindo opiniões e contribuições de todos os estados e do Distrito Federal.

O CFC recebeu contribuições e sugestões de profissionais, acadêmicos e estudantes da área para construir uma proposta que viesse a alterar a Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004, normativo que regulamenta a formação de bacharéis em Contabilidade. Após debates e conclusão da minuta, o documento foi finalizado e entrou em audiência pública no dia 2 de maio de 2022 na plataforma Participe + Brasil.

Analisadas as mais de 600 contribuições recebidas pela Comissão Nacional de Educação, a versão final da proposta foi entregue à Comissão de Educação Superior do MEC que, após avaliada, foi submetida à consulta pública no período de 1º/2 a 3/3/2023. O resultado está sendo aguardado.

Assim sendo, todos os participantes tiveram um tempo para apre-



Robson Cesco/acervo CFC

sentar as suas ideias. A adequação tem por objetivo tornar o nosso currículo menos rígido, pois o anterior não considerava as especificidades regionais. Essa realidade começou a mudar em 1996, por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A nossa proposta prevê que a formação profissional não deve se ater aos conteúdos, mas promover o desenvolvimento das competências e das habilidades dos futuros profissionais.

Até o momento, o escopo da proposta possui oito atributos; sete competências técnicas; seis competências e habilidades gerais; e sete atitudes. As características das novas diretrizes são uma educação holística, transformadora, inter e transdisciplinar; com aprendizagem interativa e centrada no estudante; e com conexão entre aprendizagem formal e informal.

É dessa forma que nossas enti-

dades contábeis trabalham no cumprimento de investir na formação do profissional da contabilidade. É crucial a atenção dessas entidades no que diz respeito à qualidade dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

**RBC – O senhor já ocupou a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por três mandatos (2004/2005; 2014/2015; 2016/2017). No seu ponto de vista, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo Sistema CFC/CRCs, em especial pelo CFC, no sentido de proporcionar maior valorização da profissão no Brasil?**  
**Martonio –** Primeiramente, quero destacar a estrada tão bem pavimentada pelos ex-presidentes do CFC, os quais fizeram um trabalho altamente competente, até com menos ferramentas do que com as que dispomos nos dias de hoje.

“Como recomendação, digo àqueles que iniciam e aos que já atuam na profissão que vençam os desafios com muita disposição e com muita humildade, executando suas tarefas com ética, zelo e transparência, ainda que considerem que, em um primeiro momento, a remuneração não seja compatível com as suas aspirações.”

É certo que todos nós que assumimos um cargo de alto grau encontramos dificuldades e grandes desafios ao desempenharmos nossas atribuições primeiras. Muitas vezes, são dificuldades que estão além de nosso alcance. Mas, mesmo com todo o esforço de meus antecessores, sentia que ainda faltava algo.

Não vou aqui elencar os meus feitos, mas vou discorrer um pouco sobre aquilo que busquei realizar em minhas gestões e tentar ser o mais objetivo possível. Antes de assumir o meu primeiro mandato, sempre batia em alguns pontos que ainda sentia sensíveis na nossa profissão. Por isso, ao assumir o meu primeiro mandato, procurei priorizar alguns desses pontos, como a valorização e a atualização permanente da nossa classe de profissionais por meio dos programas de educação continuada e, na ponta, de uma maior qualidade dos cursos de Ciências Contábeis em nossas Instituições de Ensino Superior, avaliando aspectos que transcendem as salas de aula. Não posso deixar de mencionar também a sanção da Lei nº 11.160, de 2005, que dispõe sobre a representatividade no Plenário do CFC; o frutífero trabalho do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual tive a honra de instituir

em 2005 em meu primeiro mandato no Conselho; a instituição do Exame de Suficiência; do Exame de Qualificação Técnica; e do Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do CFC.

As minhas gestões foram marcadas pelo incessante trabalho no reforço dos pilares de integração da profissão; no incremento da nossa arrojada política de educação continuada; na solidificação da base científica contábil; no fortalecimento dos Conselhos Regionais de Contabilidade; na convergência das normas internacionais; no diálogo mais próximo e afinado com os poderes constituídos brasileiros e com as entidades parceiras, com vistas ao atendimento dos interesses precípuos da classe; e, principalmente, na consolidação das Ciências Contábeis como uma profissão respeitada e ainda mais valorizada perante a sociedade.

E uma das maiores vitórias dessa gestão foi o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da constitucionalidade do art. 76 da Lei nº 12.249, de 2010, que alterou o art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946.

Para tudo isso acontecer, as dificuldades foram muitas e houve muito esforço por parte de todos os meus pares, aos quais sou muito grato. Com todas essas conquistas,

entendo que saímos vitoriosos. Digo saímos porque não fosse essa equipe integrada e coesa e esse corpo de notáveis conselheiros e presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, não teríamos andado metade do caminho.

**RBC – O senhor já conta com cerca de cinco décadas de efetivo trabalho na contabilidade. Com base na sua larga experiência, quais conselhos o senhor daria para quem está dando os primeiros passos na profissão?**

**Martonio** – Sou um entusiasta das Ciências Contábeis e muito otimista com relação ao futuro de nossa profissão. Acredito muito no reconhecimento como chave para os grandes avanços das sociedades. Como recomendação, digo àqueles que iniciam e aos que já atuam na profissão que vençam os desafios com muita disposição e com muita humildade, executando suas tarefas com ética, zelo e transparência, ainda que considerem que, em um primeiro momento, a remuneração não seja compatível com as suas aspirações. O justo reconhecimento pelo trabalho realizado virá por meio do esforço e da dedicação contínuos. Mantenham-se atualizados e capacitados, pois a Contabilidade é promissora.



# Relação entre níveis de endividamento e atributos de perfil pessoal

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a relação existente entre os níveis de endividamento e os atributos dos perfis pessoais de cada indivíduo em termos de habilidades, comportamento, conhecimento e atitudes. Tratou-se de estudo explicativo com avaliação quantitativa de dados secundários da pesquisa original realizada pelo Datafolha, que investigou as expectativas dos brasileiros com relação à sua situação financeira e à situação econômica do país. Procedeu-se a uma análise descritiva e regressão linear múltipla. Sobre a variável renda, 55,3% dos respondentes declararam renda familiar de até 3 salários mínimos. Os resultados evidenciaram que 65% dos respondentes declararam-se endividados, sendo 19,1% superendividados, 71,8% declaram-se controlados, 46,3% sem capacidade de poupança, 28,2% declaram-se ser mais instáveis, enquanto 32,6% responderam ter uma tendência de um estilo mais preocupante, enquanto 50 % estilo de vida mais tranquilo. Os resultados do modelo de regressão foram significativos e evidenciaram que 19,9% da variação do endividamento pessoal foram explicados pelas variáveis conhecimento e habilidades em controle financeiro pessoal, comportamento financeiro quanto a poupança, comportamento e atitudes com relação à materialidade, à estabilidade, à gestão financeira de longo prazo, ao comportamento em termos de estilo de vida e renda familiar.

## **Bárbara Francine Silva Sampaio**

Estudante de Administração e Bolsista de Iniciação científica da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

*E-mail:* barbarafrancinesilvasampaio@gmail.com

## **Geraldo Aleandro Leite Filho**

Graduado e doutor em Administração pela UFLA, professor e pesquisador do departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

*E-mail:* geraldo.aleandro@unimontes.br

## **João Paulo de Brito Nascimento**

Graduado e doutor em Ciências Contábeis pela UFRJ, professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alfenas (Unifal) Campus Varginha/MG.

*E-mail:* joao.nascimento@unifal-mg.edu.br

## **Ismael Mendes dos Santos Junior**

Graduado em Administração e doutorando em Ciências da Informação pela UFSC, professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG).

*E-mail:* ismael.mendes@gmail.com

## 1. Introdução

Endividamento pessoal é um tema que tem ganhado destaque na mídia, na imprensa e no meio acadêmico. Para Carvalho et al. (2017), diversos fatores estão associados ao endividamento pessoal, tais como a praticidade para contrair um crédito, o consumo imediato, a falta de planejamento financeiro, a baixa renda, o baixo letramento financeiro, além de outros fatores macroeconômicos como elevação de taxa de juros, inflação e desemprego. Endividamento pessoal é uma situação em que o indivíduo pega emprestado recursos financeiros para pagamento futuro em parcelas sequenciais. Caso ocorra o não cumprimento nos valores e nas datas previamente acordadas, esse se tornará uma pessoa inadimplente.

Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), que monitora mensalmente os níveis de endividamento e inadimplência das famílias brasileiras, o percentual de famílias endividadas no Brasil alcançou 76,1% do total dessas famílias em janeiro de 2022, sendo o maior percentual apresentado des-

de 2010. Esse valor demonstrou uma alta de quase 10 pontos percentuais em relação a janeiro de 2021, cujo indicador foi de 66,5%. Além do aumento já observado, o biênio 2020-2021 apresentou o agravante causado pela pandemia de Covid-19, que impactou negativamente na economia do país. A renda dos consumidores foi afetada, houve a perda do poder compra das famílias, o fechamento de comércios e serviços e uma elevação no número de desempregados em março de 2021 a 14,8 milhões de brasileiros. Além disso, os estímulos fiscais e monetários despendidos com o objetivo de combater a crise sanitária que está sendo enfrentada, causaram uma redução do PIB brasileiro e o de outros países.

Claudino et al. (2009) sugerem a educação financeira como uma das maneiras de reduzir o endividamento no Brasil por meio de ações de letramento financeiro das pessoas. Os autores concluíram no seu estudo que, da análise da relação entre educação financeira e endividamento pessoal, os maiores níveis de dívidas estavam associados abaixo do conhecimento de educação financeira, sendo que a falta de conhecimento gerou ineficiência na gestão do dinheiro, deixando as pessoas ainda mais vulneráveis a crises financeiras mais graves.

Pinheiro (2008) concorda que o endividamento e a educação financeira estão relacionados, isso porque a educação proporciona conhecimento e ferramentas para o bom uso dos empréstimos e financiamentos, coopera

com o sistema econômico, permite aos agentes consumir produtos e serviços financeiros de forma adequada, e reduz o risco de descumprimento de obrigações com terceiros (inadimplência). Segundo Frankenberg (1999), nos casos da falta de gestão ou descontrole de recursos financeiros, é provável graus altos de endividamento que podem comprometer a vida financeira das pessoas. O autor sugere a necessidade de se estabelecer regras para os gastos da vida pessoal, evitando, assim, níveis elevados de endividamento por meio da educação financeira e do conhecimento de atributos de perfil pessoal.

Frankenberg (1999) observa que se faz necessário construir, mediante conscientização sobre educação financeira, conhecimentos, habilidades e atitudes para o trato com o dinheiro, uma vez que tal concepção não surgirá naturalmente e que há essa lacuna na educação tradicional. Além disso, o autor reitera a importância da análise do ambiente no qual o indivíduo está inserido, da sua personalidade e, conseqüentemente, quais dos atributos do perfil pessoal relacionados com o dinheiro.

Para Mosmann (2019), conhecer os atributos do perfil financeiro é importante para organizar as finanças pessoais, evitando, assim, níveis elevados de endividamento. Segundo a autora, o perfil financeiro é o conjunto de características que cada pessoa possui no momento de lidar com o próprio dinheiro. Embora cada pessoa possua um perfil diferente da outra, existem características comuns. Basicamente, elas podem ser divididas em: Devedor; Gastador; Desligado; Pougador; Investidor. Aliado à falta de educação financeira ou desinteresse nesse assunto, muitas pessoas sequer sabem se reconhecer como devedoras ou poupadoras.



“A competência pessoal pode ser definida, segundo Boog (2002), como a soma das habilidades, do comportamento, do conhecimento e das atitudes no ser humano. Os autores definem a competência pessoal como conjunto de características percebidas nas pessoas que as levam a um desempenho superior.”

Segundo Frankenberg (1999), entender o perfil pessoal em termos de habilidades financeiras, traços de personalidade, letramento financeiro e competências pessoais torna-se relevante no momento da tomada de decisão financeira pessoal ou familiar. Quando se conhece o perfil, é capaz de avaliar melhor as oportunidades relacionadas aos gastos pessoais e suas possíveis consequências. Segundo o autor, tradicionalmente, os principais perfis em finanças pessoais estão relacionados apenas com as decisões de investimentos, enfatizando os graus de aversão ao risco. Contudo, há uma carência de definições de perfis pessoais com relação à questão das decisões pessoais de financiamentos, ou seja, endividamento e gestão dos gastos.

O perfil pessoal ou comportamental é um conceito amplo que pode ser subdividido em habilidades, personalidade e competências pessoais (SPECTOR, 2002; SILVA, 2005; ROBBINS et al. 2010; LACOMBE, 2011; FERNANDES, 2013; BERGAMINI, 2017).

Segundo Silva (2005) e Robbins et al. (2010), as habilidades indicam o quanto uma pessoa está apta para executar determinada tarefa e as atitudes envolvidas, tais como: proatividade, boa comunicação, liderança, capacidade de análise, ge-

renciamento do tempo, inteligência emocional, criatividade e resolução de problemas. No aspecto de finanças pessoais, as habilidades são as características, os conhecimentos e as atitudes usadas, visando ao desempenho financeiro pessoal favorável. Para Lacombe (2011), a habilidade financeira é a capacidade de executar com êxito as tarefas ou funções relacionadas à vida financeira do indivíduo.

Já a personalidade, segundo Fernandes (2013) e Bergamini (2017), pode ser definida como o conjunto de características individuais compostas pelas maneiras de pensar, sentir e agir. Para os autores, a personalidade não representa um elemento vago, ela distingue cada pessoa dos seus hábitos motores, das motivações psíquicas e, conseqüentemente, dos tipos de relacionamento interpessoal. A personalidade define a maneira de executar uma determinada função. Segundo Spector (2002), a personalidade é a predisposição ou tendência de uma pessoa a se comportar de determinado modo em situações diferentes. Assim, as características de personalidade podem ser importantes porque certas classes de comportamento são relevantes para explicar o desempenho das finanças pessoais de cada indivíduo.

A competência pessoal pode ser definida, segundo Boog (2002), como a soma das habilidades, do comportamento, do conhecimento e das atitudes no ser humano. Os autores definem a competência pessoal como conjunto de características percebidas nas pessoas que as levam a um desempenho superior. Para Bergamini (2017), as competências são elementos incluídos no sujeito para que leve a resultados positivos e/ou a desempenho superior. Segundo o autor, quanto maior a competência do indivíduo para lidar com uma situação ou um problema relacionado às finanças pessoais, em razão de suas habilidades, seu comportamento, seu conhecimento e suas atitudes, maior será a probabilidade de atingir ou satisfazer os objetivos e resolver tais problemas.

Nesse contexto, diversos estudos foram elaborados acerca da temática de educação financeira, enfatizando, em especial, o perfil pessoal e o endividamento pessoal ou familiar.

Donadio et al. (2012) estudaram o papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros e ressaltaram a importância que o comportamento de uso e acesso ao cartão de crédito e o nível de alfabetização financeira como habilidade financeira têm no endividamento do consumidor brasileiro.

Candido e Fernandes (2014) investigaram quais foram os principais motivos do endividamento das pessoas, e concluíram que houve defasagem no ensino de finanças e economia básica relatada pelos respondentes, o que gerou dificuldades em administrar suas finanças pessoais, tendo a falta de habilidades e conhecimentos em finanças pessoais ocasionado o aumento nos níveis de endividamento.

Vieira et al. (2014) investigaram a relação entre o comportamento e as atitudes materialistas e o endividamento, e verificaram também a diferença das variáveis socioeconômicas em relação a esses dois componentes. Concluíram que houve uma correlação positiva entre o fator felicidade e a variável endividamento, o que revelou que os indivíduos que atrelam o consumo à felicidade tendem a endividar-se mais.

O estudo de Ribeiro e Ribeiro (2016) demonstrou a carência e a importância da educação financeira, visando ao planejamento financeiro, criando a maturidade financeira em termos de conhecimento e atitudes financeiras. Eles concluíram que o planejamento financeiro e o controle de gastos são habilidades geradoras de comportamento financeiro pessoal.

Pontes (2018) investigou o impacto da alfabetização econômica, as atitudes em relação ao endividamento e ao consumo sobre o nível de endividamento das pessoas. Concluiu que a alfabetização econômica e o comportamento racional de consumo não exerceram grande influência no nível de endividamento pessoal, ao passo que comportamentos impulsivos e compulsivos de compra, hedonismo e a austeridade impactaram no nível de endividamento pessoal. Entre as características, percebeu-se que indivíduos afirmaram possuir dificuldades financeiras familiares estão mais propensos ao endividamento.

Langaro (2018) relacionou o perfil pessoal dos entrevistados (habilidades, comportamento, conhecimento e atitudes) aos níveis de endividamento pessoal. Concluiu que essa relação com o dinheiro e suas finanças pessoais só é possível por meio do entendimento da importância do dinheiro e do controle dele. Independentemente do meio pelo qual o indivíduo busca tais informações, salientou a necessidade do planejamento financeiro aliado aos procedimentos de controle de gastos para que seja possível evitar altos níveis de endividamento pessoal.

Diante do contexto apresentado, o objetivo geral deste trabalho foi investigar a relação existente entre os níveis de endividamento e os atributos dos perfis pessoais de cada indivíduo em termos de habilidades, comportamento, conhecimento e atitudes.

Entende-se que, ao abordar tal assunto, contribui-se para a discussão acerca do fato de que o endividamento pessoal não está somente vinculado a características sociodemográficas, como idade ou classe social, mas também aos atributos e ao perfil de cada indivíduo, tendo em vista os padrões e as características pessoais adotados. Com o intuito de agregar mais conhecimentos aos trabalhos anteriores, esta pesquisa justifica-se ao buscar relacionar as diversas características e os perfis pessoais existentes aos níveis de endividamento das pessoas. Acredita-se que a identificação dessa relação pode contribuir com futuras pesquisas para o apontamento das principais características associadas ao endividamento e à elaboração de possíveis estratégias na tentativa de redução nos níveis de endividamento pessoal.





## 2. Procedimentos Metodológicos

Caracterizou-se como um estudo explicativo. Esse tipo de pesquisa busca identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fatos. Quanto à abordagem, classificou-se como um estudo de avaliação quantitativa, uma vez que usou métodos e técnicas para interpretação de um conjunto de dados numéricos que foram tratados estatisticamente. Quanto à coleta de dados, foram utilizados dados secundários da pesquisa original, realizada pelo Datafolha, que investigou as expectativas dos brasileiros com relação à sua situação financeira e à situação econômica do país. Os dados da pesquisa original foram coletados de 3.666 respondentes em 191 municípios brasileiros, de 13 a 16 de dezembro de 2021. Segundo o Datafolha, a pesquisa teve a margem de erro de 2 pontos percentuais, e nível de confiança de 95%. O estudo tem característica explicativa, pois irá verificar a relação de variáveis com o endividamento pessoal. Por se tratar de dados secundários, entendeu-se que os dados foram validados e seriam confiáveis para a realização da pesquisa proposta, visto que o instituto Datafolha é um departamento de pesquisa consolidado, que, desde 1983, atua em todo o Brasil, realizando coletas de dados, elaboração, atualização e verificação de informações em todo o território nacional. Possui uma equipe constantemente treinada por programas de qualidade com o objetivo de garantir resultados seguros (<https://datafolha.folha.uol.com.br/sobre/estruturaatual/index.shtml>). As variáveis definidas para o presente trabalho, retiradas da pesquisa supracitada, foram as seguintes:

Tabela 1: Variáveis da pesquisa

Variável	Tipo	Mensuração
Níveis de endividamento pessoal	Variável dependente, a ser explicada	Escala de 1 (muito endividado) a 7 (sem dívidas)
Habilidades de organização	Variável independente	Escala: 1 (desorganizado) a 7 (organizado)
Conhecimento e habilidades em controle financeiro pessoal	Variável independente	Escala: 1 (extravagante) a 7 (controlado)
Atitudes no processo de compras	Variável independente	Escala: 1 (cuidadoso com o dinheiro) a 7 (impulsivo)
Comportamento pessoal	Variável independente	Escala: 1 (agitado) a 7 (calmo)
Atitudes no processo de tomada de decisões	Variável independente	Escala: 1 (racional) a 7 (emocional)
Conhecimento e visão de mundo	Variável independente	Escala: 1 (idealista) a 7 (realista)
Habilidades de planejamento e execução em finanças	Variável independente	Escala: 1 (planejador, sonhador) a 7 (Realizador, prático)
Comportamento financeiro quanto à poupança	Variável independente	Escala: 1 (poupador) a 7 (comprador)
Comportamento e atitudes com relação à materialidade	Variável independente	Escala: 1 (apegado) a 7 desprendido)
Estabilidade	Variável independente	Escala: 1 (instável) a 7 (estável)
Gestão financeira de longo prazo	Variável independente	Escala: 1 (sem reserva) a 7 (com reserva)
Comportamento em termos de estilo de vida	Variável independente	Escala: 1 (preocupante) a 7 (tranquila)
Idade	Variável de controle	Escala de 1 (menor) a 7 (maior)
Escolaridade	Variável de controle	Escala de 1 (menor) a 7 (maior)
Renda familiar	Variável de controle	Escala de 1 (menor) a 7 (maior)

Fonte: adaptada da pesquisa Datafolha (2021).



A análise dos dados foi feita em duas etapas: primeiramente, procedeu-se a uma análise descritiva de cada resposta (variável) que objetivou descrever e sumarizar o conjunto de dados de uma maneira geral; depois, foi processada uma regressão linear múltipla por Mínimos Quadrados Ordinários que, para atender ao objetivo principal do trabalho, apresentou, de forma completa, a relação entre a variável dependente (níveis de endividamento pessoal) e todas as outras variáveis

do modelo. Para processar todas as análises, foi usado o software SPSS 18.0. Cabe ressaltar que a regressão linear múltipla foi processada com todas as variáveis inicialmente previstas no modelo (Tabela 1). Foi verificado que as variáveis habilidades de organização, atitudes no processo de compras, comportamento pessoal, atitudes no processo de tomada de decisões, conhecimento e visão de mundo, habilidades de planejamento e execução em finanças, idade e escolaridade apresentaram-se não significativas e foram excluídas da análise descritiva e do modelo de regressão. Assim, processou-se uma nova regressão somente com as variáveis significativas que foram: conhecimento e habilidades em controle financeiro pessoal, comportamento financeiro quanto a poupança, comportamento e atitudes com relação à materialidade, à estabilidade, à gestão financeira de longo prazo, ao comportamento em termos de estilo de vida e renda familiar.

### 3. Resultados e Discussão

#### 3.1 Análise Descritiva

Pela análise dos dados, observou-se que 49,11% dos respondentes eram casados ou com companheira(o) e 50,89% eram viúvos, solteiros ou separados; 37,44% declararam não terem filhos ou dependentes. Quanto à escolaridade, observou-se que 73,8% da amostra têm até ensino médio completo e 16,4 % superior completo com ou sem pós-graduação.

Sobre a variável renda familiar, 55,3% dos respondentes declararam renda familiar de até 3 salários mínimos, sendo 31,6% com renda até dois salários mínimos que foi a maior frequência observada. Sobre esse aspecto, a literatura sobre renda familiar e sua influência no endividamento não é consensual. Segundo Raaij e Gianotten (1990), pessoas com rendimentos mais elevados gastam mais e contraem mais empréstimos e revelam uma maior propensão para usar cartões de crédito e aumentar o endividamento. Por outro lado, Zerrenner (2007); Bricker et al. (2012); Lucena et al. (2014); Vieira et al. (2014) entendem que, quanto menor o nível de renda, mais vulneráveis à dívida as pessoas ficam. Santos e Souza (2014), com base nos resultados encontrados por eles em seus estudos, também sustentam a hipótese de que as pessoas de rendas mais baixas são mais propensas ao aumento do endividamento.

Com relação aos níveis de endividamento pessoal, verificou-se que 35 % das pessoas se declararam sem dívidas, 65% declararam ter algum nível de dívidas. Do total dos respondentes, 19,1% declararam-se muito endividados. Os resultados aqui encontrados foram compatíveis com a pesquisa PEIC, em que a quantidade de famílias endividadas alcançou 76,1% do total das famílias brasileiras. En-

tretanto, nem toda a totalidade da população se preocupa com educação financeira, tampouco com planejamento financeiro, prova disso são os índices recordes que o nível de endividamento das famílias brasileiras vem atingindo nos últimos anos (DONADIO et al. 2012).

Com relação à variável conhecimento e habilidades em controle financeiro pessoal, 14,7% dos respondentes consideraram-se extravagantes e 71,8% controlados, sendo 34% muito controlados. Os resultados corroboram os trabalhos de Ruberto et al. (2013), Bonono et al. (2017), Pindyck e Rubinfeld (2006), pois tais autores entendem que os níveis elevados de endividamento das famílias brasileiras estão ligados ao consumismo, ao materialismo e à falta de autocontrole, pela tomada de decisões de compra por impulso e por terem estilo de vida extravagante. Muitos consumidores acabam comprando sem realmente estarem precisando e se endividam (PICCINI & PINZETTA, 2014). O consumismo, como consequência de comportamentos extravagantes, compromete financeiramente, endivida e até mesmo escraviza as pessoas.

No quesito comportamento financeiro quanto à poupança, 32,8 % declararam que tendem a ser mais poupadores e que 46,3% são mais compradores, sendo que a maior frequência observada (entre os 46,3% mais compradores), foi em muito comprador (21,4%). Com relação à variável comportamento e atitudes com relação à

materialidade, 33,4% entenderam ser mais apegados e 49,2% desprendidos, tendo a maior frequência sido observada no mais alto grau de desprendimento (24,3%). Quanto à variável de perfil pessoal com relação à estabilidade de comportamento, 28,2% declararam-se ser mais instáveis, enquanto 53,6% estáveis, tendo a maior frequência sido observada no mais alto grau de estabilidade (23,1%). Para a gestão financeira de longo prazo, 36,5% declararam-se com níveis baixos de reserva financeira e 47,5% tendência de bons níveis de reservas financeiras, tendo a maior frequência sido observada no mais alto grau de ter reservas financeiras (20,3%). Quanto ao comportamento de estilo de vida, observou-se que 32,6 % responderam ter uma tendência de um estilo mais preocupante, enquanto 50 % estilo de vida mais tranquilo, tendo a maior frequência sido observada no mais alto grau de ter vida mais tranquila (21,6%).



“Ao se processar a regressão, partiu-se do pressuposto de que o relacionamento entre as variáveis foi linear e que todos os valores da variável de saída (endividamento) são independentes, ou seja, cada resposta ou valor da variável endividamento provém de uma entidade (pessoa) em separado e não estão relacionados.”

Segundo Nascimento (2019), os níveis elevados de endividamento são causados pelo fato de as pessoas não saberem como lidar com a renda e com a baixa educação financeira, além de não possuírem conhecimentos. Porém, existem outros fatores que também determinam o endividamento, como, por exemplo, o aumento significativo do custo de vida da população e uma média salarial muito baixa; a alta do desemprego e a inflação, que fazem as famílias diminuírem seus consumos e recorrerem a dívidas, mesmo que de forma inconsciente. Entende-se que não necessariamente as pessoas fazem escolhas erradas, mas, em razão da situação ser crítica, essas pessoas não têm outra opção a não ser se endividar.

Nesse sentido, ao observar os resultados das variáveis, entende-se que atitudes como impulsividade e instabilidade, que poderiam estar presentes nas pessoas mais gastadoras e que não se preocupam com o futuro e tampouco usam ferramentas de planejamento e controle

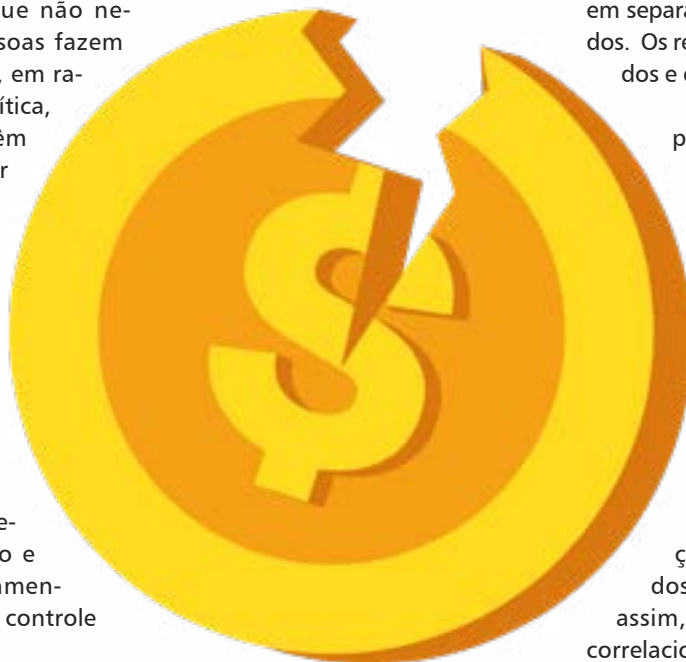
financeiro pessoal, poderiam pertencer às pessoas mais endividadas o que, conseqüentemente, as levariam a um estilo de vida mais preocupante. Estudos advogam que o comportamento materialista das pessoas gastadoras é um dos determinantes do endividamento. Quanto pior for o comportamento materialista e de compra compulsivas do indivíduo, maior será a propensão a endividar-se. Quanto maior o controle do comportamento de compras compulsivas do indivíduo, menor será sua propen-

são a endividar-se e, conseqüentemente, não terem reservas de poupança (RUBERTO et al. 2013; BONONO et al. 2017, PINDYCK & RUBINFELD, 2006; PICCINI & PINZETTA, 2014).

### 3.2 Modelo de Regressão

Ao se processar a regressão, partiu-se do pressuposto de que o relacionamento entre as variáveis foi linear e que todos os valores da variável de saída (endividamento) são independentes, ou seja, cada resposta ou valor da variável endividamento provém de uma entidade (pessoa) em separado e não estão relacionados. Os resultados foram apresentados e discutidos a seguir.

Foram feitos testes de especificação dos modelos de regressão. A estatística Durbin-Watson (D-W) avaliou a hipótese de independência dos erros ou autocorrelação serial (residual). Valores menores que 1 e maiores que 3 são motivo de preocupação. O resultado de 1,974 indicou que não houve autocorrelação serial (residual) nos dados em questão, indicando, assim, que os erros foram não correlacionados (FIELD, 2009).



Com relação à colinearidade (Tabela 2), o teste de diagnóstico de colinearidade (VIF) e a análise da matriz de correlação identificaram que não existiu relacionamento linear perfeito entre os previsores, ou seja, não foi verificada correlação alta entre as variáveis dependentes, o que sugere ausência de colinearidade entre as variáveis. Plotou-se um gráfico dos resíduos da regressão para verificar se os erros (resíduos) apresentaram como variáveis aleatórias normalmente distribuídos e para testar a suposição de homocedasticidade. Verificou-se que os pontos se comportaram aleatoriamente distribuídos em torno do 0, sem nenhum comportamento ou tendência, e isso apontou indícios de que a variância dos resíduos é homocedástica e os resíduos se apresentaram como variáveis aleatórias normalmente distribuídos.

### 3.2.2. Discussão dos Resultados da Regressão

A regressão foi processada pelo método Enter e foi obtido um R múltiplo de 0,449 (positivo e significativo) e um R quadrado ajustado de 0,199, o que significou que 19,9% da variação dos níveis de endividamento foram explicados pela variação das variáveis explicativas do modelo. O modelo de regressão apresentou-se significativo como um todo (F Sig.  $p < 0,000$ ) (Tabela 2).

A variável renda familiar apresentou coeficiente positivo e significativo a 5%, indicando que, quanto menor a renda, maior o nível de endividamento pessoal para os dados em questão. Assim, corrobora os resultados dos estudos de Zerrenner (2007); Bricker et al. (2012); Lucena et al. (2014); Vieira et al. (2014), Santos e Souza (2014), Nascimento (2019). Ainda nesse sentido, apesar de as pessoas de baixa renda esta-



Tabela 2 - Resultados do modelo de regressão multivariada

Variáveis do Modelo	Beta	Erro Padrão	P>[t]	VIF
Constante	1,960	0,195	0,000*	
Renda Familiar	0,039	0,002	0,026**	1,003
Conhecimento e habilidades em controle financeiro	0,113	0,023	0,000*	1,007
Comportamento financeiro quanto à poupança	-0,045	0,019	0,015**	1,120
Comportamento com relação à materialidade	-0,031	0,018	0,084***	1,047
Estabilidade de comportamento	0,117	0,021	0,000*	1,246
Gestão financeira de longo prazo	0,205	0,020	0,000*	1,320
Estilo de vida	0,203	0,020	0,000*	1,256

N=3.666; R2 Múltiplo: 0,449; R2Ajustado:0,199; D-W: 1,974

\*sig. <1%; \*\*sig. <5%; \*\*\* sig < 10%

rem sendo obrigadas a restringir o consumo em comparação às pessoas de rendas mais altas, podem precisar recorrer ao crédito para situações de urgência ou iniciativas de empreendedorismo, como forma de complementação de renda, o que pode aumentar seu endividamento.

Na análise da variável conhecimento e habilidades em controle financeiro pessoal, foi obtido coeficiente positivo e significativo a 1%, evidenciando que, quanto mais controlado financeiramente, menor o nível de endividamento

pessoal, quanto mais tendente a extravagante, maior o nível de endividamento pessoal.

Os resultados da variável comportamento financeiro quanto à poupança revelaram coeficiente negativo e significativo a 5%, sugerindo que, quanto maior a tendência de ser comprador, maior o nível de endividamento pessoal, quanto mais poupador, menor o nível de endividamento pessoal. Entende-se que a questão de ser poupador é uma das consequências de ter níveis de endividamento baixo ou zerado e vice-versa.

“Quanto pior for o comportamento materialista e de compra compulsivas do indivíduo, maior será a propensão a endividar-se. Quanto maior o controle do comportamento de compras compulsivas do indivíduo, menor será sua propensão a endividar-se.”



Tais resultados já eram esperados, pois confirmaram a sugestão de que as pessoas mais gastadoras estão mais endividadas e as que estão com baixos níveis de dívidas são as que possuem capacidade de poupança, validando os trabalhos consultados nessa temática (Ruberto et al. 2013; Bonono et al. 2017, Pindyck & Rubinfeld, 2006; Piccini & Pinzetta, 2014), os quais advogam que o comportamento materialista extravagante das pessoas gastadoras

é um dos determinantes do endividamento. Quanto pior for o comportamento materialista e de compra compulsivas do indivíduo, maior será a propensão a endividar-se. Quanto maior o controle do comportamento de compras compulsivas do indivíduo, menor será sua propensão a endividar-se. Os resultados ainda corroboram os trabalhos de Donadio et al. (2012), Candido e Fernandes (2014), Ribeiro e Ribeiro (2016) e Langaro (2018), nos quais

os autores concluíram que a alfabetização financeira e o uso de ferramentas de planejamento e controle de gastos podem minimizar os níveis de endividamento pessoal.

A variável comportamento e atitudes com relação à materialidade demonstrou coeficiente negativo e significativo a 10%, sugerindo que, quanto maior tendência de ser desprendido, maior o nível de endividamento pessoal, quanto mais tendente a ser apegado, menor o nível de endividamento pessoal. Esses resultados também eram esperados teoricamente, pois demonstram o despreparo das pessoas com o dinheiro, principalmente o desapego como estratégia de justificação de tais atitudes. Corroborando Arcuri (2018), a falta de diálogo, o fato de se levar uma vida desprendida e possivelmente o paradigma de não se falar de finanças pessoais com outras pessoas (até mesmo com a família) podem ser alguns dos gatilhos do endividamento populacional; com Donadio et al. (2012); Nascimento (2019) e Avdzejus et al. (2012), que observaram a falta de planejamento e controle financeira aliada à facilidade do concedido pelas instituições financeiras, gera consumo exagerado e níveis mais altos de endividamento nas pessoas.

“No aspecto de finanças pessoais, tais habilidades elencadas são as características, os conhecimentos e as atitudes usadas visando ao desempenho financeiro pessoal favorável, no caso menores níveis de endividamento.”



Os resultados validam as conclusões de Vieira et al. (2014), nas quais indivíduos que atrelam o consumo à felicidade tendem a endividar-se mais, e de Pontes (2018), o qual discute que comportamentos impulsivos e compulsivos de compra, hedonismo e austeridade impactaram no aumento do nível de endividamento pessoal.

A variável de perfil pessoal com relação à estabilidade de comportamento revelou coeficiente positivo e significativo a 1%, demonstrando que, quanto maior a tendência de ser estável, menor o nível de endividamento pessoal, quanto mais tendente a ser instável, maior o nível de endividamento pessoal.

Na mesma direção da anterior, a variável de perfil pessoal financeiro quanto ao futuro, gestão financeira de longo prazo, apresentou coeficiente positivo e significativo a 1%, explicando que, quanto maior a tendência de ter reservas financeiras, menor o nível de endividamento pessoal, quanto mais tendente a não ter reservas, maior o nível de endividamento pessoal.

Finalmente, a variável comportamento pessoal em termos de estilo de vida obteve um coeficiente

positivo e significativo a 1%, sugerindo que, quanto maior a tendência de ter uma vida mais tranquila, menor o nível de endividamento pessoal e ter uma vida mais preocupada maior o nível de endividamento pessoal.

A explicação das últimas três variáveis, a saber, estabilidade de comportamento, perfil pessoal financeiro quanto ao futuro e estilo de vida podem ser consequência dos altos níveis de endividamento, conforme advogam os autores, baseados nas atitudes de consumismo, na falta de controle, na instabilidade, na vida atribulada financeiramente e no materialismo. Davies e Lea, (1995) observaram que esses tipos de indivíduos têm uma atitude favorável às operações de crédito, têm um nível de

endividamento maior e estão mais sujeitos à publicidade. Nesse sentido, Ruberto et al. (2013), Bonono et al. (2017), Pindyck e Rubinfeld (2006), Piccini e Pinzetta (2014) entendem que os níveis elevados de endividamento estão ligados à falta de autocontrole. Segundo os autores, a instabilidade, uma vida atribulada e o materialismo podem causar altos níveis de endividamento que, por sua vez, não permitem a pessoa ter reservas financeiras (poupanças).

Os resultados do estudo sugerem que a habilidade e a atitude de controle financeiro podem gerar a atitude para sobra de recursos para poupança (reservas financeiras), juntamente com o comportamento de ser mais apegado e, conseqüentemente, melhores níveis de renda familiares proporcionariam menores níveis de endividamento pessoal e uma vida mais tranquila. No aspecto de finanças pessoais, tais habilidades elencadas são as características, os conhecimentos e as atitudes usadas visando ao desempenho financeiro pessoal favorável, no caso menores níveis de endividamento, validando as assertivas teóricas de Lacombe (2011), Silva (2005) e Robbins et al. (2010).

Com relação à personalidade, sendo o conjunto de características individuais compostas pelas maneiras de pensar, sentir e agir, os resultados sugerem, pelos dados descritivos, que os maiores percentuais das pessoas entrevistadas na pesquisa são compradores, são estáveis, declararam-se satisfeitos com níveis de reserva financeira, apresentam estilo de vida mais tranquilo e os maiores percentuais com renda de dois a três salários mínimos. Para essas pressuposições, infere-se que as características de personalidade estão relacionadas às habilidades, às atitudes e ao comportamento que explicam o nível de endividamento de cada indivíduo. Validam, assim, as assertivas teóricas de Fernandes (2013) e Bergamini (2017), Spector (2002), Boog (2002).

#### 4. Conclusão

O objetivo geral deste trabalho foi relacionar o nível de endividamento pessoal aos atributos dos perfis pessoais de cada indivíduo. Os resultados da análise descritiva evidenciaram as características gerais da amostra: 49,11% dos respondentes eram casados ou com companheira(o), 37,44% declararam não terem filhos ou dependentes, 73,8% da amostra têm até ensino médio completo e 16,4 % superior completo com ou sem pós-graduação. Sobre a variável renda, 55,3 % dos respondentes declararam renda familiar de até 3 salários mínimos.

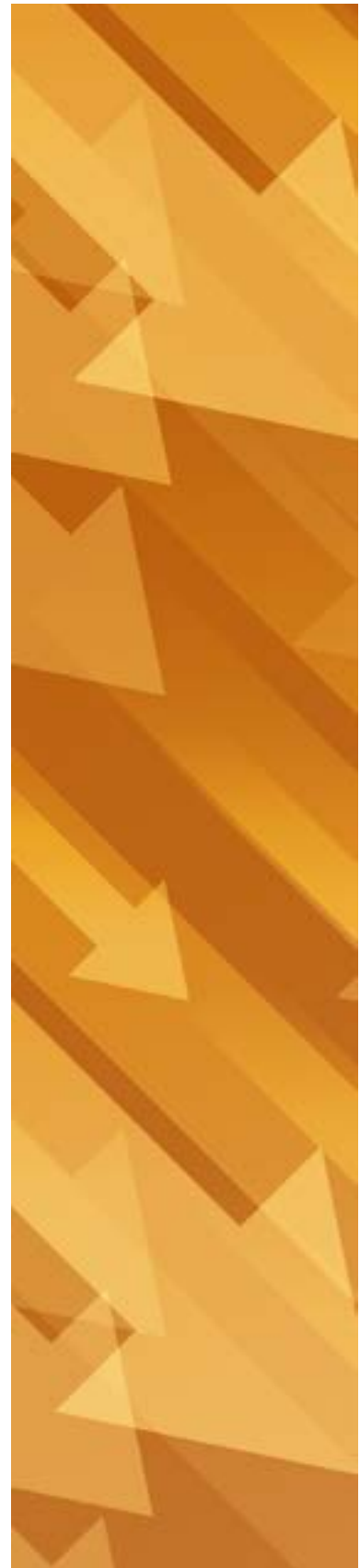
Com relação às variáveis de interesse da pesquisa, verificou-se que 35% das pessoas se declararam sem dívidas, sendo que 65% declararam endividadas; 19,1% do total de respondentes muito endividados; 14,7% dos respondentes consideraram-se extravagantes e 71,8% controlados; 32,8% declararam que tendem a ser mais poupadores; 46,3% são mais compradores; 33,4% entenderam ser mais apegados e 49,2% despren-

didados; 28,2% declaram-se ser mais instáveis, enquanto 53,6% afirmaram ser estáveis; 32,6% responderam ter uma tendência de um estilo mais preocupante, enquanto 50 % estilo de vida mais tranquilo.

Os resultados do modelo de regressão evidenciaram que 19,9% da variação do endividamento pessoal foram explicados pelas variáveis da pesquisa, a saber, conhecimento e habilidades em controle financeiro pessoal, comportamento financeiro quanto a poupança, comportamento e atitudes com relação à materialidade, à estabilidade, à gestão financeira de longo prazo, ao comportamento em termos de estilo de vida e renda familiar.

Concluiu-se, com base nos resultados da regressão, que os aumentos do nível de endividamento pessoal poderiam ser explicados por menor nível de renda familiar, des controle financeiro, maior tendência de ser comprador ou consumista, maior tendência de ser desprendido, maior tendência de ter comportamento instável, menor preocupação em ter reservas financeiras e ter um estilo de vida mais preocupado.

Sobre as limitações da pesquisa, elenca-se a escassez de materiais a respeito desse assunto, em especial livros e pesquisas específicas que tratam dos perfis, atributos e sua relação com o endividamento. Embora a propagação da educação financeira tenha se intensificado nos últimos anos na mídia em geral, as bases de dados são raras e não atualizadas anualmente para acompanhar as tendências das pessoas. Entende-se que o estudo e acompanhamento dessas relações revelam a realidade e podem servir de base para ajudar a traçar estratégias, que visem à redução dos níveis de endividamento pessoal e ao desenvolvimento do tema no Brasil. Sugere-se, assim, a continuidade dos estudos futuros na temática de letramento financeiro, endividamento e finanças pessoais dos brasileiros.



## Referências

- ARCURI, N. (2018). *Dez passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso*. Rio de Janeiro: Sextante.
- AVDZEJUS, E. E., Santos, A. C. & Santane, J. O. de. (2012). *Endividamento precoce: uma análise da concessão de crédito e dos fatores que influenciam no endividamento de jovens universitários da Faculdade Unime no Município de Lauro de Freitas/BA*, 2012. Anais do IX SEGET.
- BERGAMINI, C. W.(2017). *Motivação nas organizações*. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- BONOMO, B., Mainardes, E. W. & Laurett, R. (2017). Compra não planejada e endividamento pessoal: uma análise de relação. *Revista Administração em Diálogo*.- RAD, 19(3), 49-69.
- BOOG, M. (2002). *Manual de gestão de pessoas: estratégias e tendências*. São Paulo: Editora Gente.
- BRICKER, J., Kennickell, A. B., Moore, K. B. & Sabelhaus, J. (2012). Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010: evidence from the survey of consumer finances. *Federal Reserve Bulletin*, 98(2), 1-80.
- CANDIDO, J. G. & Fernandes, A. H. S. (2014). Educação financeira e nível do endividamento: relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 5(2), 894-913.
- CARVALHO, H. A. de, Sousa, F. G. & Fuentes, V. L. P. (2017). Representação social do endividamento individual. *RPCA*, 11(1), 1-15.
- CLAUDINO, L.P., Nunes, M.B., Oliveira, A. R. & Campos; O. V. (2009). *Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública*. Anais XVI Congresso Brasileiro de Custos – Fortaleza.
- DAVIES E. & LEA S. (1995). Student attitudes to student debt. *Journal of Economic Psychology*, 16(4),663-679.
- DONADIO, R, Campanario, M. de A. & RANGEL, A. de S. (2012). O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. *Revista Brasileira de Marketing*, 11(1),75-93.
- FERNANDES, B. R. (2013). *Gestão estratégica de pessoas: com foco em competências*.1. ed. Rio de Janeiro. Elsevier.
- FIELD, A. (2009). *Descobrimo a estatística usando o SPSS*. São Paulo: Artmed.
- FRANKENBERG, L. (1999). *Seu futuro financeiro: você é o maior responsável*. Rio de Janeiro: Campus.
- LACOMBE, F. J. M. (2011). *Recursos Humanos: princípios e tendências*. 2. ed. São Paulo: Saraiva.
- LANGARO, A. (2018). *Perfil da população brasileira em relação à gestão de finanças pessoais*. 2018. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade e Escola, Tapejara.
- LUCENA, W. G. L., Santos, J. M. A., Assis, J. T. & Santos, M. C. (2014). *Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de Toritama/PE à luz das finanças comportamentais*. *Holos*, 6(1), 90-113.
- MOSMANN, G. (2019) *O que é perfil financeiro e como descobrir qual é o seu?* Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/perfil-financeiro/> Acesso em: 20 jun. 2021.
- NASCIMENTO, T. G. (2019). *O papel do comportamento financeiro e da educação financeira no endividamento*. [Dissertação de Mestrado]. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo.
- PICCINI, R. A. B & pinzetta, G. (2014). *Planejamento financeiro pessoal e familiar. Seminário de iniciação científica, seminário integrado de ensino, pesquisa e extensão e mostra universitária*, 98. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/5736>. Acesso em 31 mai. 2021.



PINDYCK, R. S. & Rubinfeld, D. L. (2006). *Microeconomia*. São Paulo: Pearson, Prentice Hall.

PINHEIRO, R. P. (2008). *Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão*. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <<http://www.fbss.org.br/dados/wwwfbss/artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20e%20Financeira%20-%20a%20nova%20fronteira%20dos%20fundos%20de%20pens%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2021.

PONTES, M. D. M. (2018). *Os impactos dos conhecimentos e comportamentos econômicos no nível de endividamento pessoal* [Dissertação de Mestrado]. Mestrado em Administração. Universidade Estadual do Ceará – UECE: Fortaleza, 98 f.

RAAJI, W. & Gianotten, H. (1990). Consumer confidence, expenditure, saving, and credit. *Journal of Economic Psychology*, 11 (1), 269-290.

RIBEIRO, K. C. M. & Ribeiro, Z. M. de O. B. (2016). *Finanças pessoais: o perfil financeiro dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis do Instituto de Estudos e Pesquisa do Vale do Acaraú – Unidade de Extensão Tianguá/CE*. 2016. Disponível em: <[https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2017/10/FINANCAS\\_PESSOAIS\\_O\\_PERFIL\\_FINANCEIRO\\_DOS\\_ACADEMICOS\\_DO\\_CURSO\\_DE\\_Ciencias\\_CONTABEIS\\_DO\\_INSTITUTO\\_DE\\_ESTUDOS\\_E\\_PESQUISAS\\_DO\\_VALE\\_DO\\_ACA.pdf](https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2017/10/FINANCAS_PESSOAIS_O_PERFIL_FINANCEIRO_DOS_ACADEMICOS_DO_CURSO_DE_Ciencias_CONTABEIS_DO_INSTITUTO_DE_ESTUDOS_E_PESQUISAS_DO_VALE_DO_ACA.pdf)>. Acesso: 20 nov. de 2021.

ROBBINS, S P., Judge, T. A. & Sobral, F. (2010). *Comportamento organizacional*. 14. ed. São Paulo: Person Prentice Hall.

RUBERTO, I. V. G., Silveira, V. G., Vieira, K. M. & Bender Filho, R.(2013). *A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005-2012*. Estudos do CEPE, 37(1), 58-77.

SANTOS, T. & Souza, M. J. B. (2014). Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. *Revista Alcance*, 21 (1), 152-180.

SILVA, M. de O. (2005). *Gestão de pessoa através do sistema de competências: estratégias, processos, desempenho e remuneração: fundamentos e aplicação*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

SPECTOR, P. E. (2002). *Psicologia nas organizações*. São Paulo: Saraiva.

VIEIRA, K. M., Flores, S. A. M. & Campara, J. P. (2014). *Propensão ao endividamento no município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais*. Teoria e Prática em Administração, 4 (2) 180-205.

ZERRENNER, S. A.(2007). *Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda*. [Dissertação de Mestrado] Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA/USP. São Paulo.





# Análise da gestão dos municípios paranaenses sob ótica do IEGM, Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto

O objetivo consistiu em verificar a influência dos índices Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto na efetividade da gestão municipal nos municípios paranaenses, no período de 2019 a 2021, na perspectiva da Efetividade da Gestão Pública. Desenvolveu-se um modelo de regressão linear com dados em painel com uma amostra contendo os 399 municípios do Estado do Paraná, no período de 2019 a 2021. Os dados foram coletados nos sítios eletrônicos do TCE-PR e do CFA. Os resultados demonstraram que os índices Desenvolvimento Escolar e Produto Interno Bruto influenciaram no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM). Foi possível concluir que a efetividade da gestão municipal, representada pela qualidade na execução das ações, pode, por meio da utilização dos indicadores de desempenho escolar, social e econômico, medir a efetividade da gestão, além de ser instrumento para monitorar e avaliar os serviços prestados com fins de buscar melhorias em prol da sociedade.

## Emerson Orsini Ferrari

Profissional de Nível Superior Sênior. Mestre em Contabilidade. Docente nas disciplinas de Administração de Custos e Administração Financeira. Itaipu Binacional.

*E-mail:* emersonferrari@yahoo.com.br

## Marta Raquel Zuchelli Felipetto

Contadora e mestre em Contabilidade. Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

*E-mail:* mrzuchelli2020@gmail.com

## Geysler Rogis Flor Bertolini

Orientador. Professor doutor da Unioeste - docente do doutorado em Desenvolvimento Rural sustentável, do mestrado profissional em Administração e do mestrado em Contabilidade da Unioeste. Doutor em Engenharia de Produção. Universidade Estadual do Oeste de Paraná (Unioeste).

*E-mail:* geysler\_rogis@yahoo.com.br

## 1. Introdução

A administração pública tem como finalidade a busca pela aplicação dos recursos públicos, com vistas à efetividade das políticas públicas (FRAGA et al., 2019), de forma eficiente com o objetivo de atender aos interesses da sociedade (CASTRO; SILVA 2017), apresentada por meio dos resultados das ações governamentais (BACIU; BO-TEZAT, 2014).

Nas últimas décadas, a administração pública passou por mudanças, com a edição da Lei n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), da Lei Complementar n.º 131, de 29 de maio de 2009 (Lei da Transparência) e da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de

2011 (Lei de Acesso à Informação). A partir da promulgação dessas leis, a relevância no setor público em otimizar os gastos com recursos para a prestação de serviços públicos, bem como a necessidade de planejar, formular ações, programar políticas e cumprir funções são atividades inerentes à gestão pública (PINTO et al, 2021).

O arcabouço teórico dessa discussão baseia-se na Teoria da Agência, uma das principais teorias que fundamentam a estrutura das relações de governança pública, de Jensen e Meckling (1976). Essa teoria baseia seus pressupostos em uma espécie de contrato entre o principal e o agente, por meio do qual destacaram ser o conflito de interesses o principal determinante a in-

fluenciar na estrutura das organizações. Azevedo e Aquino (2016), no que se refere à gestão pública, reiteram que iniciativas de elaboração de índices que ajudem a monitorar a administração pública, como é o caso do IEGM, podem proporcionar a adoção de melhores práticas por parte da gestão pública.

Nessa ótica, evidencia-se os princípios da eficiência, da efetividade e da transparência do setor público como principais fatores que direcionam a gestão pública (HWA-NG; AKDEDE, 2011). Viana (2010) acentua que a efetividade seria a escolha mais pertinente no que se refere aos investimentos e serviços a serem executados, conforme as necessidades da população, com grau de qualidade nesses serviços.

Existem ferramentas e formas para avaliar a gestão municipal, as quais se destacam os índices desenvolvidos por órgãos de controle, tais como o Índice de Efetividade de Gestão Municipal (IEGM) formulado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB).

No que se refere ao IEGM, esse indicador visa avaliar a efetividade da gestão administrativa das prefeituras. O índice é composto por sete indicadores envolvendo as áreas: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, proteção das cidades e governança da tecnologia da informação (IRB, 2017).

Conceitualmente, a gestão pública deve ser continuamente aprimorada para o alcance de determinados fins, como reduzir a pobreza, melhorar a educação, estimular a competitividade da economia, incentivar a conservação de recursos naturais, entre outros (NASCIMENTO, 2010). O estudo de Linhares et al. (2020) identificou que as políticas públicas dos municípios brasileiros por meio do IEGM contribuem com a análise do nível de desenvolvimento das regiões.



“Hendriksen e Van Breda (1999) descrevem que o agente se compromete a realizar certas tarefas para o principal e o principal compromete-se a remunerar o agente. Os autores destacam que aos agentes atribuem-se compromissos e obrigações assumidos em nome do principal.”

Nesse contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **Os índices Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto influenciaram na Efetividade de Gestão Municipal, no período 2019 a 2021?** Para esse questionamento, o objetivo do estudo consiste em verificar a influência dos índices: Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto na efetividade da gestão municipal nos municípios paranaenses, no período de 2019 a 2021, sob a perspectiva do desempenho da gestão.

O estudo justifica-se pela relevância do tema no setor governamental, com vistas a fornecer informações que auxiliem os cidadãos no desempenho da gestão dos municípios paranaenses, visando, assim, reduzir a assimetria de informações, bem como estimular a sociedade a exercer o controle social, ao fiscalizar e monitorar os resultados da gestão pública, por meio dos indicadores de efetividade e governança da gestão. Dessa forma, as informações dos resultados da gestão municipal podem diminuir essas assimetrias, além de demonstrar evidências empíricas acerca de uma gestão pública eficiente.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Teoria da Agência

A teoria da Agência é definida como um contrato, no qual o principal contrata uma pessoa (denominada agente) para representá-lo atribuindo, portanto, autoridade de decisões ao agente. Ambas as partes (o agente e o principal) têm suas ações visando à maximização de seus benefícios e interesses pessoais (JENSEN; MECKING, 1976). De acordo com os autores, nessa relação os interesses do agente nem sempre podem estar em consonância com os do principal.

Hendriksen e Van Breda (1999) descrevem que o agente se compromete a realizar certas tarefas para o principal e o principal compromete-se a remunerar o agente. Os autores destacam que aos agentes atribuem-se compromissos e obrigações assumidos em nome do principal.

No âmbito do setor público, Viana (2010) descreve sob a ótica externa que o principal pode ser compreendido como o cidadão, o contribuinte ou o eleitor, que, pelo voto, irá eleger os agentes, que são os gestores públicos, responsáveis por gerir os recursos financia-

dos pelo principal, mediante o pagamento de impostos.

Fundamentado na teoria da Agência, Suzart (2012) menciona que há evidências de que os gestores públicos, ao invés de atenderem às demandas sociais, podem visar interesses pessoais. Isso pode ser percebido no aumento no número de notícias sobre desvios e má gestão de recursos públicos, nas últimas duas décadas, tanto no cenário brasileiro quanto no internacional.



Nessa ótica, a teoria da Agência aplicada ao setor público permite evidenciar situações de conflitos e de falta de assimetria informacional entre os gestores públicos (agentes) e a sociedade (principal) no que se refere à obtenção de informações acerca dos resultados das ações da gestão pública. Cabe à concepção de Rockenmeyer e Vieira (2017), tornar importante o cuidado com a assimetria de informação entre o consumidor e o ente prestador dos serviços para se evitar que ela prejudique a qualidade da utilização do recurso público.

O estudo de Suzart (2012) buscou determinar a relação entre o grau de independência e o nível de desempenho dos órgãos superiores (no caso brasileiro dos Tribunais de Contas) com o grau de transparência de uma nação. Com base na Teoria da Agência, especialmente no que diz respeito ao conflito de agência entre gestores e cidadãos, o autor constatou que o grau de independência e o bom nível de desempenho de uma instituição de exame superior estão associados a um bom grau de transparência tributária.

Nessa perspectiva, sob a ótica da Teoria da Agência, o monitoramento das ações do gestor público (agente) por meio da avaliação de

efetividade da gestão, pode amenizar os efeitos da assimetria informacional. De acordo com Castro e Silva (2017), a função da administração pública é gerir os recursos públicos de forma eficiente, tendo por meta alcançar os interesses da sociedade. Porém, em determinadas situações, os interesses particulares dos gestores podem influenciar a sua tomada de decisão, distanciando-as da supremacia do interesse público.

## 2.2 Efetividade da Gestão Pública

A efetividade no setor público analisa em que medida os resultados de uma ação ou programa apresentam benefícios à população (CASTRO, 2006). Planejar e gerir recursos públicos, com efetividade nas ações, fazem parte da proposta de um modelo contemporâneo de gestão pública, que se insere na busca pela melhoria contínua dos serviços públicos de forma a atender os anseios da sua população (MATIAS-PEREIRA, 2010; MEIRELLES, 2003).

Para Castro e Silva (2017) essa nova metodologia na forma de administrar os recursos públicos com fins de utilização eficaz dos recursos públicos na busca por melhor desempenho e, conseqüentemente,

satisfazer aos cidadãos com serviços de qualidade, tem sido denominada de “nova gestão pública” (*new public management*).

Nesse quesito do uso correto dos recursos públicos para melhoria das condições de vida da população, por meio de políticas públicas, Moura et. al (2017) citam que compete aos gestores públicos potencializar serviços de qualidades com efetividade, constantemente no intuito de buscar a melhor forma de realizar os serviços para que eles sejam eficazes. Cunha (2011) evidencia que compete à gestão pública atentar-se para o bem-estar dos seus munícipes, na busca dos melhores resultados para as ações planejadas, pautados pela efetividade de suas ações.

Importante mencionar que os gestores devem estabelecer as metas de desenvolvimento levando-se em conta a complexidade e as variáveis existentes, para serem capazes de buscar o desenvolvimento de forma mais eficaz (NIWA et. al., 2014). A efetividade refere-se a um conjunto de capacidades que englobam eficiência e eficácia, que, juntos, propiciam melhores condições de vida à sociedade, com bens e serviços de qualidade (CASTRO, 2006; MATIAS-PEREIRA (2010).

“O estudo de Suzart (2012) buscou determinar a relação entre o grau de independência e o nível de desempenho dos órgãos superiores (no caso brasileiro dos Tribunais de Contas) com o grau de transparência de uma nação.”

No que concerne à efetividade, tem-se que os resultados impactarão ou não em benefícios à população. Cohen (1993) evidencia que o primeiro passo para se construir uma gestão efetiva é a utilização de indicadores de gestão como forma de medir o desempenho das entidades públicas. Figueiredo Filho et al. (2013) corroboram essa ideia ao descrever que os indicadores permitem estimar a efetividade das ações governamentais e avaliar em que medida o dinheiro público está sendo eficientemente utilizado.

Nessa ótica, o estudo de Alcure Neto et al. (2021) verificou a associação entre o indicador Educação (I-Educ), que compõe uma das dimensões do IEGM, com indicadores que acompanham o aprendizado dos alunos e as matrículas em tempo integral, nos anos de 2015 e 2017 nos municípios dos estados brasileiros, totalizando 7.852 observações. Os autores evidenciam que a contribuição prática da pesquisa está em conferir aos Tribunais de Contas, aos gestores públicos e à sociedade civil embasamento estatístico da capacidade do I-Educ de avaliar a efetividade dos atos de gestão educacional, demonstrando que os quesitos aplicados, decorrente do monitoramento de infraestrutura e práticas administrativas, possibilitam o acompanhamento do aprendizado do aluno da rede pública municipal.

Já o estudo de Oliveira et al. (2022) analisou a eficiência e a produtividade de gastos, ações e serviços de saúde nos municípios mais populosos do Ceará antes e depois da EC 95/2016. Os resultados demonstraram que depois da vigência da EC 95/2016 há maior quantidade de municípios eficientes e com maiores escores de eficiência, não sendo identificada correlação entre a eficiência e os indicadores PIB *per capita* e IEGM\_Saúde.

No quesito efetividade na gestão pública, destaca-se o estudo de Alves e Lee (2019), que analisou o índice de efetividade em municípios cearenses no ano de 2017. Os autores verificaram que o IEGM permite um maior entendimento da gestão municipal e possibilita identificar pontos de oportunidade de melhoria na efetividade da gestão.

Na mesma temática, cita-se o estudo de Silva (2020) que comparou o IEGM/TCESP dos municípios paulistas entre os anos de 2014 a 2017. Os resultados evidenciaram que o IEGM é um importante instrumento de avaliação da gestão pública, para ampliação e aperfeiçoamento do controle externo, do controle social e da autoavaliação dos gestores públicos.



Já a pesquisa de Zubyk et al. (2019) buscou identificar o nível de eficiência na gestão dos recursos locais aplicados nas áreas de educação e saúde dos municípios paranaenses, referente ao período de 2001 a 2012. Os resultados indicaram que aproximadamente 8% dos municípios paranaenses apresentaram eficiência máxima, em relação à gestão dos recursos destinados às áreas de educação e de saúde, em algum dos períodos analisados.

### 2.3 Indicadores de Desempenho com a Efetividade da Gestão Pública

Os indicadores de desempenho são considerados fundamentais para a fiscalização da gestão pública, bem como uma importante ferramenta gerencial para a administração pública (TADACHI & FLORES, 2005). A utilização de indicadores oportuniza aos gestores o controle mais eficiente dos gastos públicos (PACE et al., 2003), ao enfatizar os resultados das ações realizadas pelo poder público (ALVES, 2001).

Dessa forma, destaca-se a utilização dos indicadores no monitoramento da utilização dos recursos públicos com base na execução das ações planejadas e na *accountability*. Salienta-se que os indicadores são utilizados como balizadores para correção de ações implementadas, ou mesmo para novas ações, no intuito de ser eficaz na gestão pública (RIBCZUK; NASCIMENTO, 2015).

No que se refere aos indicadores de desempenho, ressalta-se a citação do TCU (2014) quanto à importância deles para o monitoramento das ações desenvolvidas, especificamente porque esses têm capacidade de apresentar o nível em que se encontra a prestação de serviços, não apenas quanto à qualidade, mas, também, para se ter um panorama mais explícito em que se deseja chegar com essas ações.

### 2.3.1 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), usado para a definição acerca da efetividade da gestão dos municípios, foi desenvolvido pelo TCE-SP e coordenado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB). Composto de indicadores destinados a demonstrar as ações da gestão pública (IRB, 2019). O IEGM tem por finalidade verificar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas, a fim de avaliar a qualidade dos gastos dos municípios. Também, visa constatar se os objetivos estratégicos estão sendo alcançados de forma efetiva (PASSOS; AMORIM, 2018).

O IEGM é composto de sete (7) áreas de execução da gestão pública: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança em tecnologia da informação. O Quadro 1 apresenta áreas, indicadores e a descrição das informações para formação do IEGM.

O IEGM tem relevante papel quanto à garantia das ações e/ou programas das gestões municipais, visto que ele tem a capacidade de demonstrar as áreas em que os municípios estão atuando com eficiência, bem como indicar setores que carecem de melhorias (IRB, 2017). Outro destaque pode ser atribuído à possibilidade de comparar os desempenhos entre municípios, isso porque o IEGM é apresentado em cinco faixas de resultado (A, B+, B, C+ e C), definido após aplicação de um modelo matemático (ANUÁRIO, 2016). A Tabela 1 elenca os níveis de classificação e critérios do IEGM.

O objetivo do IEGM consiste em verificar as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, concluindo como altamente efetiva a gestão (ANUÁRIO, 2016). Para a definição das faixas de resultado, são observados outros dois critérios além dos citados na

#### Quadro 1 – Descrição das áreas e indicador do IEGM

Área	Indicador	Descrição
Educação	I-EDUC	Mede os resultados das ações na área de educação infantil e ensino fundamental, com foco na infraestrutura escolar. Inclui aspectos da avaliação escolar, planejamento de vagas, atuação do Conselho Municipal de Educação, alimentação escolar, entre outros;
Saúde	I-SAÚDE	Ênfase na atenção básica, programa saúde da família, atuação do Conselho Municipal de Saúde, atendimento a doenças, prevenção, campanhas de vacinação e orientação à população, entre outros;
Planejamento	I-PLAN	Avalia o planejamento e a execução dos orçamentos, com atenção a metas físicas e indicadores dos programas;
Gestão Fiscal	I-FISCAL	Avalia a execução financeira e orçamentária, bem como transparência e atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
Meio Ambiente	I-AMB	Mede o resultado de políticas relativas ao meio ambiente, incluindo resíduos sólidos, saneamento, educação ambiental e atuação de Conselho Municipal;
Cidades Protegidas	I-CID	Avalia o planejamento de ações de proteção aos cidadãos, com especial atenção a sinistros, desastres, planos de contingência e atuação da defesa civil;
Governança de Tecnologia da Informação	I-GOV TI	Realiza um diagnóstico do conhecimento e uso dos recursos de Tecnologia da Informação, segurança da informação, capacitação de pessoal e transparência.

Fonte: adaptado de (IRB, 2017).

#### Tabela 1 - Classificação e critérios do IEGM

Nota	Classificação	Critério
A	Altamente efetivo	IEGM a partir de 90% da nota máxima e, pelo menos, 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	Muito efetivo	IEGM maior ou igual a 75% e menor que 90% da nota máxima
B	Efetivo	IEGM maior ou igual a 60% e menor que 75% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM maior ou igual a 50% e menor que 60% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor ou igual a 49,99%

Fonte: Anuário (2016).

#### Tabela 2 – Pesos dos índices do IEGM

ÍNDICE	I-Educ	I-Saúde	I-Planej.	I-Fiscal	I-Amb	I-Cidade	I-Gov TI	TOTAL
PESO	20%	20%	20%	20%	10%	5%	5%	100%

Fonte: TCE/PR (2022).

Tabela 2, sendo eles: diminuição de um grau na nota geral do IEGM quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na educação; e realocação para faixa de resultado C quando não observar o contido no art. 29-A da Constituição Federal, que se refere ao percentual gasto de despesa com o Poder Legislativo municipal em relação às receitas tributárias e de transferências (TCE-SP, 2020).

Para fins de indicação, a composição do índice IEGM, com os pesos

relativos encontra-se na Tabela 2.

De modo geral, Silva e Mário (2018) caracterizam o IEGM como uma prática que deve ser seguida pelos demais órgãos de controle externo. Os autores mencionam o índice como uma ferramenta cujo objetivo é evidenciar a correspondência entre as ações dos governos e as demandas das comunidades.





### 3. Metodologia

Para atender ao objetivo deste estudo, a pesquisa foi descritiva, documental e de abordagem quantitativa. Buscou identificar as áreas do IEGM que têm sido efetiva quanto ao Desenvolvimento Social (DVS), ao Desenvolvimento Escolar (DE) e ao Produto Interno Bruto (PIB), com o levantamento de informações, por meio de dados secundários coletados e mapeado pela técnica *ex-post-facto*, que analisa fatos passados que influenciaram nas variáveis do estudo (RAUPP; BEUREN, 2013).

A população compreendeu os 399 municípios do Estado do Paraná, cujos dados foram coletados diretamente do site do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do Conselho Federal de Administração (CFA) e organizados em forma de planilha do Microsoft Office Excel 365®. O período do estudo compreendeu os anos de 2019 a 2021. O constructo da pesquisa, com a definição das variáveis independente e dependente, consta no Quadro 2:

As variáveis dependentes e as independentes, constantes do constructo da pesquisa da Tabela 4, foram estudadas por meio da análise de dados em painel – regressão linear, de modo a ser possível estudar, simultaneamente, as variações das variáveis ao longo do tempo e entre diferentes indivíduos. O formato em painel permitiu ter dados mais informativos, com maior variabilidade, menor colinearidade e maior grau de liberdade de forma a buscar uma melhor precisão de efeitos que não poderiam ser vistos apenas em corte transversal ou série temporal pura (GUJARATI; PORTER, 2011).

Buscou-se realizar os testes e verificar, dentre os modelos de dados em painel, *Pooled* (Empilhado), Efeitos Aleatórios ou *RandomEffects* (RE) e Efeitos Fixos ou *FixedEffects* (FE), aquele que melhor expli-

Quadro 2 – Constructo da Pesquisa

Variável	Indicador	Fonte
Dependente	Indicador de Efetividade IEGM	IRB / TCE-PR
Independente	Índice de Desenvolvimento de Educação (DE)	Conselho Federal de Administração (CFA)
	Índice de Desenvolvimento Social (DVS)	
	Produto Interno Bruto (PIB)	

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 3 – Testes para definir modelo de painel IEGM

F de Chow		Breusch-Pagan		Hausman	
F	p-value	Chisq	p-value	Chisq	p-value
5,7888	< 2,2 e-16	446,12	< 2,2 e-16	7,5076	0,05736

Fonte: dados da pesquisa (2022).



ca as variáveis coletadas no estudo. Os testes foram realizados para se chegar ao melhor modelo para o IEGM e se encontram na Tabela 3.

O Teste F de Chow identificou, dentre os modelos *Pooled* e Efeitos Fixos. Aceitar a hipótese nula conduziria para aceitar o modelo *Pooled*, rejeitá-la seria aceitar o modelo de Efeitos Fixos (Vergini et al., 2015). O *p-value* foi inferior a 0,05 e, neste caso, o modelo de Efeitos Fixos foi considerado melhor do que o modelo *Pooled*. Já o teste de Breusch e Pagan conduziu para a melhor escolha entre os modelos de *Pooled* e Efeitos aleatórios. Aceitar a hipótese nula conduziria o estudo para a utilização do modelo *Pooled* (GUJARATI; PORTER, 2011).

O *p-value* foi menor que 0,05, rejeitou-se a hipótese nula e trouxe o modelo de Efeitos Aleatórios superior ao *Pooled*. Por fim, realizou-se o teste de Hausman para identificar o melhor modelo entre Efeitos Aleatórios e Efeitos Fixos. Aceitar a hipótese nula conduziria ao modelo de Efeitos Aleatórios (GUJARATI; PORTER, 2011). O *p-value* foi superior a 0,05, logo, aceitou-se a hipótese nula e, conseqüentemente, o modelo de Efeitos Aleatórios foi melhor que o de Efeitos Fixos.

Para se verificar os índices dos municípios paranaenses, que são parte da amostra, à luz da Teoria da Agência, foi utilizado um modelo de regressão linear que pode ser observado na equação (1):

$$IEGM_{it} = \alpha + \beta_1 DE_{it} + \beta_2 DEV_{it} + \beta_3 PIB_{it} + \mu_{it}$$

Em que  $\beta$ , variável dependente do estudo, refere-se aos índices IEGM da cidade  $i$  no ano  $t$  é o intercepto da reta; os  $\beta$  são os coeficientes angulares:  $DE_{it}$ ,  $DEV_{it}$  e  $PIB_{it}$  que são as variáveis independentes das cidades  $i$  no ano  $t$  e  $\mu_{it}$  é o termo de erro estocástico.

O painel é um método a ser estruturado quando se tem um número considerável de pontos de dados, de forma que se possa reduzir a colinearidade das variáveis explicativas e aumentar os graus de liberdade, a fim de que se tenha maior eficiência na estimativa econométrica (GUJARATI; PORTER, 2011).

Após a realização dos testes, identificou-se que o modelo mais adequado para o estudo da amostra da pesquisa foi o de Efeitos Aleatórios para os dados do IEGM.

## 4. Análise dos Resultados e Discussão

### 4.1 Estatística Descritiva

A pesquisa utilizou uma amostra de 399 municípios paranaenses, com dados referentes ao período de 2019 a 2021, totalizando um número de 1.197 observações, no que se refere aos indicadores do IEGM:

Variável	IEGM	DE	DVS	PIB
Variável	IEGM	DE	DVS	PIB
Observações	1197	1197	1197	1197
Média	59,6500	6,8790	5,497	30.570,00
Desvio padrão	7,0046	1,5546	2,3478	15.153,09
Mínimo	37,5000	1,6060	0,0000	10.679,00
Máximo	81,3000	9,9820	10,0000	165.067,00

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Desenvolvimento Escolar (DE)	Desenvolvimento Social (DVS)	Produto Interno Bruto (PIB)
1,1214	1,1062	1,0199

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Desenvolvimento Social (DVS), Desenvolvimento Escolar (DE) e Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados obtidos referente às variáveis analisadas dos municípios pesquisados são apresentados na Tabela 4.

A análise das estatísticas descritivas da variável dependente do estudo, o indicador de Efetividade (IEGM), apresenta média de 59,65%. Observa-se uma amplitude significativa no que diz respeito aos dados mínimo de 37,50% e máximo de 81,30%. Essa amplitude demonstra os resultados das ações dos municípios analisados, bem como a classificação da efetividade dos municípios conforme a Tabela 1 (Classificação e critérios do IEGM), citada no tópico 2.3.1.

Com relação à variabilidade, representada pelo desvio-padrão, está em 7,00%, não sendo uma variabilidade baixa, mas, também, não é das maiores, portanto, é um valor considerado médio.

No que se refere ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), a Tabela 6 apresenta a variável Desenvolvi-

mento Escolar (DE) média 6,87%, com mínimo de 1,60% e máxima de 9,98% pontos. A variável Desenvolvimento Social (DVS), média 5,49%, com mínimo de 0,00% e máxima de 10,00% pontos e a variável Produto Interno Bruto (PIB), obteve média 30,570, com um mínimo de 10.679 e máximo 165.067 pontos.

### 4.2 Análise do Índice de Efetividade da Gestão Municipal

Inicialmente, apresenta-se a realização dos testes complementares para estudar a ausência de multicolinearidade das variáveis dependentes, normalidade dos dados e da estacionariedade da série.

Com fins de identificar a existência de correlação que pode conduzir a um aumento nos erros padrão dos coeficientes, realizou-se o teste do fator de inflação de variância (GUJARATI; PORTER, 2011). Segundo Guajarti e Porter (2011), VIF será aceitável se esse for menor que 10. A Tabela 5 apresenta os valores do fator de inflação da variância (VIF).

Quanto à normalidade dos dados, utilizou-se de Kolmogorov-Smirnov, que apresentou resultado do  $p$ -value 0,3705, superior a 0,05, confirmou a normalidade dos dados.



“Destaca-se, inicialmente, que o valor do coeficiente de determinação ( $R^2$ ) foi de 0,08702, o que significa que somente 8,72% da variação do IEGM foi explicada pelas variáveis independentes (Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto).”

Buscou-se, por meio do teste de Dickey-Fuller, a estacionariedade da série, testar a raiz unitária, se essa fosse estacionária demonstraria que a média e variância constante no tempo e a covariância dependeria somente da defasagem temporal entre eles (GUJARATI; PORTER, 2011). A Tabela 6 apresenta o resultado com um *p-value* inferior a 0,05, podendo-se afirmar que a série é não-estacionária e, desta forma, é possível utilizar os estimadores padrões para a regressão.

Posteriormente, testou-se a série para a homocedasticidade (variância constante do erro) por meio do teste de Breusch-Pagan. A hipótese nula é a da homocedasticidade dos resíduos, conforme Tabela 7, o *p-value* do teste foi superior a 0,05, aceitou-se, então, que os dados são homocedásticos.

De posse dos resultados dos testes para a série e que demonstraram que ela tem os parâmetros necessários no que tange à homocedasticidade dos erros, à ausência de multicolinearidade, à normalidade dos dados e à estacionariedade da série foram realizados os cálculos a partir do modelo de dados de Efeitos Aleatórios, apresentado na Tabela 8.

Destaca-se, inicialmente, que o valor do coeficiente de determina-

Tabela 6 – Teste de Dickey-Fuller

Augmented Dickey-Fuller Test		
Dickey-Fuller	Lag Order	P-value
8,9895	9	0,01

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 7 – Teste de Breusch-Pagan

Teste Studentizado de Breusch-Pagan		
BP	df	p-value
1.105	3	0,7759

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tabela 8 – Modelo de Efeitos Aleatórios IEGM

Coefficients:	Estimate	Std. Error	z-value	Pr(> t )	
Intercept	4,8671 e+01	1,1257 e+00	43,2384	< 2.2e-16	***
DE	1,1451 e+00	1,4480 e-01	7,9077	2,621 e-15	***
DVS	4,6730 e-02	1,1112 e-01	0,4205	0,6741	
PIB	9,2936 E-05	1,7492 E-05	5,3130	1,078 e-07	***
Signif. Codes	0 '***' / 0.001 '**' / 0.01 '*' / 0.05 '.' / 0.1 ' ' 1				
Total Sum of Squares			21946		
Residual Sum of Squares			20037		
R-Squared			0,08702		
Adj. R-Squares			0,08473		
Chisq			113.718 on 3 DF	p-value: < 2,22 e-16	

Fonte: dados da pesquisa (2022).

ção ( $R^2$ ) foi de 0,08702, o que significa que somente 8,72% da variação do IEGM foi explicada pelas variáveis independentes (Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto).

O intercepto do modelo apresentou o comportamento constan-

te médio da variável IEGM e que independente das variáveis explicativas do modelo, apresentou significância ao nível de 0,1% e valor positivo (4,8671). O modelo possui significância estatística ao nível de 0,1%, conforme evidenciado por meio do *p-value*.

A variável Desenvolvimento Social (DVS) não apresentou significância estatística para com o IEGM, resultado que se contrapõe aos achados de Moura et al. (2017), em que o uso correto dos recursos públicos tem capacidade de possibilitar a melhoria das condições de vida da população, por meio de políticas públicas. Na concepção dos autores, compete aos gestores públicos potencializar serviços de qualidade com efetividade, de forma contínua. Esse também é o entendimento de Cunha (2011), segundo o qual, é de competência da gestão pública atentar-se para ações que visem ao bem-estar dos seus municípios, pautada pela efetividade de suas ações. O resultado se contrapõe ao estudo de Silva (2020) por ter evidenciado que o IEGM tem poten-

cial para ser importante instrumento de avaliação da gestão pública, para ampliação e aperfeiçoamento do controle externo, do controle social e da autoavaliação dos gestores públicos. Figueiredo Filho et al. (2013) corroboram a questão por terem encontrado que os indicadores de gestão podem ser importante estimador da efetividade das ações governamentais ao avaliarem em que medida o dinheiro público está sendo eficientemente utilizado.

No que tange à questão do Desenvolvimento Escolar (DE), essa demonstrou significância estatística com o IEGM ao nível de 0,1% e, também, uma relação positiva entre eles, o que vem de encontro com o estudo de Zubyk et al. (2019), que encontraram em 8% dos municípios paranaenses a utilização de sua eficiência máxima em relação à gestão dos recursos destinados às áreas de educação e de saúde. Tal constatação ratifica a importância do desenvolvimento escolar para a eficiência da gestão municipal. Corroborando esse entendimento o estudo de Alcuire Neto et al. (2021), que evidenciaram na contribuição prática da pesquisa disponibilizada aos Tribunais de Contas, aos gestores públicos e à sociedade civil, um embasamento estatístico da capacidade do I-Educ para avaliar a efetividade dos atos de gestão educacional, na qual o monitoramento de infraestrutura e práticas administrativas possibilitam o acompa-

nhamento do aprendizado do aluno da rede pública municipal.

Com relação à variável Produto Interno Bruto (PIB) apresentou significância estatística com o IEGM ao nível de 0,1%, com uma relação positiva. Essa relação forte se alinha à temática Alves e Lee (2019), na qual os autores observaram que o IEGM permite um maior entendimento da gestão municipal e possibilita identificar pontos de oportunidade de melhoria na efetividade da gestão. O estudo se contrapõe aos achados de Oliveira, Mota e Vasconcelos (2022), o qual analisou a eficiência e a produtividade dos gastos, das ações e dos serviços de saúde nos municípios mais populosos do Ceará e demonstraram que depois da vigência da EC 95/2016 há maior quantidade de municípios eficientes e com maiores escores de eficiência, mas não tendo os autores identificado correlação entre a eficiência e os indicadores PIB *per capita* e IEGM.

## 5. Conclusão

A pesquisa objetivou verificar a influência dos índices de Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto na Efetividade da Gestão Municipal nos municípios do Estado do Paraná, sob a ótica de fatores de melhoria do desempenho no período 2019 a 2021.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. A fim de verificar a significância dos índices para explicar a Efetividade da Gestão Municipal, desenvolveu-se um modelo de regressão linear com dados em painel de efeitos aleatórios. A variável dependente foi a Efetividade da Gestão Municipal e as variáveis independentes foram os índices de Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto .



Os resultados demonstraram que as variáveis que são estatisticamente significativas e que influenciam na Efetividade da Gestão Municipal foram Desenvolvimento Escolar, similar aos resultados de Alcure Neto et al. (2021), quanto ao embasamento estatístico da capacidade do I-Educ para avaliar a efetividade dos atos de gestão educacional, e Produto Interno Bruto, que se contrapôs ao estudo de Oliveira, Mota e Vasconcelos (2022), em que encontraram maior quantidade de municípios eficientes no Ceará e com maiores escores de eficiência, mas não encontraram correlação entre a eficiência e os indicadores PIB *per capita* e IEGM.

O estudo contribuiu para a literatura sobre a temática da efetividade da gestão pública dos municípios, com enfoque em desenvolvimento escolar e social e no produto interno bruto dos municípios, que, bem gerido, tem potencial para ser eficaz nos resultados da gestão, de forma a garantir desenvolvimento para a sociedade.

Nesse contexto, os resultados da pesquisa evidenciaram que a efetividade da gestão dos municípios paraenses tem potencial para apresentar melhorias e isso será alcançado com a melhoria de gestão dos índices utilizados como parâmetros do estudo, uma vez que a pesquisa mostrou que esses têm significância estatística e, portanto, podem ser potencializadores de melhora no IEGM dos municípios paraenses.

É possível concluir que a efetividade da gestão municipal, representada pela qualidade da execução das ações da gestão pública, quando amparada por indicadores de desempenho tem capacidade de avaliar os serviços prestados e/ou bens públicos disponibilizados, por meio do IEGM, cujos parâmetros permitem medir a efetividade da gestão. Corroborando com esta questão o estudo de Silva (2020) em que os resultados evidenciaram ser o IEGM importante instrumento de avaliação da gestão pública, para ampliação e aperfeiçoamento do controle externo, controle social e autoavaliação dos gestores públicos.

Como limitação do estudo destaca-se que o painel é balanceado, porém os dados ficaram limitados ao período do estudo. Além desta limitação, também há o fato de o modelo de regressão com dados em painel utilizado, considerado mais adequado aos testes estatísticos realizados, explicar 8,72 % da variação da variável dependente da pesquisa, ser caracterizado como um poder explicativo baixo.

Tendo em vista a importância da temática no que se refere à gestão municipal, recomenda-se que futuras pesquisas busquem dar continuidade à investigação para gerar estudos longitudinais. Sugere-se, ainda, a análise dos indicadores de efetividade considerando a pandemia de Covid-19 no exercício de 2020 e se ela causou impacto nos indicadores e nas demais áreas. Ainda, analisar os indicadores de efetividade da gestão relacionados com os índices de Desenvolvimento Escolar, Desenvolvimento Social e Produto Interno Bruto dos municípios paraenses em comparação com os outros estados brasileiros.

## Referências

ALBUQUERQUE, A. J. L.; SALEM, I.; MOURA, R. N.; MARTINS, H. F.; PORTO, G. Índice CFA de governança municipal, Anais do Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, DF, Brasil, 10, jul, 2017.

ALCURE NETO, A. A.; NOSSA, S. N.; TEIXEIRA, A.; MOREIRA, N. C. Educação municipal e a escola em tempo integral. *Revista Eletrônica de Educação*, [s. l.], v. 15, p. e4099065, 2021. DOI: 10.14244/198271994099.

ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n. 4, p.78-86, out/dez, 2001.

AZEVEDO, R. R. ; AQUINO, A. C. B. O planejamento em municípios de pequeno porte em São Paulo. *Revista de Contabilidade e Organizações*, [s. l.], v. 10, n. 26, p. 63-76, 2016.

BACIU, L.; BOTEZAT, A. A comparative analysis of the public spending efficiency of the new EU member states: a DEA approach. *Emerging Markets Finance and Trade*, v. 50, n. sup4, p. 31-46, 2014.

BRASIL. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. *Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Lei Complementar n.º 131, 27 de maio de 2009. *Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). 125. Acesso em: 14 nov. 2022.

BRASIL. Lei n.º 12.527, 18 de novembro de 2011. *Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.* Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 14 nov. 2022.

CASTRO, C. J.; SILVA, G. V. Boas práticas de governança aplicadas ao setor público: uma análise na prestação de contas de cinco universidades públicas federais. *Revista Espacios*, v. 38, n. 17, p. 26, 2017.

COHEN, S. A. Defining And Measuring Effectiveness in public management. *Public Productivity & Management Review*, v.17, n. 1, p. 45-57, 1993.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. *Ranking dos grupos IGM – CFA (2019; 2020; 2021)*. Disponível em: <<http://www.igm.cfa.org.br/>>. Acesso em: 13 out. 2022.

CUNHA, E. S. M. Conselhos de políticas: possibilidades e limites no controle público da corrupção. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 111-126, 2011.

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; PARANHOS, R.; ROCHA, E. C.; SILVA JR, J. A.; MAIA, R. G. Análise de componentes principais para construção de indicadores sociais. *Rev. Bras. Biom.*, v. 31, n. 1, p. 61-78, 2013.

FRAGA, L. D. S.; MEDEIROS, A. P.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R. Transparência da gestão pública: análise em pequenos municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão & Planejamento*, v. 20, n. 1, p. 255-272, 2019.

GUJARATI, D. N. e PORTER, D. C. *Econometria básica*. 5. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2011.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. *Teoria da Contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HWANG, J.; AKDEDE, S. H. The influence of governance on public sector efficiency: A cross-country analysis. *The Social Science Journal*, v. 48, n. 4, p. 735-738, 2011. DOI: 10.1016/j.soscij.2011.04.002.

IRB – Instituto Rui Barbosa. 1º Anuário do IEGM Brasil 2016 (Índice de efetividade da gestão municipal): aplicado aos municípios brasileiros. Minas Gerais. p. 7 a 13, 2016.

IRB – Instituto Rui Barbosa. Índice de efetividade de gestão municipal (2017). Disponível em: [https://www6.tce.ma.gov.br/iegm\\_util/ranking.zul](https://www6.tce.ma.gov.br/iegm_util/ranking.zul). Acesso em: 13 out. 2022.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs, and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, oct. 1976.

LINHARES, J. E.; MARINI, M. J.; GAZOLLA, M.; SANTOS, G. D. Avaliação de políticas públicas dos municípios brasileiros por meio do índice de efetividade da gestão municipal (IEGM). *Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional*, [s. l.], v. 2, n. 1, 2021.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MOURA, A. M. de A.; RIBEIRO, V. P. L.; MONTEIRO, S. M. A responsabilidade social no setor público: uma perspectiva teórica sobre a divulgação de informação. VII Conference on Environmental Management and Accounting The Portuguese CSEAR Conference. *International Business and Economics Review*, v. 8, n. 1, p. 41, 2017.

NASCIMENTO, E. R. Gestão Pública. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

---

NIWA, T. H.; LIMA, I. A.; SILVA, C. L. A cooperação e os APL como indutores do desenvolvimento local: um panorama no Estado do Paraná. *Informe GEPEC*, v. 20, n. 1, 148-163, 2014.

---

OLIVEIRA, A. R. V.; MOTA, S. C.; VASCONCELOS, A. C. de. Eficiência e produtividade dos gastos, ações e serviços de saúde nos municípios mais populosos do Ceará no Contexto da EC 95/2016. *Administração Pública e Gestão Social*, [s. l.], v. 14, n. 1, 2022. DOI: 10.21118/apps.v14i1.12697.

---

PACE, E. S. U.; BASSO, L. F. C.; SILVA, M. A. Indicadores de desempenho como direcionadores de valor. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 7, n. 1, p. 9-35, 2003. DOI: 10.1590/S1415-65552003000100003.

---

PINTO, I. M. B. S.; SILVA, M. M. d.; CRUZ, N. J. T. d. "Public Governance: Effectiveness of the Management of Alagoas Municipalities Explained by the Igm-Cfa". *Revista FSA*, 18(1), pp. 142-168. DOI: <http://dx.doi.org/10.12819/2020.18.01.7>

---

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.): Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2013.

---

RIBCZUK, P.; NASCIMENTO, A. R. Governança, governabilidade, *accountability* e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. *Revista Direito Mackenzie*, Goiânia/GO, ano 2, v. 9, n. 2, ed. 2, p. 218-237, 2015.

---

ROCKENMEYER, A. C.; VIEIRA, E. T. O método da assimetria informacional para avaliação do Pronaf no município de São José do Barreiro entre 2008 a 2012. *Informe GEPEC*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 63-81, 2018. DOI: 10.48075/igepec.v21i2.15481.

---

SILVA, F. A.; MÁRIO, P. C. Análise do programa de modernização do controle externo brasileiro – o Promoex nos Tribunais de Contas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 13, n. 2, p. 79-96, mai./ago. 2018.

---

SILVA, G. de O. da. O índice de efetividade da gestão municipal como indutor do aperfeiçoamento da gestão pública nos municípios paulistas. *Cadernos*, [s. l.], v. 1, n. 5, p. 65-81, jul. 2020.

---

SUZART, J. A. As Instituições Superiores de Auditoria: um estudo do nível de transparência fiscal dos países. *Contabilidade Gestão e Governança*, Brasília, DF, v. 15, n. 3, p. 107-118, 2012.

---

TADACHI, N. T.; FLORES, M. C. X. Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

---

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná. IEGM TCE-PR2019; 2020; 2021. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/indice-de-efetividade-da-gestao-municipal/303674/area/250>. Acesso em: 13 out. 2022.

---

TCE – Tribunal de Contas do Estado do Paraná. IEGM TCE-PR. Anuário exercício 2021. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/multimedia/2021/4/pdf/00355812.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

---

TCU – Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial\\_basico\\_governanca\\_2\\_edicao.PDF](https://portal.tcu.gov.br/data/files/FA/B6/EA/85/1CD4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_2_edicao.PDF). Acesso em: 13 out. 2022.

---

VIANA, E. A governança corporativa no setor público municipal: um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais. 121 p. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

---

ZUBYK, A. R.; RIBEIRO, F.; CLEMENTE, A.; GERIGK, W. Eficiência na gestão dos gastos municipais em educação e saúde: um estudo baseado na análise envoltória de dados no Estado do Paraná. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 38, n. 1, 123-139, 2019.

---





# Evidenciação Socioambiental: uma análise dos Relatos Integrados e dos Relatórios de Sustentabilidade das maiores companhias brasileiras

**P**or possuírem importante papel na construção da sociedade, além do desejo de alcançar, manter ou de recuperar sua legitimação social, as empresas vêm investindo cada vez mais na divulgação de informações relacionadas à sua responsabilidade socioambiental. O objetivo deste estudo foi verificar a aderência à NBC T 15 dos Relatos Integrados ou Relatórios de Sustentabilidade apresentados pelas maiores companhias brasileiras, de acordo com a Forbes. Para alcançar o objetivo proposto, o estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva, em que a partir de uma estrutura de análise as informações foram examinadas qualiquantitativamente de acordo com os grupos de informação constantes na norma. Após a análise dos resultados, identificou-se que 55,6% das companhias obtiveram resultado regular ou insuficiente, estando ausentes ou incompletas muitas das informações constantes na NBC T 15, especialmente, no que se refere à interação com o meio ambiente

## Rafael de Santana Cruz

Bacharel em Ciências Contábeis pela UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana.  
*E-mail:* rafascruz@outlook.com

## Priscilla Motta Oliveira Ramos

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (2008). Pós-graduada em Controladoria e Finanças pela FTC (2009). Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Famam - Faculdade Maria Milza (2016). Professora assistente da UEFS e professora da FSSS. Coordena o Projeto de Extensão NAF-UEFS - Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da UEFS.  
*E-mail:* pmoramos@uefs.br

## Juliano Almeida de Faria

Doutor em Engenharia Industrial pela UFBA. Mestre em Contabilidade pela UFBA. Especialista em contabilidade gerencial com ênfase em controladoria. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Professor Adjunto do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Sergipe-Itabaiana, atua como avaliador ad hoc de revistas nacionais e internacionais e eventos científicos.  
*E-mail:* profjalmeida@academico.ufs.br

## 1. Introdução

As discussões acerca do dever social das empresas vêm ganhando mais destaque ao longo dos dias no Brasil, tendo em vista o interesse das empresas em criar uma imagem aceita perante a sociedade e, dessa forma, obter vantagem competitiva no mercado. Discussões sobre as atividades empresariais não se resumem à produção de bens e serviços, se iniciaram no Estados Unidos por volta da década de 50 e desde então se espalharam pelo mundo, chegando ao Brasil em torno dos anos 90, tornando-se o que conhecemos hoje, em escala mundial, como a responsabilidade social (TORRES, 1999).

Para Melo Neto e Froes (2001) A responsabilidade social das empresas é vista como um compromisso com à sociedade e à humanidade em geral, sendo uma forma de prestação de contas do seu desempenho, baseada

na apropriação e no uso de recursos que originalmente não lhe pertencem. Já que as empresas consomem recursos da sociedade, renováveis ou não, mas que são patrimônio gratuito e coletivo da humanidade, contraindo assim uma “dívida social”. Os investimentos na área social e no meio ambiente são vistos como uma restituição à sociedade.

Diante da necessidade de transparência quanto à gestão socioambiental para seus públicos, tem se tornado comum por parte das empresas a aderência à divulgação de informações não obrigatórias mediante os Relatórios de Sustentabilidade ou os Relatos Integrados, que são relatórios que trazem em sua estrutura informações relacionadas à identificação, mensuração e divulgação do desempenho sustentável da entidade.

O Relatório de Sustentabilidade, de acordo com Albuquerque (2018), consiste em uma série de informa-

ções que versam sobre os efeitos sociais, econômicos e ambientais resultantes das atividades das entidades e sua divulgação objetiva apresentar aos seus grupos de interesses o seu desenvolvimento sustentável. A formatação e o conteúdo daquele relatório seguem evoluindo de acordo com tendências do mercado e atualmente utiliza-se o padrão estabelecido pela organização sem fins lucrativos *Global Reporting Initiative* (GRI).

O Relatório de Sustentabilidade associado às informações de valores e de governança da entidade representa o que se denomina Relato Integrado, que de acordo com o IIRC (2013, p. 23) pode ser definido como “um relatório conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização levam à geração de valor a curto, médio e longo prazo”. Logo, entende-se o Relato Integrado como sendo uma fonte de evidenciação de informações de naturezas financeiras e não financeiras, dentre elas, as informações de cunho socioambiental, caracterizando, assim, esse relatório como uma fonte completa sobre a vida e a saúde da entidade.

A Contabilidade, por sua vez, enquanto Ciência Social, empreende-se em corresponder às necessidades de seus usuários, indo além das informações financeiras e fornecendo dados de caráter social em relação ao ambiente em que esses estão inseridos. Uma das fontes contábeis no Brasil para atender a tal necessidade surge com a aprovação da NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental, que está em vigor desde janeiro de 2006 e serve como fonte orientadora para empresas em relação a de que forma divulgar seus dados sociais e ambientais, que são divididos em: geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação da entidade com o ambiente externo e interação com o meio ambiente.



“A Contabilidade, por sua vez, enquanto Ciência Social, empreende-se em corresponder às necessidades de seus usuários, indo além das informações financeiras e fornecendo dados de caráter social em relação ao ambiente em que esses estão inseridos.”

A partir do contexto e das informações apresentadas, este estudo busca responder: “Quão aderente à NBC T 15 foram os Relatos Integrados ou Relatórios de Sustentabilidade divulgados pelas maiores companhias de capital aberto do país no ano de 2020?” Logo, o objetivo geral é verificar a aderência à NBC T 15 dos Relatos Integrados ou Relatórios de Sustentabilidade apresentados pelas maiores companhias brasileiras, de acordo com a Forbes. Já os objetivos específicos consistem em identificar quais categorias de informações dispostas na NBC T 15 possuem maior evidência e quais possuem menor evidência, além de verificar a qualidade das informações de cunho socioambiental evidenciadas pelas companhias da amostra.

A realização deste trabalho justifica-se pelo crescente interesse dos diversos usuários da informação contábil sobre temas referentes à responsabilidade social das organizações no que tange às iniciativas socioambientais, aliado ao fato de que tal evidência é atualmente um dos pontos principais para formação da legitimação social das empresas. Logo, os profissionais da contabilidade precisam estar a par dessa necessidade e possuir fundamentos, como este estudo, que os

ajudem a contribuir com o processo de evidência desse tipo de informação por parte das organizações, atingindo o objetivo de demonstrar à sociedade, de forma transparente, a participação e a responsabilidade social das entidades.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 A Contabilidade Social como instrumento de Responsabilidade Social

Para De Benedicto, Rodrigues e Silva (2008), existem diferentes pontos de vista acerca da responsabilidade social, sendo que ela pode ser vista de três diferentes perspectivas: por uns como obrigação legal, para outros como um exemplo de comportamentos ético, outros já a enxergam como caridade e, por fim, alguns poucos consideram como um dever. Os mesmos autores destacam que a responsabilidade social empresarial é entendida como o relacionamento ético da empresa com todos os grupos de interesse que influenciam ou são impactados pela atuação dessa responsabilidade, assim como o respeito ao meio ambiente e investimento em ações sociais. Compreende uma expansão e evolução do conceito de empresa para além do

seu ambiente interno. Como a empresa está inserida na sociedade, pode-se vislumbrar uma relação de interdependência entre ambas.

Toldo (2000) acredita que as ações de responsabilidade social tentam superar a distância entre o social e o econômico, objetivando resgatar a função social das empresas, que foi deixada de lado ao se ter o lucro como o objetivo final das atividades empresariais. Ou seja, se outrora as empresas se importavam apenas com a qualidade, produção e distribuição de seus produtos, visando apenas ao lucro, atualmente elas devem e precisam buscar fortalecer laços com o ambiente interno, externo e aquele com o qual se encontram inseridas.



Apesar dos registros das primeiras solicitações a favor de um comportamento social mais responsável pelas entidades serem do início do século XX, foi somente a partir de 1960 nos USA, e na Europa a partir de 1970, que se iniciou uma cobrança mais intensa por maior responsabilidade social, consolidando-se a necessidade de divulgação dos balanços ou relatórios sociais (TORRES, 1998). Nesse momento, a Contabilidade passou a ter o papel de auxiliar as entidades no alcance de tal necessidade. A Contabilidade acompanha a evolução da humanidade e tem ligação direta com a satisfação do interesse social, econômico e patrimonial humano. Ética e responsabilidade social fazem parte da atual realidade organizacional e segue acompanhando essa nova era.

Nesse sentido, as organizações internacionais de Contabilidade buscam definir, padronizar e normatizar as evidenciações das informações de caráter social, sendo a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) um instrumento deste processo. A DVA, de acordo com a Resolução n.º 1.138/2008, do Conselho Federal de Contabilidade, “tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período”

(CFC, 2008), e é utilizada pela NBC T 15 justamente como o instrumento para evidenciação da geração e distribuição de riqueza das entidades, e, portanto, deve estar presente nos Relatórios de Sustentabilidade e nos Relatos Integrados que são aderentes à norma.

Sendo parte do rol de demonstrações contábeis obrigatórias em companhias de capital aberto, na DVA, segundo a NBC TG 09 (CFC, 2008), a riqueza criada a ser distribuída deve ser detalhada, no mínimo respeitando a seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; e (e) lucros retidos/prejuízos do exercício.

## 2.2 O Relatório de Sustentabilidade

A partir das exigências sociais, as entidades passaram a desenvolver uma percepção ambiental e, conseqüentemente, a buscar um desenvolvimento sustentável com o crescimento financeiro, indo além de demandas legais para atender aos anseios da sociedade para com a empresa. Nesse contexto, surge o Relatório de Sustentabilidade que, conforme Albuquerque (2018),



começou a ser discutido ainda na metade da década de 1990, mas somente nos últimos anos que a divulgação socioambiental, por meio de relatórios independentes dos financeiros, cresceu.

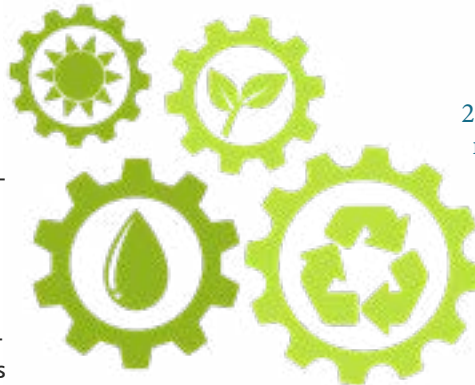
Para Daub (2017), existiram ao longo dos anos três tipos principais desse relatório: o primeiro foram os Relatórios Sociais que surgiram nos anos 70, a partir da necessidade de informações sociais das organizações; o segundo foram os Relatórios Ambientais originados no fim da década de 1980, voltados às informações ambientais, de saúde e de segurança; o terceiro são os Relatórios Anuais, que surgiram na metade dos anos 90 e incluem informações éticas, sociais e ambientais das organizações.

“A partir das exigências sociais, as entidades passaram a desenvolver uma percepção ambiental e, conseqüentemente, a buscar um desenvolvimento sustentável com o crescimento financeiro, indo além de demandas legais para atender aos anseios da sociedade para com a empresa.”

“Com o passar do tempo e o surgimento de novas demandas e agilidade no processo de análise de informações, surge a integração dessas informações não financeiras às informações financeiras.”

O modelo de RS atualmente utilizado pelas entidades é o proposto pela GRI, uma organização internacional independente, pioneira e responsável por elaborar os parâmetros que são seguidos pelas entidades com base para a elaboração desse tipo de relatório. Os relatórios de informações socioambientais da GRI têm uma estrutura que objetiva atingir uma linguagem comum, colocando entidades em um mesmo nível, proporcionando a comparação e discussão entre os desempenhos sustentáveis apresentados (ALBUQUERQUE, 2018). Sob a ótica de Campos et al. (2013), o entendimento obtido é de que a GRI deseja que estes relatórios de desempenho socioambiental divulgados pelas organizações se tornem rotineiro e comparáveis, assim como ocorrem com relatórios financeiros.

Visto que os RS são divulgados pelas empresas com o objetivo de atender às necessidades de seus usuários e assim alcançar aprovação social, existe a possibilidade de que essas divulguem tais relatórios com foco no alcance de sua legitimidade. Porém, de acordo com o que afirma Peixoto e Martins (2015), a repercussão dessas informações não financeiras podem



estabelecer oportunidades, mas também riscos para a entidade, no entanto cabe a ela reconhecer essas oportunidades ou riscos e utilizar isso para criar ou deteriorar valor.

Campos Junior e Kassai (2014) afirmam que as informações básicas que precisam constar no relatório do GRI são juntadas nos seguintes grupos: estratégia e perfil; desempenho econômico; desempenho ambiental; sustentabilidade social; práticas trabalhistas e trabalho digno; direitos humanos; sociedade; e responsabilidade pelo produto.

Com o passar do tempo e o surgimento de novas demandas e agilidade no processo de análise de informações, surge a integração dessas informações não financeiras às informações financeiras, criando o que se chama de Relato Integrado, a fim de auxiliar os financiadores na identificação da geração de valor a longo prazo.

### 2.3 Relato Integrado: a revolução contábil

Considerado por pesquisadores como uma revolução contábil resultante da unificação dos relatórios financeiros e dos relatórios não financeiros e objetivando, de acordo com Alves et al. (2017), expor, por meio de informações relevantes, aos detentores de capital como a entidade tem gerado valor ao longo do tempo, tem-se o Relato Integrado (RI).

O RI, de acordo com Albuquerque (2018), despontou em uma reunião internacional acerca do pensamento corporativo integrado, ocorrida em 2009. Após questionamentos sobre como a contabilidade poderia contribuir com esse processo, e a união de forças de investidores, contabilistas, organização não governamentais, empresas e órgãos reguladores surgiu a denominada *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que, com o objetivo de progredir com o RI, criou um programa piloto com entidades de diversos países e setores que se ofereceram para disponibilizar de forma voluntária seus relatórios, conforme procedimentos sugeridos por eles.

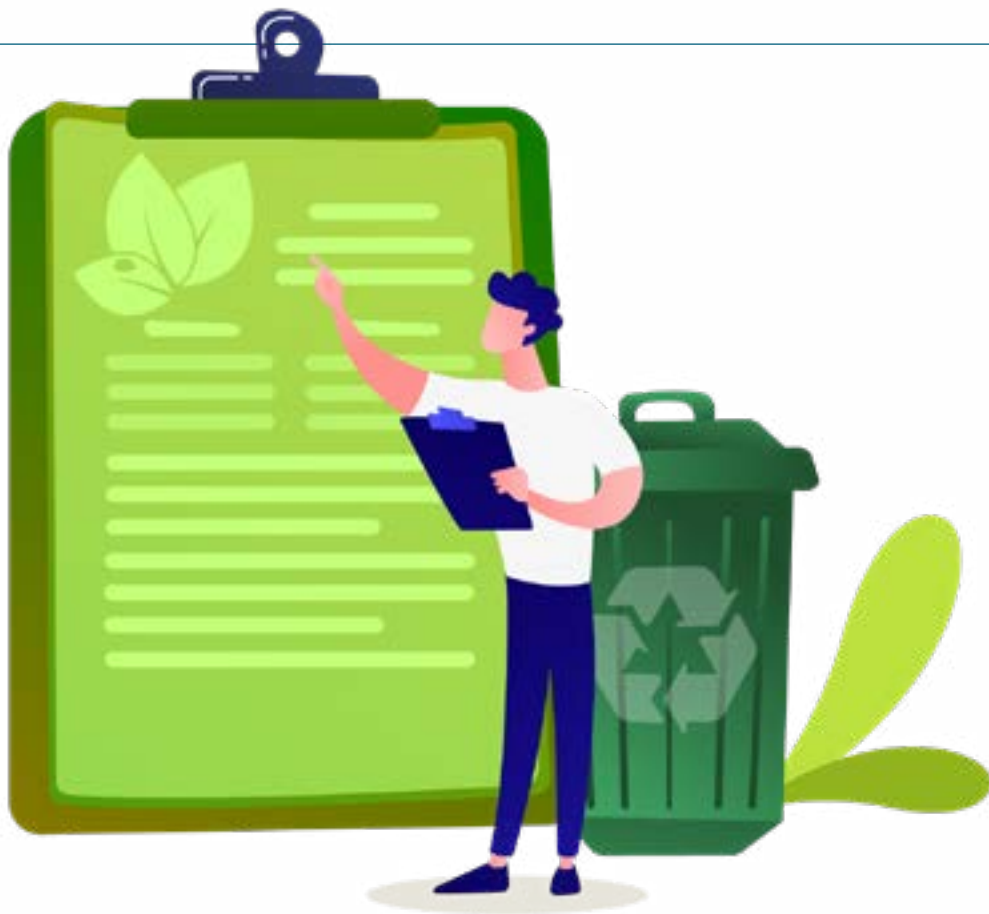
Kassai, Carvalho e Flores (2018) afirmam que o RI é um procedimento de conexão e convergência de métodos de gestão e de comunicação que tem sua base no pensamento coletivo e no modelo organizacional que visa contemplar as dificuldades do desenvolvimento sustentável. O IIRC afirma que no RI se entende que o valor não é criado somente pela organização, mas que existe influência do ambiente externo, dos relacionamentos existentes, sejam de clientes, fornecedores de usuários internos, e até mesmo dos recursos, seja pela qualidade ou pela disponibilidade.

Nesse padrão de relato, deixa-se de produzir demonstrações e informativos complexos, volumosos e passa a ocorrer uma comunicação do processo de geração de valor para o futuro. Entretanto, não existe uma estrutura determinada para o RI evidenciar seus indicadores, visto que o objetivo dele não é gerar um novo relatório, mas sim realizar a integração e o alinhamento de relatórios já existentes (FREITAS; FREIRE, 2017).

O RI precisa possuir uma perspectiva clara e exata de como a governança, o desempenho, a estratégia, o ambiente externo e a postura diante das situações externas influenciam na redução de riscos e no aumento de valor da organização (Kassai; Carvalho; Flores, 2018). Diante disso, pode-se perceber que somente a junção de relatórios não financeiros e relatórios financeiros não constitui um Relato Integrado, mas sim um aglutinado de relatórios que pode tornar o processo de análise mais complicado.

De acordo com Kassai, Carvalho e Flores (2018), existem três conceitos fundamentais norteadores da elaboração de um RI, descritos no Quadro 1:

Os princípios básicos, que podem ser utilizados de forma individual ou coletiva, durante a elaboração do RI, conforme Kassai, Carvalho e Flores (2018), são: o foco estratégi-



**Quadro 1: Conceitos fundamentais para o Relato Integrado**

Conceito	Informações
Processo de geração de valor para si e para o outro	Sofre influência dos ambientes interno e externo e tem dependência da interação da entidade com os seus capitais e com as partes relacionadas. Manifestado por meio de de acréscimos, decréscimos ou transformações de capitais provocados por suas atividades e seus produtos.
Seis capitais	São chamados de repositórios de valores que se transformam ao longo do tempo, sendo eles: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento e natural.
Novo modelo de negócios	O novo modelo de negócio tem como base o processo de geração de valor e é dimensionado pelos seis capitais relacionando com os tradicionais modelos de negócios <i>input</i> – atividades operacionais – <i>output</i> .

Fonte: Kassai, Carvalho e Flores (2018).

co e a orientação para o futuro, a conectividade da informação, a relação com as partes interessadas, a materialidade, a concisão, a confiabilidade e completude, além da coerência e comparabilidade. Já em relação ao conteúdo, devem compor o relato: a visão geral da organização, informações de governança, o modelo de negócio, os riscos e oportunidades, o desempenho e o panorama futuro e os dados de estratégia e alocação de recursos, de acordo com Peixoto e Martins (2015).

Os Relatórios Financeiros a serem evidenciados são compostos das Demonstrações Contábeis, que possuem estrutura conceitual definida; devem ser expressos por relatório anual; e possuem orientação de entidades reguladoras. Já os Relatórios Não Financeiros retratam informações de sustentabilidade, estratégia, etc. e possuem orientações de entidades ou normas específicas, como a PAS-99, a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e a NBC T 15, base deste estudo.

“A NBC T 15 é uma resolução de responsabilidade conjunta do Conselho Federal de Contabilidade e de diferentes instituições reguladoras, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).”

#### 2.4 NBC T 15: início da padronização da Responsabilidade Social no Brasil

A NBC T 15 é uma resolução de responsabilidade conjunta do Conselho Federal de Contabilidade e de diferentes instituições reguladoras, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e que objetiva estabelecer procedimentos para evidenciação de informações de caráter social e ambiental, para que sejam demonstradas à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. Beuren et al. (2010) acreditam que os dados de evidenciação das informações de natureza socioambiental, determinadas pela NBC T 15, possuem o objetivo de revelar à sociedade o nível de atuação da responsabilidade social e ambiental por parte das organizações.

A norma apresenta que esses dados, quando forem evidenciados, podem ou não ser retirados da contabilidade, a depender dos procedimentos a serem adotados, sendo assim uma informação adicional às demonstrações contábeis. A NBC T 15 estabelece os padrões das informações sugeridas a serem divulgadas em 4 dimensões, conforme descrito abaixo:

- a) geração e distribuição de riqueza: deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado;
- b) recursos humanos: devem constar dados referentes à remuneração, aos benefícios concedidos, à composição do corpo funcional e às contingências e aos passivos trabalhistas da entidade;
- c) interação com ambientes externos: devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação; e
- d) interação com o meio ambiente: devem ser evidenciados os investimentos e gastos com a manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, com a preservação ou recuperação de ambientes degradados, com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, bem como passivos contingentes, etc.

A NBC T 15 institui a Demonstração das Informações de Natureza Social e Ambiental (Dinsa), o Balanço Social, e, também, foi um dos

movimentos que iniciaram a discussão para o que conhecemos hoje como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que apresenta a distribuição da riqueza da organização, mas que ainda não está agregada de forma internacional aos relatórios, mesmo nos do GRI (KASSAI; CARVALHO; FLORES, 2018).

Ainda sobre a Dinsa, não deve ser confundida com as notas explicativas, mas deve ser divulgada como informações complementares às demonstrações contábeis, além de ser apresentada com as informações do exercício atual e do exercício anterior, para efeitos de comparação, além de ser um dos objetos de revisão por auditor independente (CFC, 2004).



## 2.5 Estudos Anteriores

Vasconcelos e Pimentel (2017), tendo como base os indicadores da NBC T 15, realizaram uma pesquisa documental com o objetivo de identificar como empresas brasileiras do setor de energia elétrica estavam reportando tais informações. Eles identificaram, mediante os índices de evidenciação, que as empresas examinadas possuíam um baixo nível de conformidade com as diretrizes ambientais propostas pela norma. Já Rosa (2019) foi mais específica, e buscou detectar se as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) estavam realizando a evidenciação de informações ambientais de acordo com o recomendado pela NBC T 15. Por meio de pesquisa descritiva, documental e qualitativa, ela constatou que existe uma tendência em divulgar os fatos positivos, visto que as informações mais evidenciadas e completas se referiam aos investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente e investimentos e gastos com projetos ambientais.

Regalin e Zaak Saraiva (2016) escolheram as empresas de papel e celulose listadas na BM&BOVESPA para analisar, sob critérios da NBC T

15, a divulgação das informações de cunho ambiental. Por meio de uma pesquisa documental nos Relatórios de Sustentabilidade da amostra selecionada, eles conseguiram identificar um equilíbrio no que se refere ao cumprimento dos critérios estipulados, em que aquelas divulgavam suas informações com riqueza e qualidade de informações, porém por haver apenas quatro empresas, eles perceberam a necessidade de se analisar mais entidades para enriquecimento da pesquisa.

Um dos primeiros estudos publicados sobre aplicação da NBC T 15 foi realizado por Vieira e Faria (2007) e tinha o objetivo de verificar se a evidenciação de informações de responsabilidade social estava sendo realizada de forma adequada pelas maiores empresas por faturamento no segmento de alimentos e bebidas do país. Por meio de pesquisa documental, tendo como base a NBC T 15, elas constaram que das qua-

torze empresas analisadas 36% tinham um péssimo conceito e 29% um ótimo conceito, dentro da escala criada pelas pesquisadoras. Elas concluíram que, mesmo havendo escassez de normas acerca da responsabilidade social e das informações evidenciadas não serem tão claras, as empresas possuíam uma preocupação com a questão social.

Ao trazerem a análise para dentro do CFC e dos CRCs, Santos et al. (2015) realizaram uma pesquisa documental e descritiva, que tinha como objetivo comparar com um estudo de 2009 e averiguar se houve melhora na aderência à NBC T 15 pelos órgãos contábeis do Sul e do Sudeste. Por fim, identificar que, mesmo havendo uma evidenciação de informações em conformidade com a norma, vários aspectos foram deixados de lado, o que fez com nenhum dos conselhos atingisse o nível máximo de adesão, porém nenhum também obteve evidenciação de informação considerada insuficiente. Com o objetivo similar aos estudos anteriores, porém analisando novas fontes de informação e com uma amostra diferente a ser analisada, esta pesquisa tem como base a metodologia e os procedimentos que serão explicados no próximo tópico.



“Vasconcelos e Pimentel (2017), tendo como base os indicadores da NBC T 15, realizaram uma pesquisa documental com o objetivo de identificar como empresas brasileiras do setor de energia elétrica estavam reportando tais informações.”



### 3. Metodologia

A pesquisa realizada tem caráter descritivo, no qual as características descritas estão relacionadas à evidencição de informações acerca da responsabilidade social, pelas maiores companhias de capital aberto do Brasil. Com o objetivo de sanar o problema proposto, foi utilizada a abordagem qualitativa e quantitativa das informações, sendo realizada uma análise da qualidade das informações socioambientais, evidenciadas pela amostra selecionada, conforme a NBC T 15.

A Forbes, autodenominada a mais conceituada revista de negócios do mundo, publica anualmente a lista Forbes Global 2000, composta pelas duas mil maiores companhias de capital aberto do mundo, baseada nas vendas, nos lucros, nos ativos e no valor de mercado delas. A amostra para análise deste estudo é composta pelas dezoito companhias brasileiras que constam na lista divulgada em maio de 2020. Portanto, foi analisado o Relatório Integrado ou Relatório de Sustentabilidade, divulgados pelas companhias constantes no quadro abaixo:

Para a coleta dos dados, foi elaborada uma estrutura de análise, composta por 22 itens de evidencição divididos em quatro grupos de informações sugeridas a serem divulgadas, conforme a NBC T 15, sendo elas: geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação com ambientes externos e interação com o meio ambiente. Na estrutura, foram inseridos campos para identificação da empresa, segmento e o tipo de relatório divulgado, conforme constante no Apêndice 5.

Para a análise das informações, foram inseridos na estrutura os critérios IC, II, IA, que estão descritos no quadro abaixo quanto ao seu significado e peso para o cálculo da evidencição, de acordo Santos et al. (2015):

Dessa forma, cada entidade analisada poderá obter entre 0 e 88 pontos, a depender da quantidade e

Quadro 2: Amostra da pesquisa

Posição no Ranking	Companhia	Instrumento divulgado
70	Petrobras	Relatório de Sustentabilidade
78	Itaú Unibanco Holding	Relato Integrado
101	Banco Bradesco	Relato Integrado
208	Banco do Brasil	Relatório de Sustentabilidade
461	JBS	Relatório de Sustentabilidade
513	Vale	Relatório de Sustentabilidade
722	Eletrobras	Relatório de Sustentabilidade
935	Itaúsa	Relato Integrado
1341	Banco BTG Pactual	Relatório de Sustentabilidade
1371	B3	Relatório de Sustentabilidade
1383	Suzano Papel e Celulose	Relatório de Sustentabilidade
1542	CPFL Energia	Relato Integrado
1623	Braskem	Relatório de Sustentabilidade
1654	WEG	Relato Integrado
1680	Cemig	Relato Integrado
1694	Ultrapar Participações	Relato Integrado
1698	Companhia Brasileira de Distribuição	Relatório de Sustentabilidade
1916	Magazine Luiza	Relato Integrado

Fonte: Forbes Global 2000 (2020) – adaptado.

Quadro 3: Categorias de qualidade das informações

Categorias	Significado	Peso
IC	Informação completa: informação foi evidenciada de forma plena ao que que é indicado pela NBC T 15.	4
II	Informação incompleta: informação foi evidenciada de forma incompleta, deficitária, ou sem conformidade com ao que é indicado pela NBC T 15.	2
IA	Informação ausente: informação não foi evidenciada.	0

Fonte: adaptado de Santos et al. (2015).

Quadro 4: Nível de aderência à NBC T 15

Pontuação	Nível de Evidencição
Entre 67 e 88 pontos (entre 76% e 100%)	Ótima
Entre 45 e 66 pontos (entre 51% e 75%)	Boa
Entre 23 e 44 pontos (entre 26% e 50%)	Regular
0 a 22 pontos (até 25%)	Insuficiente

Fonte: adaptado de Santos et al. (2015).

da qualidade das informações constantes em seu Relatório Integrado ou Relatório de Sustentabilidade. A partir da pontuação final, as empresas terão sua aderência definida como Insuficiente, Regular, Boa ou Ótima, de acordo com o quadro abaixo:

Os relatos e relatórios foram analisados de forma individual, em que cada empresa possuía uma estrutura de análise para marcação de suas informações, conforme Apêndice 5. As informações a serem evidenciadas eram procuradas no relatório, e, caso fossem encontradas,

eram analisadas de acordo com o que a NBC T 15 dispõe, sendo classificadas como completa ou incompleta; caso não fossem encontradas, a informação era marcada como ausente. A partir disso, os dados foram quantificados e cada empresa recebia pontuação, por critério, de acordo com o exposto no Quadro 3; na sequência, o somatório da pontuação classificava as empresas por nível de evidencição, conforme Quadro 4. Os resultados foram obtidos e analisados, e estarão dispostos no tópico a seguir.

## 4. Síntese dos Resultados

Foram analisados dez Relatórios de Sustentabilidade e oito Relatos Integrados, denotando que, apesar de se tratar de uma forma relativamente nova de apresentação de dados, o Relato Integrado tem ganhado espaço e é adotado por 44% das dezoito maiores companhias do país. Para a apresentação dos dados, os resultados foram divididos em cinco partes, sendo as quatro primeiras referentes aos grupos de informação constantes na NBC T 15 (geração e distribuição de riqueza, recursos humanos, interação com ambientes externos e interação com o meio ambiente), enquanto o último refere-se ao agrupamento total de pontos e o nível de aderência encontrado. Além disso, foram utilizados negrito e itálico para diferenciação entre as empresas que apresentam o Relato Integrado e o Relatório de Sustentabilidade, respectivamente. As pontuações por grupo de informações a serem divulgadas estão detalhadas nos quatro Quadros do Apêndice e resumidas na Tabela 1.

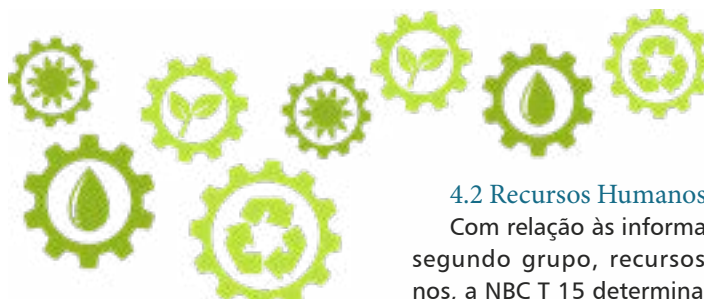
### 4.1 Geração e Distribuição de Riqueza

Quanto à divulgação de informações referentes à geração e distribuição de riqueza, a NBC T 15 afirma que a evidenciação deve ocorrer por meio da DVA, seguindo o que é estabelecido pela NBC T 3. Os dados compilados no Quadro 5 e detalhados no Apêndice 1 demonstram que sete empresas (39%) apresentaram a DVA da forma disposta na norma, enquanto cinco (28%) não possuíam a demonstração em seu Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado. Com relação às empresas em que a DVA estava de forma incompleta (33%), foram identifica-

Tabela 1: Pontuação por grupo de informações a serem divulgadas

Companhia	PONTUAÇÃO				TOTAL DE PONTOS
	Geração e Distribuição de Riqueza	Recursos Humanos	Interação com Ambientes Externos	Interação com o Meio Ambiente	
<i>Braskem</i>	4	20	14	18	56
<i>B3</i>	2	20	2	8	32
<i>Banco BTG</i>	4	16	6	4	30
<i>Banco do Brasil</i>	4	26	16	8	54
<b>Bradesco</b>	4	16	8	8	36
<b>Cemig</b>	2	32	12	8	54
<i>Companhia Brasileira de Distribuição</i>	0	16	2	4	22
<b>CPFL Energia</b>	4	20	8	8	40
<i>Eletrobras</i>	2	30	10	10	52
<i>Itaú Sa</i>	4	20	4	4	32
<b>Itaú Unibanco</b>	2	28	10	6	46
<i>JBS</i>	0	12	6	10	28
<b>Magazine Luiza</b>	0	22	4	2	28
<i>Petrobras</i>	0	30	14	24	68
<i>Suzano Papel e Celulose</i>	4	22	4	6	36
<b>Ultrapar Participações</b>	2	22	8	18	50
<i>Vale</i>	2	28	14	20	64
<b>WEG</b>	0	14	4	8	26

Fonte: elaborada pelos autores.



### 4.2 Recursos Humanos

Com relação às informações do segundo grupo, recursos humanos, a NBC T 15 determina que esses devem ser evidenciados quanto à remuneração e aos benefícios concedidos de forma monetária e não monetária, bem como à composição e aos processos e ações trabalhistas movidas por empregados contra a empresa.

Para a categoria em questão, a pontuação obtida poderia ser entre 0 e 44 pontos, e nenhuma das empresas alcançou a pontuação mínima ou máxima. Destaca-se a Cemig, a qual apresentou melhor aderência obtendo 73% dos pontos possíveis, Eletrobrás e Petrobrás também registraram boa aderência registrando 68% dos pontos, enquanto a JBS registrou 27% de aderência, a menor entre as empresas analisadas.

das ausência de comparativo com o exercício anterior como também de dados referentes à retenção e distribuição de valores, informações necessárias, de acordo com o constante na NBC T 3. A partir dos dados, também é possível inferir que sete das dez empresas optantes do Relatório de Sustentabilidade evidenciaram a DVA, o que representa um percentual de 70 %, e obtiveram média de 3,14 pontos; já em relação às empresas do Relato Integrado analisado, seis de oito apresentaram a demonstração no relatório, representando 75% em acordo com a NBC T 15 e sua média ficou em 3,00 pontos.

“Na evidenciação da interação com os ambientes externos, a NBC T 15 determina a apresentação de informações sobre o relacionamento da entidade com a comunidade em que está inserida e, também, com seus clientes e fornecedores.”

Os únicos critérios em que não foi identificada ausência de informações foram referentes aos gastos com educação e capacitação e ao número de empregados no fim do exercício, porém os níveis de informações incompletas para elas foram de 39% e 67%, respectivamente. Para a primeira, o número de informações incompletas se deu pela falta dos valores que foram investidos nos treinamentos, constando nos relatórios apenas a informação referente ao tempo utilizado; para a segunda, as informações incompletas se referem à falta de separação dos grupos de empregados no fim do exercício, sendo a falta de divisão por nível de escolaridade a mais comum.

O número e/ou percentual de ocupantes nos cargos de chefia por sexo foi a categoria com mais informações completas, estando presente em 72% dos relatórios e dos relatos analisados, enquanto processos, ações, multas e indenizações trabalhistas foram a categoria menos evidenciada, constando em apenas 11% dos relatos e relatórios de forma completa e em 11% de forma incompleta, o que representa a falta dessa informação ou de menção a ela em 78% dos instrumentos analisados.

Comparando a média de pontos obtida pelas empresas que divulga-

ram o Relato Integrado, em verde no quadro, com as que Relatório de Sustentabilidade, em azul, os números não apresentaram diferenças significativas, sendo, respectivamente, 21,75 contra 22,00. Todas as pontuações estão descritas no Apêndice 2.

#### 4.3 Interação com Ambientes Externos

Na evidenciação da interação com os ambientes externos, a NBC T 15 determina a apresentação de informações sobre o relacionamento da entidade com a comunidade em que está inserida e, também, com seus clientes e fornecedores.

As empresas analisadas poderiam obter entre 0 e 16 pontos ao terem sua interação com os ambientes externos analisada, e, considerando o disposto no Apêndice 3, apenas o Banco do Brasil obteve a pontuação máxima, Braskem, Petrobrás e Vale obtiveram 14 pontos, o que representa 87,5% de aderência. Nenhuma empresa obteve a pontuação mínima, porém a B3 e a Companhia Brasileira de Distribuição obtiveram apenas 2 pontos, o que representa uma aderência de apenas 12,5% à NBC T 15 para a categoria de informação em questão.

Analisando os dados por infor-

mação, pode-se inferir que os investimentos em educação, cultura, saúde, saneamento, esporte, lazer e alimentação da comunidade em que está inserida foi a categoria com maior número de informações completas, sendo 67% no total. Para essa categoria também não foram identificadas informações ausentes, o que representa a presença de 33% de informações incompletas, que em sua maioria foram por falta de dados monetários ou pela falta de evidenciação de todas as categorias de investimentos citadas. Informações referentes às multas e indenizações pagas a clientes foram as menos presentes nos relatórios e nos relatos analisados e não constavam em 78% deles, estando de forma completa em apenas 17% e de forma incompleta nos 5% restantes.



A ausência dessas informações pode ocorrer pela falta de multas e indenizações pagas, porém isso não foi destacado no relatório e, portanto, foi sinalizado como IA. Com relação às informações de reclamações recebidas e as ações tomadas para redução dessas reclamações, foram identificados percentuais similares quanto à evidenciação dessas informações, estando presentes de forma completa ou incompleta em 61% e 56% dos relatórios e dos relatos analisados, respectivamente.

Assim como nos grupos de informações anteriores, as empresas que apresentam o Relatório de Sustentabilidade tornaram-se líderes e obtiveram média de pontos maior que as que apresentam Relato Integrado, 8,8 pontos contra 7,25, respectivamente.

#### 4.4 Interação com o Meio Ambiente

Sendo considerada uma das principais forças no processo de legitimação social, a interação com o meio ambiente das dezoito empresas foi analisada a partir de seis informações a serem evidenciadas: investimentos na manutenção dos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; investimentos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; investimentos com educação ambiental; processos ambientais contra a entidade; multas ambientais; e passivos e contingências ambientais.

As empresas poderiam obter entre 0 e 24 pontos. Dentre as empresas analisadas, destaca-se a Magazine Luiza, por ter apresentado a menor pontuação, foram apenas 2 pontos e isso representa uma aderência de somente 8,3%. A Petrobrás, por sua vez, registrou aderência máxima e a Vale obteve 83% dos pontos, sendo as duas empresas que mais atenderam ao disposto na NBC T 15.

Tabela 2 – Aderência geral

Companhia	Segmento	Pontuação Total	Aderência	Nível de Aderência
Petrobras	Gás e Petróleo	68	77%	Ótima
Vale	Mineração	64	73%	Boa
Braskem	Petroquímica	56	64%	Boa
Banco do Brasil	Banco/Financeiro	54	61%	Boa
Cemig	Energia	54	61%	Boa
Eletrobrás	Energia	52	59%	Boa
Ultrapar Participações	Holding	50	57%	Boa
Itaú Unibanco	Banco/Financeiro	46	52%	Boa
CPFL Energia	Energia	40	45%	Regular
Bradesco	Banco/Financeiro	36	41%	Regular
Suzano Papel e Celulose	Papel e Celulose	34	39%	Regular
B3	Bolsa de Valores	32	36%	Regular
Itaú Sa	Holding	32	36%	Regular
Banco BTG	Banco/Financeiro	30	34%	Regular
JBS	Alimentação	28	32%	Regular
Magazine Luiza	Varejo	28	32%	Regular
WEG	Engenharia Industrial	26	30%	Regular
Companhia Brasileira de Distribuição	Varejo	22	25%	Insuficiente

Fonte: elaborado pelos autores.



As informações referentes aos processos, às multas, aos passivos e às contingências ambientais foram as menos evidenciadas pelas entidades e não foram encontradas em 77,8% dos relatórios e dos relatos analisados, sendo que apenas a Petrobrás e a Ultrapar evidenciaram as três informações de forma completa. A ausência dessas informações pode ocorrer pela falta delas, porém isso não foi informado no relatório e, portanto, foi considerado ausente.

A informação que esteve presente em todos os relatórios foram os investimentos nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, que, em sua maio-

ria, demonstrou a preocupação com o gasto de água, a emissão de CO2 e com o uso do papel. Já 68% das empresas apresentaram informações e os gastos investidos para tal melhoria, as 32% restantes apenas apresentaram informações ou valores sem a devida orientação de como seriam investidos e, portanto, as informações foram consideradas incompletas.

As médias de pontos alcançadas pelas entidades foram as menores entre os grupos de informações analisados, ficando em 7,75 para as que apresentam o Relato Integrado contra 11,2 pontos registrados pelas empresas que adotam o Relatório de Sustentabilidade. O Apêndice 4 apresenta todas as informações apuradas.

#### 4.5 Pontuação e Aderência total à NBC T 15

Todos os dados obtidos a partir da análise dos relatórios e relatos, bem como o segmento de cada empresa analisada estão apresentados na Tabela 2:

Com base nos dados apresentados, percebe-se que nenhuma empresa alcançou a pontuação máxima (88) ou mínima (0), sendo que apenas a Companhia Brasileira de Distribuição registrou aderência insuficiente à NBCT T 15, com um percentual de 25% dos pontos obtidos, o menor da amostra. A Companhia apresentou em seu Relatório de Sustentabilidade o menor volume de informações dentre as listadas pela norma e apresentou maior preocupação em informar sobre a distribuição de seus produtos e a reputação de suas marcas.

A Petrobrás foi a que obteve maior pontuação (68), registrando aderência de 77% à NBC T 15, sendo a única com nível “ótimo” de aderência. A empresa, apesar de não apresentar a DVA em seu Relatório de Sustentabilidade, mostrou preocupação em evidenciar fatores ambientais importantes, além de mostrar preocupação na relação com os ambientes externos e com seus recursos humanos.

A boa aderência à NBC T 15 foi constatada em 39% das empresas analisadas, sendo a Vale a única com aderência superior a 70%. Essas empresas mostraram em seus relatórios, na maior parte dos casos, informações incompletas ou foco em grupos específicos, como o Banco do Brasil que, apesar de alcançar pontuação máxima na interação com ambientes externos, obteve aderência de 33% ao que deve ser evidenciado em relação ao meio ambiente. Nove das dezoito empresas (50%) obtiveram aderência regular à NBC T 15, essas entidades representaram grande quan-

tidade de informações ausentes.

Ao analisar os dados separando as empresas entre as que apresentam RI e as que apresentam RS e arredondando-se as médias, de acordo com o método matemático de arredondamento decimal, foi possível apurar média de 40 pontos para as que apresentam RI contra 45 para aquelas que optam pelo RS, sendo o nível de aderência apurado em regular e bom, respectivamente. Isso pode ser explicado pela diferença de objetivo e de informações que compõem os dois tipos de instrumento. A média de pontuação geral foi de 41,78 pontos e aderência de 47%, indicando uma evidenciação regular para as dezoito maiores companhias brasileiras referente às suas informações socioambientais de acordo ao disposto na NBC T 15.

Portanto, a partir das análises realizadas nessa seção, foi possível identificar o nível de aderência à NBC T15 individual, geral e por tipo de relatório ou relato divulgado pelas dezoito maiores companhias de capital aberto do Brasil, de acordo com a Forbes.

#### 5. Conclusão

A responsabilidade socioambiental vem dia após dia tornando-se um fator essencial para o sucesso e a legitimação empresarial. A partir disso, foi identificado o crescimento da utilização de instrumentos como o Relatório de Sustentabilidade e o Relato Integrado para evidenciação de informações socioambientais dentro das entidades, e a Contabilidade, enquanto ciência social, dispõe de norma específica norteadora para esse

procedimento: a NBC T 15.

O objetivo principal deste trabalho, composto pela verificação do nível de aderência socioambiental apresentado pelas maiores companhias de capital aberto do país em seus Relatórios de Sustentabilidade ou Relatos Integrados à luz dos procedimentos dispostos na NBC T 15, bem como seus objetivos específicos foram alcançados. Identificou-se uma aderência regular, com grande ausência de informações dispostas na norma. Além disso, a maior parte das empresas, apesar de destacarem pontos sobre suas interações com os recursos humanos, com o ambiente externo, com o meio ambiente e sobre sua geração e distribuição de riqueza, fazem isso, na maior parte das vezes, por meio de informações qualitativas, deixando de lado indicações monetárias.

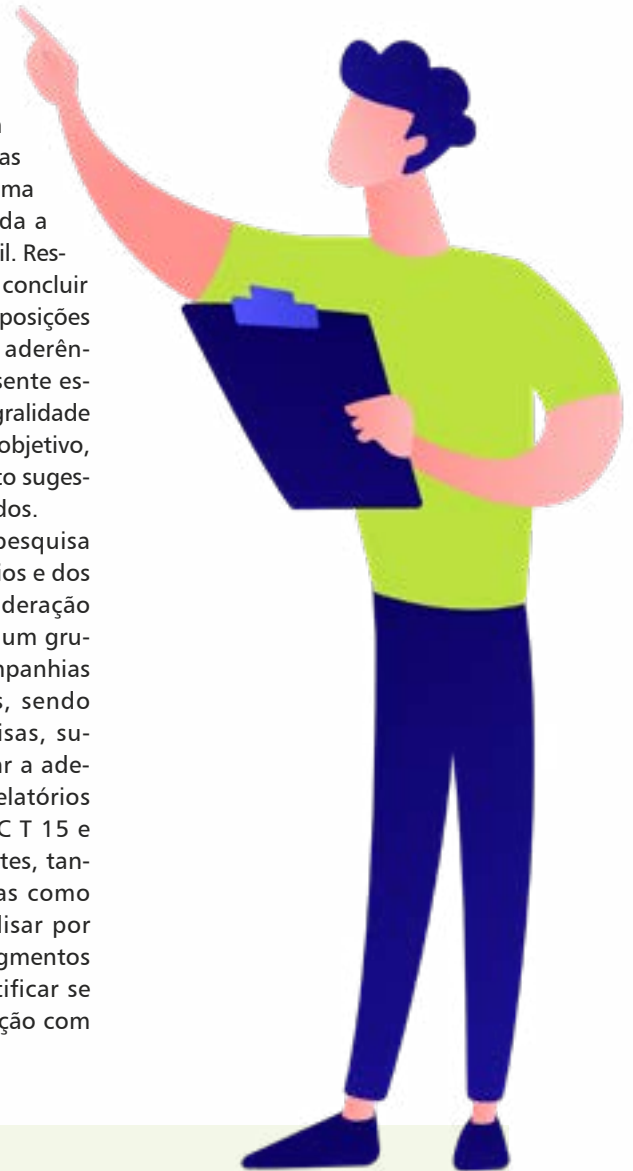


Referente à aderência quanto ao tipo de instrumento divulgado, foi encontrada média de 40 pontos para as empresas que apresentam Relato Integrado (RI) contra 45 para aquelas que optam pelo Relatório de Sustentabilidade (RS), o que significa uma aderência à NBC T 15 melhor nas empresas que apresentam o RS. A diferença de objetivo dos instrumentos, bem como o padrão de informações que os compõem, podem ser os principais motivos para isso. Além disso, notou-se que as informações mais divulgadas mostram o interesse na associação da imagem da empresa a fatos favoráveis para com a sociedade. Em contrapartida, os itens que menos foram divulgados atrelam a empresa a uma conotação negativa e que pode prejudicar a imagem da organização, mesmo que deixem de informar aos usuários, o que pode ocorrer graças à NBC T 15 não possuir caráter coercitivo de lei.

Destaca-se que a Petrobras é a primeira empresa no *ranking* da Forbes e obteve a maior pontuação no presente estudo, sendo a única com nível e aderência “ótimo”.

Já a Companhia Brasileira de Distribuição, penúltima entre as maiores companhias brasileiras, aparece em última posição na análise efetuada a partir do normativo contábil. Ressalta-se que não é possível concluir que existe relação entre as posições do *ranking* da Forbes e a aderência à norma, já que o presente estudo não investigou a integralidade das informações com esse objetivo, sendo esse aprofundamento sugestão para os próximos estudos.

Uma limitação desta pesquisa está na análise dos relatórios e dos relatos, levando em consideração apenas a NBC T 15 e para um grupo de apenas dezoito companhias de diferentes segmentos, sendo que, para futuras pesquisas, sugere-se também investigar a aderência dos relatos e dos relatórios de empresas à luz da NBC T 15 e outros normativos existentes, tanto para empresas públicas como privadas, bem como analisar por grupos de empresas de segmentos específicos a fim de identificar se essa aderência possui relação com o segmento ou não.



## Referências

ALBUQUERQUE, Jaianne Rodrigues de. *Efeitos da divulgação do relato integrado e de relatórios de sustentabilidade sobre o desempenho de companhias abertas no Brasil*. 2018. 62 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

ALVES, Nadson Jaime Ferreira; KASSAI, José Roberto; LUCAS, Edimilson Costa; FERREIRA, Humberto Medrado Gomes. Relato integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do programa piloto. *Recfin*, João Pessoa, v. 5, n. 3, p. 99-122, set. 2017.

BEUREN, Ilse Maria; BOFF, Marines Lucia; HORN, Juliane Elisabeth; HORN, Marciane Angela. Adequação da evidenciação social das empresas de capital aberto no relatório da administração e notas explicativas às recomendações da NBC T 15. *Revista de Contabilidade e Organizações*, São Paulo, v. 4, n. 8, p.47-68, abr. 2010.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; SEHNEM, Simone; OLIVEIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSETTO, Adriana Marques; COELHO, Ana Lúcia de Araujo Lima; DALFOVO, Michael Samir. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. *G&P*, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, jan. 2013.

CFC. Resolução n.º 1.003/2004, de 19 de agosto de 2004. NBC T 15 – *Informações de Natureza Social e Ambiental*. Brasília, 2004. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2004/0011003&arquivo=Res\\_1003.doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/0011003&arquivo=Res_1003.doc). Acesso em: 30 nov. 2020.

---

CFC. Resolução n.º 1.138/2008, de 21 de novembro de 2008. NBC TG 09 – *Demonstração do Valor Adicionado*, Brasília, 2008. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/0011138&arquivo=Res\\_1138.doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/0011138&arquivo=Res_1138.doc). Acesso em: 30 nov. 2020.

---

CAMPOS JUNIOR, José Julio Ferraz de; KASSAI, José Roberto. *Relatório de Sustentabilidade GRI: um estudo no setor elétrico brasileiro*. In: ENGEMA, 16. Anais. São Paulo: 2014. p. 1-16.

---

DAUB, C.-H. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. *Journal of Cleaner Production*, v. 15, p. 75-85, 2007.

---

DE BENEDICTO, S. C.; RODRIGUES, A. C.; SILVA, A. M. P. *Surgimento e evolução da responsabilidade social empresarial: uma reflexão teórico-analítica*. In: XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, 2008, Rio de Janeiro, RJ. Rio de Janeiro, RJ: Abepro, 2008.

---

FREITAS, Betina França Gomes de; FREIRE, Fátima de Souza. Relato integrado: um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no relatório socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro*, v. 12, n. 1, p. 1-16, jan. 2017.

---

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). *Consultation Draft of the International Framework*. 2013.

---

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; FLORES, Eduardo. Relato integrado. In: LUIZ NELSON GUEDES DE CARVALHO (org.). *Manual de Contabilidade Societária* – FIPECAFI. 3. ed. São Paulo: Gen-Atlas, 2018. p. 2383-2408.

---

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

---

PEIXOTO, Nathália Oliveira; MARTINS, Vidigal Fernandes. Relato integrado e a convergência com relatórios de sustentabilidade: um estudo em empresas brasileiras. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, Monte Carmelo, v. 3, n. 7, p. 23-36, jan. 2015.

---

REGALIN, Igor; ZAAK SARAIVA, Illyushin. *Proposta metodológica para análise de relatórios contábeis de sustentabilidade em indústrias de papel celulose à luz da norma NBC T 15*. In: Mostra Nacional de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar. Blumenau. Anais [...]. Blumenau: 2016. p. 1-5.

---

ROSA, Júlia da Silva. *Estudo sobre a aderência a NBC T – 15 de empresas integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)*. 2019. 34 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

---

SANTOS, Bruna Januário dos; FERREIRA, Denize Demarche Minatti; MARTINS, Lisiane Adriana; FERREIRA, Luiz Felipe. Adesão dos balanços sociais publicados pelos CFC e CRCs das regiões Sul e Sudeste do país à NBC T 15, na categoria de recursos humanos no no de 2012. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. , n. 63, p. 4-11, maio 2015.

---

TOLDO, Mariesa. *Responsabilidade Social Empresarial*. Santa Catarina: UNESCO, 2000 (Monografia). Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

---

TORRES, C. *Um pouco da história do Balanço Social*. Disponível em: <http://ibase.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2020.

---

VASCONCELOS, Maria Livânia Dantas; PIMENTEL, Márcio Sampaio; CALLADO, Antônio André Cunha. Evidenciação nos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica com base na NBC T15. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 123- 138, jul. 2018.

---

VIEIRA, Marli Terezinha; FARIA, Ana Cristina de. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan. 2007.

---





# Evidenciação do *fair value* nas companhias brasileiras listadas na Bolsa de New York

O estudo visa demonstrar a evidenciação do nível hierárquico do *fair value* das empresas brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores de New York (NYSE). Para isso, a pesquisa delimitou-se à análise dos ativos: instrumentos financeiros, propriedades para investimento e ativos biológicos. A amostra foi composta por 12 (doze) empresas, sendo analisadas as demonstrações financeiras padronizadas juntamente com seus Formulários 20-F dos anos 2019 e 2020. Verificou-se que o ativo com menor evidenciação foi propriedade para investimento. Os ativos biológicos não tiveram mensuração ao nível 1, tendo o nível 3 com maior mensuração. Os ativos financeiros são os mais detalhados e mensurados, com 82,84% em 2019 e de 79,38% em 2020 de mensuração ao nível 1. Houve dificuldades na comparação entre as demonstrações financeiras padronizadas e os Formulários 20-F, pois muitas empresas deixaram de divulgar os níveis hierárquicos no Formulário 20-F, enquanto outras apresentaram valores em dólares. Por isso, os resultados da concordância apresentaram 41% em 2019 e 33% em 2020 entre as duas demonstrações. Diante disso, a pesquisa evidencia que é preciso a utilização correta das normas, para se obter informações que sejam fidedignas e tempestivas. Por isso, é importante que os profissionais da contabilidade tenham amplo conhecimento sobre o assunto.

## **Alicia Almeida da Silva**

Graduada em Ciências Contábeis. Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat)  
*E-mail:* alicia.almeida.s.tga@gmail.com

## **Graziele Oliveira Aragão Servilha**

Mestranda em Economia (UFMT). Universidade Estadual de Mato Grosso – (Unemat).  
*E-mail:* graziele.aragao@unemat.br

## **Edineia Souza Nunes**

Mestra em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola - (Unemat). Universidade Estadual de Mato Grosso – (Unemat).  
*E-mail:* edineia.nunes@unemat.br

## **Josiane Silva Costa dos Santos**

Doutoranda em Contabilidade (UFPR). Universidade Estadual de Mato Grosso – (Unemat)  
*E-mail:* josiane.santos@unemat.br

## 1. Introdução

Em um cenário cada vez mais competitivo e com investidores interessados em aplicar em empresas no exterior, surgiu a necessidade de se criar um modelo único para que as empresas padronizassem suas demonstrações, facilitando o entendimento, a compreensão e dando segurança aos seus usuários em qualquer parte do mundo (ANTUNES et al., 2012).

Em virtude disso, a *International Accounting Standards Committee* (IASC) foi fundada em 29 de junho de 1973, com o objetivo principal de emitir pronunciamentos e normas denominadas de *International Accounting Standards* (IAS). No Brasil, foi a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que regulamentou as práticas contábeis, porém com a adesão rápida dos países às normas internacionais, fez com que em 2007 o Brasil instituisse a Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que dois anos depois, alterada pela Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009 (ALMEIDA, 2017; BRASI, 1976; BRASIL, 2007; BRASIL, 2009).

Dessa forma, a convergência trouxe ao Brasil a possibilidade e a obrigatoriedade de as empresas mensurarem o *fair value*, que tem por objetivo melhorar a mensuração dos ativos e passivos, contribuindo com a tomada de decisão e divulgação da informação (BARRETO; ALMEIDA, 2012). O *fair value* é regulamentado pela IFRS 13 e pelo Pronunciamento Técnico CPC 46, (de 2012), que o define como sendo “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração” (CPC 46, 2012, p. 9).

A adesão do *fair value* para mensuração dos ativos e passivos trouxe várias dúvidas e discussões,



principalmente com relação aos seus níveis de hierarquização, sua efetiva utilização e eficiência. A subjetividade que alguns ativos e passivos podem apresentar na hora da mensuração pode trazer desconfianças, como é apontado por autores como Iudícibus e Martins (2007) e Laux e Leuz (2009). Nesse contexto, o estudo pretende demonstrar a evidenciação dos níveis hierárquicos do *fair value* das empresas brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores de New York (NYSE).

No Brasil, apesar de não se tratar de algo novo, existem poucos estudos em relação ao assunto, como os de Souza e Meyer (2019), Moura e Dantas (2015) e Marques, Schultz, Dandolini, Souza e Petri (2012). Isso porque o *fair value* passou a ser mais discutido recentemente, após sua introdução nas normas internacionais de contabilidade. Além disso, para que traga realmente informações fidedignas e tempestivas, é preciso a utilização correta das normas. Portanto, é importante que os profissionais contábeis tenham amplo conhecimento sobre o assunto.

## 2. Referencial teórico

### 2.1 O Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência social aplicada que tem como objetivo fornecer informações tempestivas, úteis e fidedignas para seus diversos usuários (IUDÍCIBUS, 2010). Nesse sentido, houve a necessidade de convergir às normas brasileiras de contabilidade às normas internacionais também chamadas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Isso possibilitou que as informações divulgadas sejam mais confiáveis e transparentes, permitindo que o usuário consiga entender a informação contábil presente nas demonstrações de qualquer empresa, pois são elaboradas e apresentadas no mesmo formato das utilizadas em outros países, que aderiram à convergência ao padrão internacional. Além disso, investidores terão mais segurança quando forem aplicar ou investir em ações (ANTUNES et al., 2012).

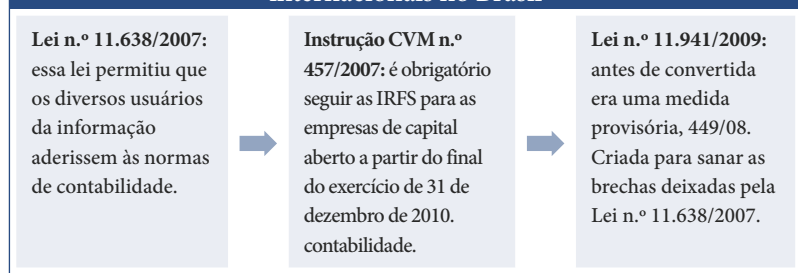
“Para proceder à adaptação das normas internacionais, surgiu no Brasil, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo de detalhar todos os procedimentos necessários por cada regulamentação ditadas pelas IFRS para a realidade brasileira.”

Diante disso, em 29 de junho de 1973, foi fundada a *International Accounting Standards Committee* (IASC), que tinha como objetivo principal emitir pronunciamentos e normas denominadas de IAS para facilitar a interação e o fluxo de informações entre as entidades e os usuários. Mesmo ganhando cada vez mais membros, em 2001, o IASC precisou ser reestruturado, ocorrendo mudanças nos seus treze membros (ZEFF, 2014).

Com isso, suas responsabilidades e seus objetivos passaram ao *International Accounting Standards Board* (IASB) e as normas – antes chamadas de IAS – passaram a ser denominadas de IFRS. Ao contrário do IASC, que demorou para receber reconhecimento, em pouco tempo o IASB foi aceito por vários países, em consequência da nova equipe estruturada, do bom financiamento e da prometida clientela de aproximadamente 7.000 empresas negociantes da bolsa na União Europeia (ALMEIDA, 2017; ZEFF, 2014).

No Brasil, até o ano de 2007, a principal lei que regulamentava as práticas contábeis era a Lei n.º 6.404/1976. Porém, a adesão rápida dos outros países ao sistema internacional e as vantagens que traria fizeram com que em 2007 o cenário mudasse. Nesse ano, a Lei n.º 11.638/2007 alterou e revogou

Figura 1 – Leis utilizadas na adoção das normas internacionais no Brasil



Fonte: adaptada de Almeida, 2017; BRASIL, 2007; BRASIL, 2009 e CVM, 2007

parcialmente a Lei n.º 6.404/1976. Dois anos depois, essa mesma lei também sofreu modificações pela Lei n.º 11.941/2009, que funcionou como complemento para a lei anterior (ALMEIDA, 2017; BRASIL, 1976; BRASIL, 2007; BRASIL, 2009).

Apenas em 2010 o Brasil convergiu completamente às normas internacionais, por meio da assinatura do Memorando de Entendimentos entre o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos surgimentos de leis, conforme Figura 1 (CFC, 2017).

Para proceder à adaptação das normas internacionais, surgiu no Brasil, em 2005, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo de detalhar todos os procedimentos necessários por cada

regulamentação ditadas pelas IFRS para a realidade brasileira. Porém, antes de cada publicação, os dados precisavam ser aprovados pelos seus diversos órgãos regulamentadores: a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Banco Central do Brasil (Bacen) (ALMEIDA, 2020).

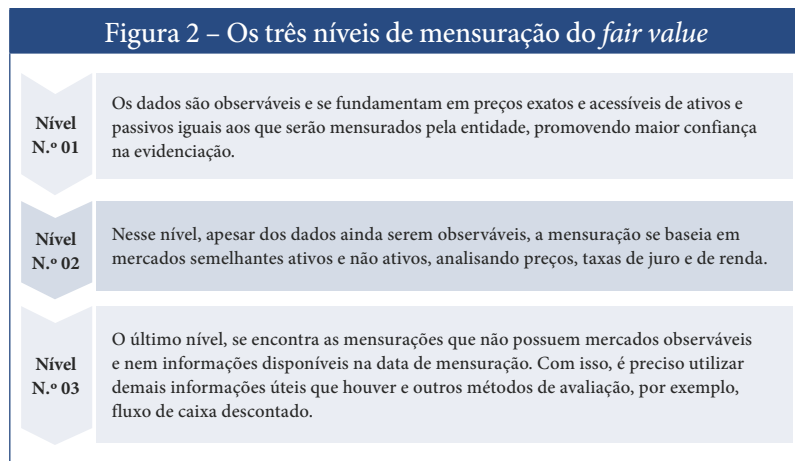
Antes do *fair value*, o método mais utilizado para mensuração de ativos e passivos era o custo histórico, que apresentava certas desvantagens, pois registrava o valor no momento da aquisição, não acompanhando as mudanças que poderiam sofrer ao longo do tempo. Em virtude disso, o *fair value* surgiu com o intuito de melhorar a divulgação da situação financeira e patrimonial da entidade, aumentando a relevância e a confiabilidade da informação (BARRETO; ALMEIDA, 2012).

Reconhecendo a utilização do *fair value*, o Iasb, em maio de 2011, emitiu o IFRS 13, que normatizava o uso do *fair value* e também ditava o alcance, a definição, os objetivos e os níveis de hierarquização da mensuração (BARRETO; ALMEIDA, 2012). No Brasil, a adoção já vinha ocorrendo desde 2001 e 2002, quando o Banco Central adotou o valor de mercado para mensurar certas operações nas instituições financeiras (MARQUES et al., 2012).

Mais tarde, em 2007, a Lei n.º 11.638/2007, que também alterou a Lei das Sociedades Anônimas, fez as empresas brasileiras utilizarem o *fair value*. Ainda, como efeito da convergência às normas internacionais de contabilidade, em dezembro de 2012, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o Pronunciamento Técnico CPC 46, no qual sua obrigação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013 (CATTY, 2013).

Para melhor divulgação e comparabilidade, o *fair value* dividiu sua mensuração em três níveis (Figura 2), que determinam a quantidade e a qualidade de dados que foram utilizados e observados para avaliar os ativos e passivos na data de mensuração (BARRETO; ALMEIDA, 2012).

Figura 2 – Os três níveis de mensuração do *fair value*



Fonte: Barreto e Almeida (2012) e CPC 46 (2012).

Além disso, existem outros métodos também conhecidos como técnicas de avaliação, utilizadas para facilitar a estimativa de preço em uma transação não forçada, contribuindo na mensuração dos ativos e passivos, que devem seguir e respeitar os níveis hierárquicos do método de abordagem de mercado, de abordagem de custo e de abordagem de receita (CPC 46, 2012).

O primeiro tem por base preços, negociações e informações relevantes de mercados compatíveis ou idênticos aos que estão sendo analisados. O segundo é usado normalmente para ativos tangíveis, no qual será observada a obsolescência do ativo, ou seja, reflete o valor cor-

respondente à capacidade de serviço ou habilidade do ativo. O último tem como finalidade converter valores futuros em atuais, utilizando, para isso, o fluxo de caixa, as receitas e as despesas (CPC 46, 2012).

Os níveis hierárquicos e as técnicas de avaliação se complementam, porém a empresa precisa utilizar de forma correta e se atentar às características do ativo ou passivo, para aplicá-las de forma apropriada, para assim maximizar os dados observáveis, por isso elas são usadas quando há dados suficientes para mensuração. Dependendo do ativo ou passivo, é necessário utilizar mais de uma técnica, o que pode mudar também a classificação do nível hierárquico (CPC 46, 2012).

“Levando em consideração o objetivo da contabilidade, as demonstrações contábeis auxiliam na apresentação da situação financeira e patrimonial da empresa e para essas informações serem cada vez mais específicas é preciso que as informações e os dados contidos nas demonstrações sejam exatos.”

Todavia, a mensuração pelo *fair value* só pode ser feita caso as outras IFRS ou os CPCs permitirem essa divulgação, como é o caso dos instrumentos financeiros, dos ativos biológicos, das propriedades para investimento e da combinação de negócios. A mensuração do *fair value* pode ser recorrente quando o CPC exige e pode ser não recorrente em situações específicas e o motivo do ativo ou passivo ser mensurado deve ser informado (BARRETO; ALMEIDA, 2012; CPC 46, 2012).

## 2.2 Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação da Informação

A primeira etapa é reconhecer em ativo ou passivo, já que para mensurar é preciso levar em consideração as suas características (CPC 46, 2012). Dessa forma, o ativo seria quando pudesse estimar ganhos econômicos futuros para a entidade, já o passivo é reconhecido quando as saídas de recursos são exigidas para a liquidação de uma obrigação (BARRETO; ALMEIDA, 2012; CPC 00 R2, 2019).

Nesse sentido, para facilitar a mensuração e o entendimento dos demais CPCs foi criado o CPC 00, que não é uma norma, mas serve como guia para melhor interpretação das normas que serão criadas e que dispõe sobre os objetivos e finalidades dos relatórios financeiros e como pode-se reconhecer, mensurar e apresentar as informações nas demonstrações contábeis (CPC 00 R2, 2019).

Levando em consideração o objetivo da contabilidade, as demonstrações contábeis auxiliam na apresentação da situação financeira e patrimonial da empresa e para essas informações serem cada vez mais específicas é preciso que

as informações e os dados contidos nas demonstrações sejam exatos (CPC 26 R1, 2011). Sendo assim, é importante saber e conhecer como é feito o processo do reconhecimento até a apresentação da informação.

O CPC 26 R1 de 2011 e o art. 176 da Lei n.º 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) determinam quais são as demonstrações que devem ser divulgadas. Porém, possuem algumas diferenças, como a não exigência da Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) e a dispensa da elaboração da Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), de acordo com o § 2º do art. 186 da Lei n.º 6.404/1976, contanto que emita a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) (RIBEIRO, 2018; VICECONTI; NEVES, 2018).

Segundo a Lei n.º 11.638/2007, a Demonstração de Fluxo de Caixa não é obrigatória (DFC) para entidades que tenham patrimônio líquido inferior a dois

milhões de reais (Ribeiro, 2018). De acordo com o CPC 03 (R2), a entidade deve apresentar a DFC pelo método direto ou indireto, o que muda entre elas é apenas a apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais, as atividades de investimento e financiamento são iguais em ambos os métodos. Já a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é exclusiva para empresas que negociam ações nas bolsas de valores, ou seja, companhias abertas. A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), que não é exigida pela Lei n.º 6.404/1976, é basicamente uma continuidade da DRE, pois evidencia todas as mudanças que impactam diretamente no patrimônio líquido (VICECONTI; NEVES, 2018).

A CVM, a partir da Instrução n.º 480/2009, determina que as empresas que negociam ações nas bolsas de valores e as companhias de capital aberto divulguem periodicamente as demonstrações financeiras padronizadas (DFPs), documento eletrônico que apresenta um conjunto de demonstrações obrigatórias pela Lei n.º 6.404/1976, que devem ser preenchidas conforme as regras presentes nos arts. 25º até 27º dessa instrução, devendo serem entregues de acordo com o art. 28º da Instrução n.º 480/2009, inciso II.

Enquanto isso, a *Security Exchange Commission* (SEC) é o órgão que regula as empresas dos Estados Unidos da América (EUA) e ainda determina que empresas estrangeiras que negociam ações no EUA sejam obrigadas a divulgar o Formulário 20-F, ou seja, as empresas brasileiras, além de divulgar as demonstrações exigidas pela CVM, se tiverem ações em bolsas nos EUA, terão que informar e apresentar relatórios, formulários ou demonstrações determinadas pela SEC (DIAS; RODRIGUES; COLAUTO, 2011).



### 2.3 Mensuração e Evidenciação Ativos Biológicos, Instrumentos Financeiros e Propriedades para Investimento.

Para fazer a mensuração pelo *fair value*, é preciso reconhecer os ativos e passivos, identificar qual é o nível da mensuração, utilizar três técnicas de avaliação e identificar se o ativo e o passivo em seus CPCs específicos permitem essa estimativa. É o caso dos Ativos Biológicos – CPC 29, Instrumentos Financeiros – CPC 39 e 40 e Propriedades para Investimento – CPC 28.

Os ativos biológicos são plantas ou animais vivos, que desde sua origem até o momento da colheita ou abate devem ser mensurados a *fair value* e só poderão ser mensurados pelo custo menos suas depreciações e perdas caso não se encontre fontes confiáveis ou disponíveis para a mensuração (CPC 29, 2009).

A mensuração deve ocorrer sobre o *fair value* deduzindo as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial e final de cada período de competência. Deve-se evidenciar as perdas e os ganhos, deduzindo-se as suas despesas de vendas, assim como a entidade deve fornecer uma descrição de cada grupo de ativos biológicos distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos e fornecendo uma descrição da quantidade



de cada grupo de ativos biológicos (CPC 29, 2009).

Os instrumentos financeiros são transições que correm no dia a dia das entidades por meio de um contrato que gera um ativo financeiro para uma parte e para a outra um passivo financeiro ou um instrumento patrimonial, no caso de vendas a prazo que geram recebíveis, aplicações financeiras, participação em coligadas (GALDI; BARRETO; FLORES, 2018).

Assim como nos ativos biológicos, os instrumentos financeiros devem ser mensurados ao *fair value*, porém devem ser evidenciados os métodos e as técnicas de avaliação utilizadas, como também todas as variações durante o período, os ganhos, as perdas e as informações relacionadas aos riscos decorren-

tes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta na data das demonstrações contábeis e, além disso, as hierarquias devem estar visíveis (CPC 40 R1, 2012).

As propriedades de investimentos são edifícios ou terrenos, ou até mesmo partes de ambos, mantidas com o objetivo de trazer benefícios por meio do aluguel ou valorização de capital, ou os dois casos; pelo proprietário ou arrendatário como ativo de direito de uso. Pode-se optar pelo *fair value* ou a custo histórico. Caso seja mensurado a *fair value*, deve-se informar e divulgar todas as propriedades nesse mesmo critério, bem como qualquer alteração, perdas ou ganhos no resultado do período ocorrido (CPC 28, 2009).

“Para fazer a mensuração pelo *fair value*, é preciso reconhecer os ativos e passivos, identificar qual é o nível da mensuração, utilizar três técnicas de avaliação e identificar se o ativo e o passivo em seus CPCs específicos permitem essa estimativa.”

### 3. Procedimentos Metodológicos

O estudo se caracteriza como descritivo, com abordagem qualitativa, que visa interpretar, analisar e descrever fenômenos, fazendo relações entre o mundo real e o sujeito. Segundo Pereira (2019), as informações obtidas por meio dessa abordagem não podem ser quantificáveis, e não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas, utilizando a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados para alcançar os resultados. É descritiva, pois, segundo Bertolini (2016), a pesquisa descritiva visa detalhar as características de determinada amostra ou população.

Quanto à técnica de pesquisa documental, Sordi (2017) afirma que consiste na busca de registros e documentos. A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2008), se constrói a partir da leitura e do estudo de um material já elaborado, composto de livros e artigos científicos.

Assim, foram coletados dados das demonstrações financeiras padronizadas e o Formulário 20-F das empresas brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores de New York. Foram utilizados os sites de órgãos regulamentadores de ambas as bolsas de valores: a CVM (<https://cvmweb.cvm.gov.br/SWVB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBusca-CiaAb.aspx?TipoConsult=c>) e o SEC (<https://www.sec.gov/edgar/searchedgar/companysearch.html>) para coleta de dados.

A CVM regula as empresas que negociam ações na bolsa de valores brasileira, a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que são obrigadas a divulgar para a CVM periodicamente as demonstrações financeiras padronizadas. A SEC é o órgão que regula as entidades que negociam ações nas Bolsas dos Estados Unidos incluindo a bolsa de New York. Para empresas estrangeiras que ne-

Quadro 1 – Amostra da pesquisa	
EMPRESAS	Classificação Setorial
Banco Bradesco S.A.	Financeiro / Intermediários Financeiros / Bancos
Banco Santander (Brasil) S.A.	Financeiro / Intermediários Financeiros / Bancos
Brasilagro Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	Consumo não cíclico / Agropecuária / Agricultura
Companhia Brasileira de Distribuição	Consumo não cíclico / Comércio e Distribuição / Alimentos
Companhia de Bebidas das Américas (Ambev)	Consumo não cíclico / Bebidas / Cervejas e Refrigerantes
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP	Utilidade Pública / Água e Saneamento / Água e Saneamento
Companhia Paranaense de Energia-COPEL	Utilidade Pública / Energia Elétrica / Energia Elétrica
Embraer S.A.	Bens Industriais / Material de Transporte / Material Aeronáutico e de Defesa
Gerdau S.A.	Materiais Básicos / Siderurgia e Metalurgia / Siderurgia
Itaú Unibanco Banco Múltiplo SA (formerly Banco Itaú Holding Financeira S.A.)	Financeiro / Intermediários Financeiros / Bancos
Petróleo Brasileiro S.A.-Petrobras	Petróleo. Gás e Biocombustíveis / Exploração. Refino e Distribuição
Vale S.A.	Materiais Básicos / Mineração / Minerais Metálicos

Fonte: elaborado pelos autores. Dados extraídos da B3 (2021).

gociam na SEC, as obriga que divulguem periodicamente o Formulário 20-F, que é um relatório contendo diversas informações sobre a situação financeira e patrimonial de uma organização. É dividido em três partes e em cada parte tem os itens que devem serem apresentados pelas empresas. Por exemplo, a parte 1 informa sobre a administração e acionistas, a parte 2 tem dados sobre código de ética e honorários e a parte 3 é destinada a apresentação das demonstrações contábeis e as notas explicativas, foco da observação da pesquisa (DIAS; RODRIGUES; COLAUTO, 2011).

No total, foram identificadas 29 (vinte e nove) empresas brasileiras no site da bolsa, que negociam ações na Bolsa de Valores de New York, 2 (duas) não negociam na B3 e outras 15 (quinze), apesar de negociarem na bolsa brasileira, não divulgaram até o momento as movimentações. O levantamento dos dados foi realizado no período de 24 de maio de 2021 ao dia 7 de junho de 2021, evidenciando os Formulários 20-F em português.

Diante disso, a amostra é composta por 12 (doze) empresas

(Quadro 1), das quais analisou-se as notas explicativas das DFPs e os Formulários 20-F de cada empresa, nos anos de 2019 e 2020 e especificamente foram observados os instrumentos financeiros, os ativos biológicos e as propriedades para investimento. Fonte: elaborado pelos autores. Dados extraídos da B3 (2021).

Foram observadas as notas explicativas de cada empresa, tanto as demonstrações financeiras padronizadas quanto os Formulários 20-F. Em seguida, foram anotadas todas as empresas que aderiram à mensuração ao *fair value* e quais possuíam os instrumentos financeiros, propriedades para investimento ou ativo biológico, ou seja, a frequência relacionada, quais tipos de ativos que mais aparecem e quais os mais mensurados ao *fair value*.

Em seguida, foram coletados os valores de cada nível hierárquico, os tipos de ativo e a soma total, separando cada ativo (instrumentos financeiros, propriedades para investimento e ativos biológicos) em planilhas, discriminando o valor que cada empresa demonstrou de seus níveis, e identificando o percentual.

## 4. Resultados e Discussão

### 4.1 Frequência de Evidenciação dos Ativos

Quanto ao ativo instrumento financeiro, a pesquisa revelou que todas as empresas analisadas apresentaram esse ativo, o qual foi o ativo predominante (Quadro 2). A pesquisa vem ao encontro dos dados de Silva e Souza (2018), em que a maioria das empresas analisadas (cerca de 97,5%) apresentaram instrumentos financeiros. Souza e Meyer (2019) afirmam, em seu estudo, que todas as 27 empresas observadas evidenciaram os instrumentos financeiros.

Essa predominância pode ser causada pela classificação setorial (Quadro 1), pois, dependendo do setor de atuação da empresa, vai ser menos comum encontrar ativos biológicos e propriedades para investimentos, como encontrar ativos biológicos em empresa voltada para o transporte, como a Embraer.

Outra observação é que das empresas analisadas, três são bancos, o que faz com que essa característica eleve a predominância. Outra hipótese, segundo Freitas e Francisco (2020), é de as instituições financeiras sofrerem forte regulamentação por parte de várias instituições e, por isso, acabarem se empenhando mais para acatar as normas. O Quadro 2 demonstra a frequência dos ativos nos anos de 2019 e 2020,

Percebe-se que somente a empresa Sabesp não mensurou esses ativos com *fair value* e sim com custo amortizado. Além disso, foi a empresa que menos utilizou o *fair value* em suas mensurações, não informou métodos e técnicas de avaliação, mercados ativos nem os níveis hierárquicos em nenhum dos relatórios estudados (DFPs e Formulário 20-F) (Quadro 2). Por isso, será desconsiderada nas próximas discussões.

Quadro 2 – Frequência dos ativos em 2019/2020

EMPRESAS	2019/2020		
	Instrumento Financeiro	Propriedade para Investimento	Ativos Biológicos
Banco Bradesco S.A.	X		
Banco Santander (Brasil) S.A.	X		
Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	X	X	X
Companhia Brasileira de Distribuição	X	X	
Companhia de Bebidas das Américas (Ambev)	X		
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP	X	X	
Companhia Paranaense de Energia-COPEL	X	X	
Embraer S.A.	X		
Gerdau S.A.	X		
Itaú Unibanco Banco Múltiplo SA (formerly Banco Itaú Holding Financeira S.A.)	X		
Petróleo Brasileiro S.A.-Petrobras	X		
Vale S.A.	X		

Fonte: dados da pesquisa (2021).



Em relação à propriedade para investimento, três empresas fizeram a evidenciação desse ativo: Brasilagro, Companhia Brasileira de Distribuição e Copel, utilizando o método do custo histórico. A Brasilagro informou, ainda, que diminuiu o custo histórico menos a depreciação acumulada para obter o valor; já a Companhia Brasileira de Distribuição, além de usar a mesma técnica da Brasilagro também utiliza custo de transação e desconta perdas por não recuperação (Quadro 2).

Esse fato se relaciona com a pesquisa de Batista et al., (2013), em que afirmam que apenas três das doze empresas do setor de exploração de imóveis listadas na B3 mensuraram na *fair value* as pro-

priedades para investimentos, enquanto Silva e Souza (2018) declaram que poucas entidades das 40 maiores empresas de capital aberto analisadas mensuraram o *fair value*.

Além disso, Mello, Angelim e Araújo (2015) registraram que apenas 7% das 2.071 companhias brasileiras de capital aberto registradas na CVM em 2014 possuem propriedades para investimentos.

Relataram, ainda, que, dessas empresas, 58% optaram pela mensuração a custo histórico. Os autores acreditam que o motivo é que poucas entidades investem nesse tipo de ativo devido ao custo inicial ser bastante elevado e também seus custos para legalização possuírem baixa liquidez e a curto prazo o retorno tende a ser baixo.

Dos ativos biológicos das empresas observadas, apenas a Brasilagro apresentou e mensurou os ativos biológicos ao *fair value*. A empresa divulgou separadamente os valores de acordo com a produção da pecuária e o tipo de plantio. Souza e Meyer (2019) encontraram esse ativo dentre as 27 empresas analisadas em apenas três entidades, sendo uma delas a Brasilagro (Quadro 2).



“Os autores acreditam que o motivo é que poucas entidades investem nesse tipo de ativo devido ao custo inicial ser bastante elevado e também seus custos para legalização possuem baixa liquidez e a curto prazo o retorno tende a ser baixo.”

#### 4.2 Nível de Hierarquia do Fair Value

Para identificar a frequência das informações, foram utilizados os critérios de análises de mercado de ativos (MA), nível de hierarquia (NH) e técnica utilizada (TU).

A fim de identificar o nível de hierarquia dos ativos instrumentos financeiros, levantou-se quais empresas informaram nas DFPs e no Formulário 20-F o mercado ativo, o nível hierárquico e a técnica utilizada (Quadro 3). Todas as empresas, com exceção da Sabesp, divulgaram nas DFPs os níveis hierárquicos. Porém, em 2019, quatro empresas, sendo Banco Santander, Brasilagro, Companhia Brasileira de Distribuição e Vale S.A. não divulgaram no Formulário 20-F os níveis hierárquicos.

Das empresas analisadas, cinco informaram ter mercado ativo nas DFPs: Bradesco, Santander, Copel, Embraer e Itaú, enquanto no Formulário 20-F apenas quatro empresas apresentaram nas DFPs, com exceção do Santander. Conseqüentemente, não fornece informações confiáveis, completas e consistentes ao mercado acionário norte-americano e ao brasileiro (MARTINS; MACHADO; CALLADO (2014).

Observa-se que, das cinco entidades, três são intuições financeiras e, por sofrerem forte regu-

Quadro 3 – Informações divulgadas nas DFPs e no Formulário 20-F – 2019/2020

EMPRESAS	2019						2020					
	DFP			20-F			DFP			20-F		
	MA	NH	TU	MA	NH	TU	MA	NH	TU	MA	NH	TU
Banco Bradesco	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Banco Santander	X	X	X				X	X	X	X		X
Brasilagro		X				X		X				X
Cia Brasileira de Distribuição		X	X			X		X	X			X
Ambev		X			X			X			X	
Sabesp												
Copel	X	X		X	X		X	X		X	X	
Embraer S.A.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gerdau S.A.		X	X		X	X		X	X			X
Itaú	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Petrobras		X	X		X	X		X	X		X	X
Vale S.A.		X	X			X		X	X			

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Legenda: MA – Mercado Ativo; NH – Nível Hierárquico; TU – Técnica Utilizada.

lamentação por parte de várias instituições (Banco Central, CVM e Sistema Financeiro Nacional [SFN]), existe um esforço maior por parte das empresas para seguir todos os critérios e procedimentos estabelecidos e obrigatórios (FREITAS; FRANCSO, 2020).

Nesse sentido, seria um dos motivos pelo qual a maior parte das informações mensuradas nesse ativo são classificadas ao nível 1, ou seja, possuem informações observáveis e de fácil classificação, facilitando às empresas divulgarem e mensurarem

ao fair value. Por isso, é o ativo mais encontrado dentre as entidades.

Observou-se que somente quatro empresas: Sabesp, Ambev, Copel e Brasilagro não informaram com clareza os métodos utilizados para mensurar nos níveis 1, 2 e 3 nas DFPs, enquanto no Formulário 20-F, quatro entidades: Sabesp, Ambev, Copel e Santander não divulgaram as técnicas utilizadas em cada um dos níveis. A falta de informação sobre os métodos se mostrou na pesquisa de Souza e Meyer (2019).

Em 2020, as empresas Sabesp, Ambev e Copel continuaram sem divulgar corretamente as técnicas utilizadas para mensurar os níveis 2 e 3 nas demonstrações financeiras padronizadas e no formulário, enquanto a empresa Vale, que havia divulgado em 2019, passou a não informar no Formulário 20-F no ano de 2020.

As empresas que divulgaram o mercado ativo se mantiveram, tanto na DFPs quanto no Formulário 20-F. No geral, os mercados ativos mais utilizados pelas empresas são os cotados na bolsa de valores, índices divulgados pela B3, títulos emitidos pelo governo, investimentos em outras entidades, preços cotados postados publicamente e mercados com elevada liquidez. A única variação foi em relação à divulgação dos níveis hierárquicos: eram cinco empresas (Banco Santander, Brasilagro, Companhia Brasileira de Distribuição e Vale S.A) que não informaram, em 2020 aumentou para seis, pois a Gerdau S.A. não apresentou esses dados.

Em relação às técnicas e aos métodos mais utilizados para mensuração dos níveis 2 e 3, se destacaram o uso do fluxo do caixa descontado, observação e análise de taxas cambiais, de juros, a volatilidade e o preço de fechamento. E empresas

como Embraer, Itaú e Santander, que encontraram ativos com informações muito subjetivas, aplicaram métodos criados internamente.

A Tabela 1 apresenta, de acordo com o CPC 46, o percentual dos níveis hierárquicos dos ativos, em que são obrigatórios divulgá-los nas demonstrações financeiras para aqueles que mensuram ao *fair value*.

A maioria dos ativos financeiros foram mensurados ao *fair value* em nível 1 com 82,84% (Tabela 1), ou seja, apresentaram mercado ativo observável, o que é favorável, pois isso indica que utilizaram informações mais precisas, colhendo informações de mercados iguais às daqueles a que pertence a entidade.

Em 2020, a divulgação no nível 1 ficou em 79,38%, ou seja, teve uma diminuição de 3,44% em relação ao ano de 2019, porém mesmo com essa delimitação se manteve na frente em vista dos outros níveis. Enquanto isso, o nível 2 ficou

com 19,5% e o nível 3 com apenas 1,12%, dados esses que apresentam as informações menos observáveis e mais subjetivas (Tabela 1).

A pesquisa diverge da de Souza e Meyer (2019) que, ao observarem as informações referentes a 2016, notaram que a maior parte era mensurado ao nível 2 com 53% e nível 1 com 41%. Porém, se assemelha à de Moura e Dantas (2015), que também observaram que a maioria dos instrumentos financeiros possuíam mensuração maior ao nível 1 com média de 63% a 68%.

Os ativos biológicos estão presentes somente na entidade Brasilagro, e não apresentaram categoria nível 1 na hierarquização, somente nível 2 com 24,46% e nível 3, na qual se apresentou bem maior com 75,54%, em 2019. Em 2020, os resultados se mostram melhores para o nível 2, o que é bom, tendo 30,15% e de nível 3 69,85% (Tabela 1).

Tabela 1 – Nível hierárquico de acordo com os ativos – 2019/2020

Ano	2019			2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Instrumentos Financeiros</b>	82,84%	15,90%	1,26%	79,38%	19,50%	1,12%
<b>Ativos Biológicos</b>	0%	24,46%	75,54%	0%	30,15%	69,85%
<b>Propriedades para Investimentos</b>	0%	0%	100%	0%	0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

“No geral, os mercados ativos mais utilizados pelas empresas são os cotados na bolsa de valores, índices divulgados pela B3, títulos emitidos pelo governo, investimentos em outras entidades, preços cotados postados publicamente e mercados com elevada liquidez.”

As técnicas utilizadas pela Brasilagro foram fluxo de caixa descontado para mensurar o nível 2 e para o nível 3, que requer mais subjetividade nas informações, usaram certo julgamento se baseando em preço, produtividade, custo de produção e custo de plantio. A Brasilagro, além de informar em valores totais os ativos biológicos e seus níveis, ainda discriminou de acordo com o plantio e a pecuária, sendo o gado classificado como nível 2 e a cana, os grãos e o algodão como nível 3.

Souza e Meyer (2019) sustentam esses dados, ao afirmarem que a Brasilagro S.A. foi a única das três empresas que apresentou os ativos biológicos ao *fair value* em suas demonstrações e que dividiu a mensuração em nível 2 e 3, sendo que o *fair value* foi mensurado por meio de técnicas de avaliação, incluindo o fluxo de caixa descontado. Martins, Machado e Callado (2014) e Silva e Souza (2018) observaram que os ativos biológicos são na maior parte mensurados ao nível 3. Souza e Meyer (2019) não encontraram ativos biológicos ao nível 1, tendo nas suas investigações encontrado o nível 3 com 75% e nível 2 com 25%, praticamente os mesmos valores encontrados em 2019.

Diante disso, o fato de ter menos mensuração ao nível 1 para ativos biológicos pode estar associado ao fato de não possuir muitos mercados ativos ou o ativo não estar pronto na data da mensuração, distante do ponto de colheita ou abate. Amaral (2020) afirma que as entidades podem ter dificuldades ao procurar o preço em mercados ativos, pois encontram-se muitas vezes apenas em seu estado maduro ou próximo ao ponto de colheita. Além disso, o autor aponta outro problema encontrado para dificultar a mensuração: o fato de as empresas terem suas atividades integradas e cujos produtos agrícolas derivados dos seus ativos biológicos sejam utiliza-



Fonte: dados da pesquisa (2021).

dos como insumos na produção dos seus outros produtos.

As propriedades para investimentos não tiveram mensuração pelo *fair value*, todas as empresas tiveram mensuração pelo custo histórico. Apenas a entidade Brasilagro divulgou a informação de nível 3, para isso, foram avaliados a localização, o clima da região e o tipo do solo.

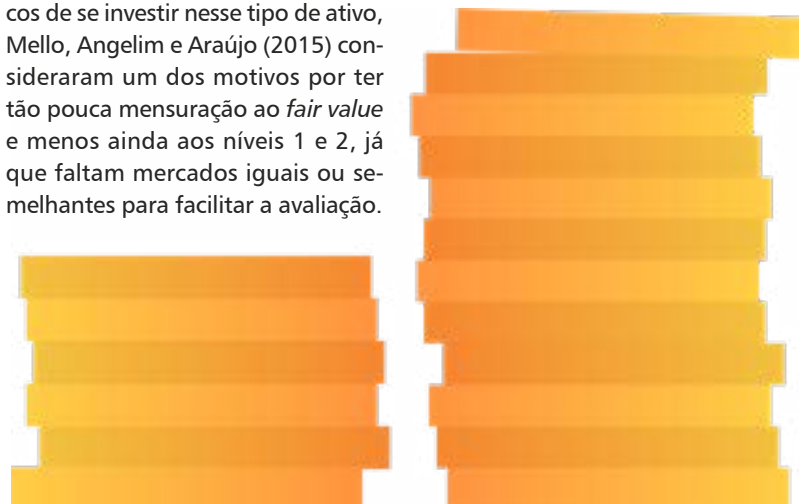
Esse fato coincide com Silva e Souza (2018) e Batista et al. (2013), que encontraram predominância de mensuração ao nível 3. Mello, Angelim e Araújo (2015), a partir da investigação em 2.071 empresas de capital aberto, demonstraram que houve uma maior utilização do nível 3 com 41% e nível 2 com 18%.

Pelo fato de muitas empresas não terem propriedades para investimento, devido aos altos custos e riscos de se investir nesse tipo de ativo, Mello, Angelim e Araújo (2015) consideraram um dos motivos por ter tão pouca mensuração ao *fair value* e menos ainda aos níveis 1 e 2, já que faltam mercados iguais ou semelhantes para facilitar a avaliação.

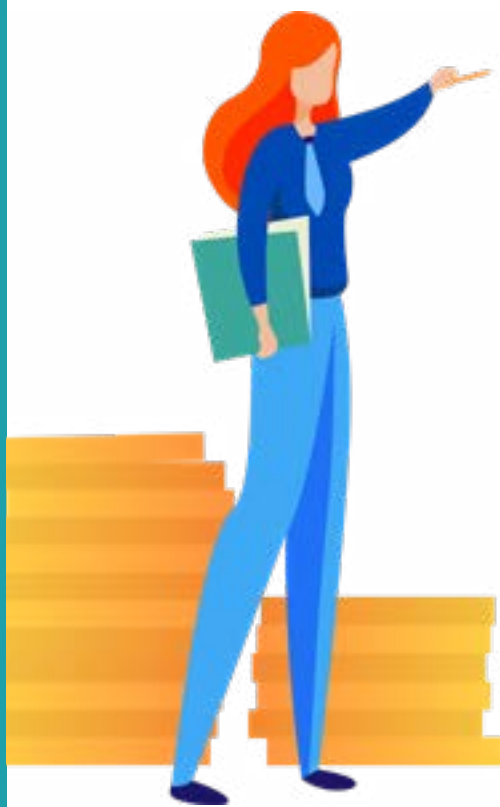
#### 4.3 Comparação entre Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e Formulário 20-F.

Na comparação anual, os Formulários 20-F apresentaram variações em duas categorias: mercado ativo (33,33% para 41,66%) e nível hierárquico (58,33% para 50%) de um ano para o outro, enquanto as DFPs não obtiveram mudanças percentuais em nenhum dos itens analisados.

Entre as duas demonstrações, a diferença mais significativa foi em relação à divulgação dos níveis de hierarquia, pois enquanto quase todas as empresas informaram nos dois anos nas DFPs (91,66%), nos Formulários 20-F foi 58,33% em 2019 e apenas 50% em 2020 das empresas divulgaram esse dado (Gráfico 1).



Tanto o 20-F, quanto as DFPs tiveram a mesma quantidade de empresas informando as técnicas utilizadas (66,66%) nos dois anos. E a única diferença em relação ao item mercado ativo foi no ano de 2019, em que as DFPs tinham percentual maior (41,66%), enquanto o Formulário 20-F ficou com apenas 33,33%. Em 2020, as duas demonstrações obtiveram 41,66%.



Muitas empresas não divulgaram os níveis hierárquicos e seus valores, foram cinco em 2019 e seis em 2020 (Gráfico 1); ainda somando o fato de outras duas entidades terem divulgado as informações em dólares no Formulário 20-F, sendo em 2019 a Embraer e a Petrobras e em 2020, essas empresas e a Vale S.A. impediram que fossem totalmente comparados os valores entre DFPs e o Formulário 20-F. Souza e Meyer (2019) também informaram o mesmo fato, que a Embraer e a Petrobras divulgaram e continuaram a divulgar os valores em dólares.

Sendo assim, há cinco empresas em 2019 e apenas quatro em 2020 para serem comparadas, todas divulgaram os mercados ativos, os níveis hierárquicos, as técnicas utilizadas e os mesmos valores em ambas as demonstrações. Outro detalhe importante é que alguns Formulários 20-F não apresentavam propriamente notas explicativas. Tendo, assim, 41% de concordância entre as divulgações em 2019 e em 2020 apenas 33%. Isso vai contra Souza e Meyer (2019), que verificaram que 79% dos valores dos instrumentos financeiros, dos ativos biológicos e das propriedades para investimento foram evidenciados de forma semelhante nos demonstrativos publicados no Brasil e nos Estados Unidos.

## 5. Considerações finais

Verificou-se, no nível de hierarquia, que apenas os ativos financeiros são os mais detalhados e os únicos que apresentaram mensuração em nível 1, provavelmente por serem os mais frequentes entre as empresas e apresentarem mercados ativos, sendo ainda maior do que dos níveis 2 e 3, mais presentes nos ativos biológicos e nas propriedades para investimentos.

Quanto às propriedades para investimentos, apenas uma empresa, a Brasilagro, informou o nível a que pertencia, mesmo tendo mensurado a custo histórico. Como no CPC 28 fica arbitrária a escolha de mensuração ao *fair value* ou a custo histórico, ficou claro que a maioria opta pelo custo. Isso porque ao mensurar pelo *fair value* terá que divulgar níveis, técnicas utilizadas e mercados ativos e, pelo que foi observado, ocorreram dificuldades em encontrar um mercado igual ou semelhante ao seu para se basear, por se tratar de um tipo de investimento pouco aderido pelas organizações.



“Sendo assim, há cinco empresas em 2019 e apenas quatro em 2020 para serem comparadas, todas divulgaram os mercados ativos, os níveis hierárquicos, as técnicas utilizadas e os mesmos valores em ambas as demonstrações.”

A comparação entre as DFPs e o Formulário 20-F foi limitada, pois várias empresas deixaram de informar os níveis hierárquicos no Formulário 20-F e outras informaram os valores em dólares, em que foi possível comparar totalmente apenas cinco empresas em 2019 e quatro em 2020, tendo, assim, 41% de concordância entre as divulgações em 2019 e em 2020 apenas 33%.

Além disso, muitas empresas apresentaram problemas em informar os mercados ativos, as técnicas e os métodos utilizados nas avaliações e tal fato demonstra a importância e a relevância do assunto, já que investidores e outros usuários precisam da confiabilidade

e da precisão das informações para obter dados mais qualificados e isso é um dos objetivos da Contabilidade. Dessa forma e diante da importância e deficiências abordadas, sugere-se pesquisar a mensuração e divulgação em períodos futuros para identificar se as empresas estão informando os níveis hierárquicos no Formulário 20-F, bem como se estão informando os valores em reais.



## Referências

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Contabilidade avançada em IFRS e CPC*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Iniciação à contabilidade em IFRS e CPC: facilitada e sistematizada*. São Paulo: Atlas, 2017.

AMARAL, Juliana Ventura. Valor justo dos ativos biológicos: o que demonstram as variações? *Revista de Auditoria Governança em Contabilidade*, v. 8, n. 33, p. 88-96, 2020. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/2020>. Acesso em: 15 out. 2021.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; GRECCO, Marta Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique; MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012. Disponível em: [https://www.fiap.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista\\_economia\\_20.pdf](https://www.fiap.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

BARRETO, Eric; ALMEIDA, Diana. *Contabilidade a valor justo: IFRS 13*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

BATISTA, Fabiano Ferreira; PRADO, Alexsandro Gonçalves da Silva; MACHADO, Márcia Reis; PAULO, Edilson. Uma análise da mensuração e evidenciação de propriedades para investimento nas companhias brasileiras do setor de exploração de imóveis. *Revista Ambiente Contábil*, Natal-RN, v. 5, n. 1, p. 281-299, 18 fev. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/3322>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BERTOLINI, Sonia Maria Marques Gomes. *Pesquisa científica: do planejamento à divulgação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=7C2SDgAAQBAJ&pg=PT50&dq=pesquisa+descritiva+qualitativa&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi17t63prfuAhVyBtQKHAWAAzAQ6AEwBHoECAUQAg#v=onepage&q=pesquisa%20descritiva%20qualitativa&f=false>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. *Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília. DF, 15 dez. 1976. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm). Acesso em: 15 nov. 2020

---

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007*. Altera e revoga dispositivos da lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm). Acesso em: 10 out. 2020.

---

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009*. Conversão da Medida Provisória n.º 449 de 3 de dezembro de 2008 (MP449/08). Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de maio de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm). Acesso em: 10 out. 2020.

---

CATTY, James P. *IFRS: guia de aplicação do valor justo*. Porto Alegre – RS: Bookman, 2013. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?id=Jrg3AgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=Jrg3AgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 8 out. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento técnico CPC 00 (R2) - estrutura conceitual para relatório financeiro – 2019*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 8 out. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - apresentação das demonstrações contábeis – 2011*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 8 out. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento – IAS 40 – 2009*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=59>. Acesso em: 4 dez. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento técnico CPC 29 - ativo biológico e produto agrícola - IAS 41 – 2009*. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324\\_CPC\\_29\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2014.pdf). Acesso em: 5 dez. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento técnico CPC 39 - instrumentos financeiros: apresentação - IAS 32 – 2009*. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/410\\_CPC\\_39\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/410_CPC_39_rev%2013.pdf). Acesso em: 5 dez. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - instrumentos Financeiros – IFRS 7 – 2012*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=71>. Acesso em: 5 dez. 2020.

---

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC. *Pronunciamento Técnico CPC 46 - mensuração do Valor Justo – IFRS 13 – 2012*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=78>. Acesso em: 8 out. 2020.

---

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. CVM. *Instrução Normativa n.º 457, de 13 de julho de 2007*. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst457.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

---

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. CVM. *Instrução Normativa n.º 480, de 7 de dezembro de 2009*. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

---

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. CFC. *CFC destaca registro sobre acordo de cooperação contábil na 'Declaração de Xiamen'*. Publicado em 13 de setembro de 2017. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-destaca-registro-sobre-acordo-de-cooperacao-contabil-na-declaracao-de-xiamen/>. Acesso em: 10 out. 2020.

---

DIAS, Warley Oliveira; RODRIGUES, Luciana Alves; COLAUTO, Romualdo Douglas. Evidenciação de informações financeiras nos formulários 20-F. *Revista Universo Contábil*, FURB, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 6-19, jan./mar., 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1746/0>. Acesso em: 24 jan. 2021.

---

FREITAS, Josiane Aparecida Alves de; FRANCSO, José Roberto de Souza. Composição dos níveis de hierarquia de instrumentos financeiros mensuração a valor justo no contexto das instituições financeiras bancárias. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, XVII, 2020, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: AEBD, 2020. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2020.php?pag=315>. Acesso em: 15 out. 2021.

---

GALDI, Fernando Caio; BARRETO, Eric; FLORES, Eduardo. *Contabilidade de instrumentos financeiros: IFRS 9 – CPC 48*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

---

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

---

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

---

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Uma investigação e uma proposição sobre o conceito e o uso do valor justo. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, v. 18, p. 9-18, jun. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34220>. Acesso em: 11 dez. 2020.

---

LAUX, Christian; LEUZ, Christian. The crisis of fair-value accounting: making sense of the recent debate. *Elsevier Ltd*, v. 34. p. 826-834. Doi: 10.1016/j.aos. 2009.04.003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1066.7354&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 16 jan. 2021.

---

MARQUES, Tatiane de Oliveira; SCHULTZ, Charles Albino; DANDOLINI, Gertrudes Aparecida; SOUZA, João Artur de; PETRI, Sergio Murilo. Valor justo aplicado nos instrumentos financeiros: um estudo nas pesquisas nacionais e internacionais. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba-PR, v. 4, n.2, p.110-127, maio/ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v4i2.27544>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/27544/19290>. Acesso em: 20 maio 2020.

---

MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras; CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 11, n. 22, p. 163-188, 2014. DOI: 10.5007/2175-8069.2014v11n22p163. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2014v11n22p163>. Acesso em: 10 jan. 2021.

---

MELLO, Lorena Costa de Oliveira; ANGELIM, Fernanda Fernandes; ARAUJO, Paolo Giuseppe Lima de. Mensuração do valor justo das propriedades para investimento: impacto nos indicadores de rentabilidade e endividamento. I In: Congresso Brasileiro de Custos, XX II, 2015, Paraná. *Anais [...]*. Paraná: 2015. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3900>. Acesso em: 15 out. 2021.

---

MOURA, Eduardo Gonçalves de; DANTAS, José Alves Dantas. Nível de confiabilidade do valor justo dos instrumentos financeiros nas instituições bancárias brasileiras. *Revista Ambiente Contábil*, Natal-RN. v. 7. n. 2, p. 171-189, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/5680>. Acesso em: 15 maio 2020.

---

PEREIRA, José Matias. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

---

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade geral*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

---

SILVA, Heloisa Jochem da; SOUZA, Máira Melo de. Evidenciação dos critérios de mensuração do valor justo: uma análise nos ativos das companhias de capital aberto brasileiras. *Revista da UNIFEFE*, v. 1, n. 23, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/649>. Acesso em: 15 nov. 2020.

---

SORDI, José Osvaldo de. *Desenvolvimento de projeto de pesquisa*. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

---

SOUZA, Máira Melo de; MEYER, Kauany. Evidenciação do valor justo: um estudo comparativo nas companhias que negociam ações no Brasil e nos Estados Unidos. *Revista brasileira de contabilidade*, n. 237, p.58-69, maio/junho de 2019. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/1806>. Acesso em: 12 dez. 2020.

---

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério. *Contabilidade básica*. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

---

ZEFF, Stephen A. A evolução do lasc para o lasb e os desafios enfrentados. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, São Paulo, v. 25, Edição "História da Contabilidade", p. 300-320, set./out./nov./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201400040>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v25nspe/1519-7077-rcf-25-spe-0300.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

---





Artigo Convidado

# Breve panorama da Contabilidade Socioambiental

A necessidade imprescindível da transição para uma economia de baixo carbono, somada às significativas adversidades sociais e ambientais que afligem as sociedades, assinalam a pesquisa em Contabilidade Socioambiental (CSA) como uma das áreas mais críticas de investigação e produção de conhecimento, sobre a agenda científica global atual e futura. O presente artigo expõe um breve panorama das pesquisas em CSA. Buscou-se discorrer sobre as abordagens paradigmáticas dessas pesquisas, desvelar as teorias empregadas e apresentar um levantamento conciso sobre os estudos recentes em CSA, apontando possibilidades de investigações futuras. Trata-se de uma breve revisão que, embora não analise sistematicamente a produção, situa o leitor sobre o campo da Contabilidade Socioambiental. A literatura nessa área delinea-se amplamente por todas as disciplinas da Contabilidade e suas relações. Do ponto de vista das teorias empregadas na CSA, as pesquisas buscam alicerce, em geral, nas teorias da Legitimidade, dos *Stakeholders* e da Economia Política. Sem embargo, novas proposições e novos conceitos são tomados como lente, como a hipocrisia organizada e as fachadas organizacionais. A CSA tem um compromisso com a sociedade e o meio ambiente e busca investigar alguns problemas estruturais, com foco em como as organizações operam e a responsabilidade social corporativa que demonstram.

Marcello Angotti

Doutor em Ciências Contábeis, professor da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) na graduação em Ciências Contábeis, na pós-graduação no mestrado profissional em Administração Pública (Profiap), possui mestrado em Controladoria e Contabilidade pela UFMG e doutorado em Ciências Contábeis pela UFRJ. É organizador da Conferência Sul-americana de Contabilidade Socioambiental.  
E-mail: angotti@ufsj.edu.br

## 1. Introdução

A expansão das sociedades e das atividades econômicas ultrapassou os limites ecológicos do nosso planeta. As atividades humanas, sem nenhuma dúvida, principalmente por meio das emissões de gases de efeito estufa (GEE), causaram o aquecimento global, com a temperatura da superfície global atingindo 1,1° C acima dos níveis pré-industriais. As emissões globais de GEE continuam a aumentar decorrentes do uso insustentável de energia, do uso da terra, dos estilos de vida e dos padrões de consumo e de produção (IPCC, 2023). Ainda, segundo o Relatório AR6 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2023), têm ocorrido ações de planejamento e a implementação para adaptação em todos os setores e regiões. Apesar dos progressos, os atuais fluxos financeiros globais são insuficientes e restringem a implementação das opções de adaptação, especialmente nos países em desenvolvimento.

Existe um consenso entre os decisores políticos, as empresas, a comunidade científica e a sociedade em geral de que a transição para uma economia de baixo carbono,

por meio da dissociação da atividade econômica da utilização de recursos finitos, é imperativa para a sustentabilidade (GSIA, 2020). As questões socioambientais são pauta regular em reuniões de negócios de alto nível e cúpulas de líderes globais. Existe um debate sobre o papel que as empresas globais podem desempenhar na transição aspirada para um futuro menos insustentável (BEBBINGTON; UNERMAN; O'DWYER, 2014). A disseminação de questões sociais e ambientais nas salas de reuniões corporativas talvez seja mais perceptível por meio de práticas de relatórios de sustentabilidade corporativa, que, nos últimos anos, se difundiram rapidamente e se institucionalizaram como um elemento do fluxo de informações produzido pelas organizações comerciais (CHO et al., 2015).

Nessa ótica, tem-se a Contabilidade Socioambiental (CSA), que se preocupa em explorar como as atividades sociais e ambientais empreendidas por diferentes elementos de uma sociedade podem ser e são expressas (GRAY, 2007). Assim, o processo de CSA oferece um meio pelo qual o não financeiro pode ser criado, capturado, articulado e comunicado. A análise de tais relatos fornece uma base por meio da qual a responsabilidade social pode esclarecer como as relações, que são amplamente dominadas pelo econômico, podem ser renegociadas para acomodar ou mesmo priorizar o social e o ambiental (DEEGAN, 2017). Gray, Brennan e Malpas (2014) observam ainda que os relatos socioambientais resultantes que emanam dessa forma de contabilidade podem servir a uma série de propósitos, mas a quitação da responsabilidade da organi-

zação perante as partes interessadas deve ser claramente dominante em relação a essas razões e à base sobre a qual a conta social é julgada.

Percebe-se que as mudanças no contexto mundial são cada vez mais dinâmicas. Todavia, a contabilidade não está mudando na mesma proporção, como destaca Hopwood (2007), existe uma visão de que a investigação contábil se tornou insuficientemente inovadora. Para alguns autores, há uma crescente sensação de desconforto sobre o estado e a direção da pesquisa na área (GRAY; BRENNAN; MALPAS, 2014). Apesar da contabilidade ter mudado significativamente ao longo do tempo, adotando novas formas, métodos e papéis, cada vez mais parece resistir às mudanças em um momento em que, talvez, haja mais desafios do que nunca (BEBBINGTON; GONZALEZ, 2014; DEEGAN, 2017).

Especificamente, o campo da CSA tem focado na preparação e na adequação de novos relatórios adicionais ou complementares, das atividades sociais e ambientais das organizações. Como explicam Gray, Brennan e Malpas (2014), o foco tem sido sobre as grandes empresas comerciais, principalmente as multinacionais (mais propensas a produzir voluntariamente dados), e o impulso central tem sido sobre as perspectivas e práticas de autorrelato, voluntárias ou não. Em um nível normativo, o foco sobre as organizações comerciais de grande porte é compreensível, pois essas influenciam profundamente os padrões de consumo, o comércio global, a política do governo, o nível de emprego, a destruição ambiental ou os avanços tecnológicos (GRAY; BRENNAN; MALPAS, 2014). Todavia, devido ao estado insustentável de nosso planeta, exige-se um apreço urgente quanto ao que seria uma contabilidade para a transformação sustentável (CONTRAFATTO; THOMSON; MONK, 2015).



“Os sistemas de contabilidade são tradicionalmente conceituados em termos funcionais e lineares, assumindo um objetivo organizacional unificado e bem compreendido e usuários bem definidos, com objetivos claros como a maximização do valor para o acionista.”

Os sistemas de contabilidade são tradicionalmente conceituados em termos funcionais e lineares, assumindo um objetivo organizacional unificado e bem compreendido e usuários bem definidos, com objetivos claros como a maximização do valor para o acionista (BLACKBURN et al., 2014). No entanto, a prática tem revelado ambientes organizacionais pluralistas, em que a contabilidade tradicional não consegue satisfazer as necessidades de informações das múltiplas partes interessadas (BROWN, 2009; VINNARI; DILLARD, 2016). Por exemplo, a responsabilidade social corporativa, as iniciativas de desenvolvimento participativo, o investimento ético, dentre outros, são áreas que requerem mais do que uma contabilidade baseada nas questões econômicas, e que introduzam maior incerteza e complexidade (BLACKBURN et al., 2014).

Nesse contexto, o presente artigo expõe um breve panorama sobre a pesquisa em Contabilidade Socioambiental. Especificamente, busca-se discorrer acerca das abordagens paradigmáticas dessas pesquisas, desvelar as teorias empregadas e, por fim, apresentar um levantamento conciso sobre a pesquisa recente em CSA, apontando possibilidades de investigações futuras. O levantamento bibliográ-

fico foi realizado por uma busca no Google Acadêmico. Foram utilizadas palavras-chave que se relacionam com as áreas temáticas de pesquisa da CSA – evidênciação e relatórios de sustentabilidade; gestão socioambiental; finanças sustentáveis; educação e pesquisa para a sustentabilidade; e outros tópicos contemporâneos, que incluem diversidade de gênero, contabilidade da extinção e contabilidade dialógica. Foi utilizado como filtro, para centrar em trabalhos contemporâneos, o período de 2014 a 2023. Os resultados foram classificados pela maior relevância, considerando aqueles mais citados e publicados em periódicos de maior impacto. A seleção dos artigos para o levantamento deu-se pela relação do título e resumo com os temas da CSA e, a partir das leituras desses textos, novos trabalhos foram consultados. Desse modo, trata-se de uma revisão que, embora não analise toda a produção, situa o leitor sobre o campo da Contabilidade Socioambiental.



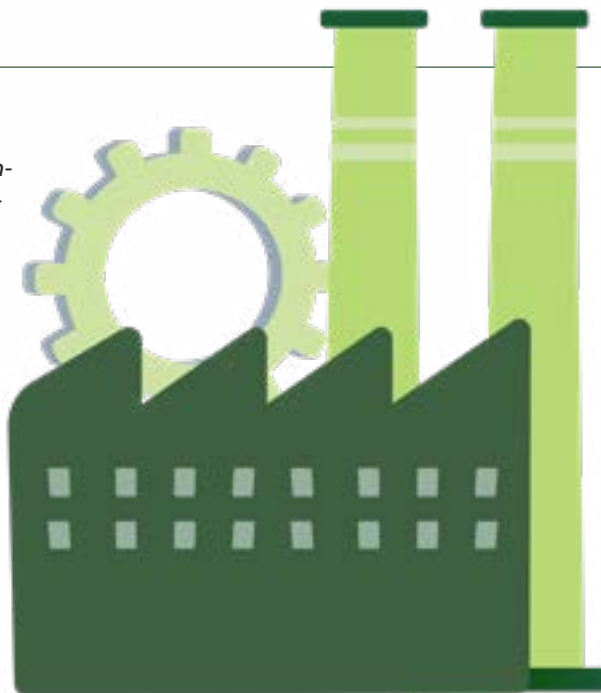
## 2. Paradigmas da pesquisa em Contabilidade Socioambiental

Smith (2003) menciona que os pesquisadores nas Ciências Contábeis são dependentes de teorias de outras áreas, usam métodos adaptados das ciências naturais e das ciências sociais. No entanto, não se pode afirmar que essa dependência de trabalhos de outras disciplinas enfraqueça a construção de um corpo de conhecimento, ajustado para buscar a solução de problemas específicos da área. Ryan, Scapens e Theobald (2002) corroboram com esse entendimento de que há fortalecimento da investigação contábil por meio da combinação com outras disciplinas. Segundo esses autores, contabilidade e finanças são disciplinas acadêmicas relativamente recentes, mas seus limites foram alargados e o conhecimento se ampliou consideravelmente a partir da inserção de “outras formas de ver o mundo” para prever e explicar fenômenos contábeis, e isso inclui teorias econômicas, psicológicas, organizacionais e sociais.

A Contabilidade, talvez, tenha seu caráter científico nesse entrelaçamento de teorias, métodos e instrumentos aplicados para a ava-

liação da entidade e o *accountability*, para que sirva de insumo à tomada de decisão dos diversos agentes. O desenvolvimento da pesquisa em Contabilidade é notavelmente orientado para três grandes tradições de pesquisa – Finanças, Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial. Em uma tentativa de apontar um período inicial para esse desenvolvimento acadêmico, pode-se dizer que as décadas de 1950 e 1960 foram significativas, com multiplicação das pesquisas empíricas na década seguinte.

Sob o enfoque de Finanças, a tradição implica o desenvolvimento de modelos teóricos, testados para validar hipóteses, por meio de dados empíricos. Essa tradição é fortemente enraizada na metodologia positivista, tendo alcançado alto grau de sofisticação. Uma das abordagens para o desenvolvimento da teoria Financeira baseia-se, centralmente, na pesquisa econômica neoclássica (RYAN; SCAPENS; THEOBOLD, 2002). Com tradição predominantemente positivista, a pesquisa em Contabilidade Financeira se confunde com o objetivo



das demonstrações contábeis, em função disso, nessa área, sempre houve um embate entre teoria e prática. A tradição de pesquisa em Contabilidade Financeira, de acordo com Ryan, Scapens e Theobald (2002) segue uma forma fraca de realismo – teorias são entidades utilitaristas que só têm valor na medida em que suscitam generalizações empíricas. No panorama recente, predominam as perspectivas da medição e da informação, procurando desenvolver teorias dependentes do contexto – uma preocupação com a interpretação da realidade prática – com base nas configurações institucionais específicas.

“Sob o enfoque de Finanças, a tradição implica no desenvolvimento de modelos teóricos, testados para validar hipóteses, por meio de dados empíricos. Essa tradição é fortemente enraizada na metodologia positivista, tendo alcançado alto grau de sofisticação.”

A tradição de pesquisa em Contabilidade Gerencial emergiu com as técnicas incorporadas da contabilidade de custos, que foram ampliadas para atender às necessidades informacionais dos gestores, com ênfase em pesquisas que tentaram explicar as práticas de Contabilidade de Gestão observadas. Teorias comportamentais e organizacionais foram introduzidas nessa tradição de pesquisa, mas não representaram uma grande mudança metodológica (RYAN; SCAPENS; THEOBOLD, 2002). De fato, uma ampla mudança tem sido promovida pelas teorias sociais, sob as abordagens interpretativa e crítica, para entender e criar condições em que mudanças sociais sejam possíveis.

Considerando que a pesquisa é uma atividade que serve para entender o ambiente em que se está inserido e o impacto exercido sobre ele, as pesquisas em contabilidade ao seguir essas diferentes tradições exploram o ambiente sob habilidades individuais dos pesquisadores e utilizam-se de métodos e de metodologias por vezes conflitantes e paradoxais, elementos estes que lhes dão peculiaridade na trajetória do conhecimento. Nesse aspecto, ao ponderar sobre o histórico da pesquisa em Contabilidade, diferenciam-se as pesquisas realizadas na área da CSA. Cabe questionar se seria a CSA uma emergente tradição de pesquisa em Contabilidade ou estaria definitivamente inserida nos mesmos moldes acenados. Além disso, o enquadramento teórico das pesquisas em CSA segue os mesmos preceitos das tradições clássicas da contabilidade? Busca-se nessa seção responder a essas questões, discutindo as abordagens paradigmáticas aplicadas nas pesquisas em Contabilidade Socioambiental.

A CSA constitui-se uma extensão da divulgação em áreas não tradicionais, tais como informações

sobre empregados, produtos, serviços à comunidade e a prevenção ou redução da poluição. No entanto, o termo CSA também é usado para descrever uma forma abrangente de contabilidade que leva em conta as externalidades, que se referem aos efeitos causados pelos processos de produção ou de consumo que afetam ou beneficiam terceiros que não participam da transação. As investigações em CSA têm sido analisadas por diversas perspectivas. Análises detalhadas da produção na área evidenciam um crescimento qualitativo no teor das pesquisas, robustez teórica e ampliação da interdisciplinaridade. Debates como teoria e prática, institucionalização, metodologias, influência política, regulação, programas de ensino e outros permeiam inúmeros artigos (BRANCO; DELGADO, 2009; EUGÊNIO; LOURENÇO; MORAIS, 2010; GRAY, 2007; MATHEWS, 1997; PARKER, 2005; ZANCHET, 2014)

Parker (2005) investigou e criticou a pesquisa em CSA desde os anos de 1980. O autor apresenta o perfil das publicações em quatro periódicos acadêmicos interdisciplinares e em duas revistas especializadas. Os temas contabilidade ambiental, social e socioambiental são avaliados separadamente. O autor destaca que a pesquisa em CSA ostenta uma comunidade internacional crescente e está estabelecida como um significativo fluxo acadêmico na literatura da investigação contábil. Ademais, “suporta todas as legitimidades de investigação, desenvolvimento e discurso em termos teóricos, empíricos, esferas de política e prática” (Parker, 2005, p. 856).

Em um levantamento compreensivo da produção brasileira sobre CSA, Zanchet (2014) apresen-

ta a proporção das pesquisas que estudam fenômenos ambientais em CSA a partir de quatro categorias: *Disclosure* ambiental; modelos contábeis ambientais; modelos de gestão ambiental; e educação ambiental, estudos crítico-metodológicos e/ou críticos-epistemológicos. Segundo Zanchet (2014), o *disclosure* ambiental relaciona-se à comunicação aos usuários externos sobre o desempenho ambiental das empresas. Normalmente, discorre sobre conteúdos e formas de divulgação, avaliação entre divulgação e desempenho econômico e níveis de aderência a padrões normativos (voluntários). Na segunda categoria, as pesquisas buscam compreender (propor) os modelos ambientais, analisando como os fenômenos ambientais são (deveriam ser) retratados. Os trabalhos sobre modelos de gestão “tratam de descrições, avaliações e proposições de dispositivos ao apoio de atividades de gestão ambiental” (ZANCHET, 2014, p. 121).



No campo das Ciências Contábeis, senão nas ciências sociais aplicadas de forma ampla, podem-se encontrar três matrizes disciplinares ou abordagens, também designadas comumente como paradigmas, ou categorias de pesquisas, quais sejam: o positivismo, o interpretativismo e a teoria Crítica. O positivismo ainda parece ser o paradigma dominante na pesquisa contábil, daí a referência desse como o *mainstream*. Nessa abordagem, a lógica e a matemática seriam válidas porque estabelecem as regras da linguagem, constituindo em um conhecimento *a priori*, ou seja, independente da experiência (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998). Em contraste, o conhecimento factual ou empírico deveria ser obtido a partir da observação, por um método conhecido como indução. Para o positivismo, as sentenças que não pudessem ser verificadas empiricamente estariam fora da fronteira do conhecimento, seriam sentenças sem sentido. Nas Ciências Contábeis, os principais exemplos de pesquisas nesse paradigma tratam da relevância da informação contábil, do conservadorismo, do gerenciamento de resultados e da tempestividade das informações contábeis (MARTINS, 2012).

As investigações contábeis no *mainstream* estão fundamentadas em um conjunto comum de pressupostos filosóficos sobre o conhecimento, o mundo empírico e do relacionamento entre a teoria e a prática. Essa visão de mundo particular, com sua ênfase no hipotético-dedutivo e no controle técnico, possui alguns pontos fortes, mas restringe o leque de problemas estudados e do uso de métodos de pesquisa (CHUA, 1986). Ao alterar esse conjunto de pressupostos, são obtidas diferentes e potencialmente ricas descobertas de pesquisa. Duas visões de mundo alternativas e suas suposições subjacentes podem ser elucidadas – a interpretativa e a crítica.



Como uma resposta aos problemas do positivismo, principalmente no que diz respeito à exclusão do sujeito das observações do mundo social, desponta no mundo científico o paradigma interpretativista. A inquietação dessa matriz disciplinar não é explicar ou analisar os fenômenos a partir de leis ou relações causais, pois o indivíduo e os fenômenos sociais não respondem a estímulos de forma linear. Assim, admite-se que a complexidade emergente da produção de sentido humano e a natureza distinta do mundo social não podem ser entendidas da mesma forma que o mundo natural e físico. Para Alves e Barbosa (2013), pode-se considerar o interpretativismo como sendo construtivista, visto que o conhecimento é construído a partir de interações entre as pessoas dentro de um contexto social. Seria insensato sustentar que existe uma teoria universal que efetivamente explica e prevê todas as diferenças sociais, culturais e éticas observadas no mundo. Em contraste com os aspectos das perspectivas tradicionais, a pesquisa interpretativa é dirigida a descrever, traduzir, analisar e inferir os significados de eventos ou fenômenos que ocorrem no mundo social (BAKER; BETTNER, 1997).

No terceiro paradigma, a palavra crítica assume pelo menos dois sentidos distintos. Se refere à crítica interna – focaliza-se aí o raciocínio te-

órico e os procedimentos de seleção, coleta e avaliação dos dados, buscando a consistência lógica entre argumentos, procedimentos e linguagem. O outro sentido diz respeito à ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder. Dessa forma, segundo Alves-Mazzotti e Gewandzsjajder (1998), a ênfase é dada ao papel da ciência na transformação da sociedade, embora a forma de envolvimento do cientista nesse processo seja o debate. A diferença da teoria Crítica consiste na motivação política dos pesquisadores e nas questões sobre desigualdade e transformação. Isso porque, apesar de empregar premissas epistemológicas e ontológicas do interpretativismo, ela questiona os valores e as estruturas sociais convencionais e direciona argumentos sobre como deveriam ser, aproximando-se do normativismo. Sob esse ponto de vista, a contabilidade vai além do questionamento de métodos específicos, enfoca o seu papel na sustentação das posições privilegiadas de quem está no controle do capital. Na abordagem crítica, os pesquisadores procuram realçar o papel fundamental da contabilidade na sociedade. Desafia-se a visão de que tal ciência possa ser interpretada com um objetivo neutro, de forma adversa, a contabilidade é vista como um meio de construir ou legitimar estruturas sociais particulares (DEEGAN, 2002).

“No campo das Ciências Contábeis, senão nas ciências sociais aplicadas de forma ampla, podem-se encontrar três matrizes disciplinares ou abordagens, também designadas comumente como paradigmas, ou categorias de pesquisas, quais sejam: o positivismo, o interpretativismo e a teoria Crítica.”

Para Gray (1999) a pesquisa em CSA deve ser autônoma, carceraria romper com o *status quo* e seguir por uma base própria. Zanchet (2014) acrescenta que a falta de debates político-ideológicos dificulta a compreensão das diversas vertentes da CSA que demandam estudos. Seria necessário à área contestar o positivismo e, considerando o relevante papel dos valores e ideologias, direcionar-se para pesquisas críticas. A pesquisa crítica também pode ser interpretativa, mas difere desta, pois adota um ponto de vista particular sobre a questão de pesquisa, ou seja, não pretende tomar uma posição neutra. Sem embargo dos inúmeros benefícios provenientes da pesquisa positiva em contabilidade, fortemente ancorada nos métodos e nas teorias da economia neoclássica, essa matriz disciplinar limita os tipos de problemas estudados e a análise sob outras perspectivas. A abordagem *mainstream* não é capaz de abordar ramificações socioambientais da contabilidade, que demanda métodos alternativos. Conforme aponta Zanchet (2014), são necessárias diferentes visões de mundo, que podem enriquecer e ampliar a prática de pesquisa.

### 3. Principais teorias utilizadas em CSA

Conforme apontam Spence, Husillos e Correa-Ruiz (2010), as teorias estão sempre sujeitas à contestação e não podem captar completamente a complexidade da realidade social. Entretanto, certas posições teóricas tendem a dominar outras em qualquer campo intelectual. Ainda segundo esses autores, na área de CSA, os domínios de determinados parâmetros teóricos têm sido bastante evidentes. No cômputo das teorias dominantes dentro da CSA, um campo que se preocupa com mudanças sociais mais amplas, são comumente relacionadas a teoria da

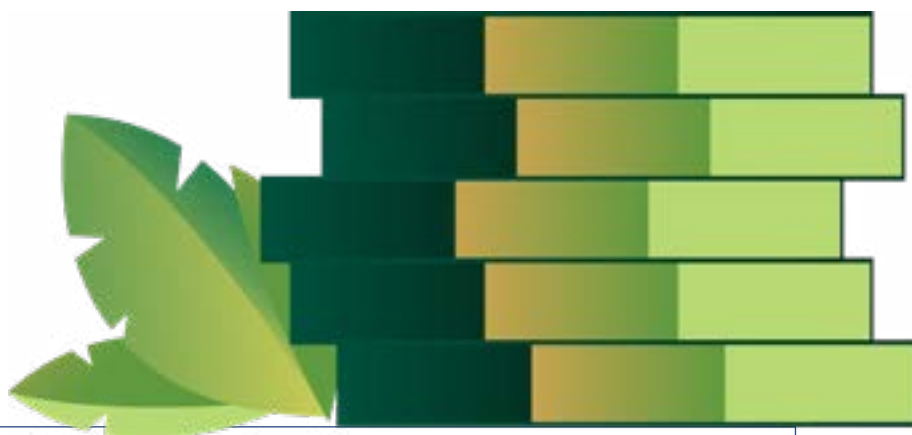
Legitimidade, a teoria dos *Stakeholders* e a teoria da Economia Política (DEEGAN, 2017; EUGÉNIO; LOURENÇO; MORAIS, 2010; GRAY, 2007). Essas teorias empregadas na CSA operam como pontos nodais, que estruturam o discurso do campo como um todo, em torno das quais os parâmetros ideológicos tomam forma e os pesquisadores dão sentido à prática atual (SPENCE; HUSILLOS; CORREA-RUIZ, 2010).



Na perspectiva da teoria dos *Stakeholders*, o contrato social fornece parâmetros com os quais os grupos de partes interessadas e as suas expectativas podem ser identificadas em relação às organizações em que detêm participações. Cosenza, Mamede, e Laurencel (2010) completam que a empresa apresenta informações de caráter socioambiental, pois os *stakeholders* estariam interessados nesse reporte e, em função disso, o principal objetivo consiste em equilibrar as diversas demandas provenientes dos grupos interessados nas atividades da empresa. Gray et al. (1995) sugerem que as organizações usariam questões emergentes, como o meio ambiente, com a finalidade de avaliar o poder das partes interessadas e priorizar suas necessidades de informação. Embora a teoria dos *Stakeholders* seja descrita como uma teoria dominante e útil para explicar a prática da pesquisa em CSA (DEEGAN, 2017; EUGÊNIO; LOURENÇO; MORAIS, 2010), as obras que adotaram explicitamente essa teoria foram poucas e, como descrevem Spence et. al (2010, p. 79), “[...] vale a pena notar que praticamente não houve tentativa de incorporar na CSA as ideias geradas pela teoria dos *Stakeholders* em outras literaturas relacionadas”.

Considerando que a teoria dos *Stakeholders* analisa as relações entre as empresas e usuários específicos, a teoria da Legitimidade tem como foco tratar das relações entre empresas e a sociedade em geral. Segundo os preceitos da teoria da Legitimidade, as divulgações sociais representam um dos métodos que as empresas podem usar para influenciar o processo de políticas públicas, por exemplo, projetando uma imagem da empresa como socialmente consciente (PAT- TEN, 1992). Espera-se, dessa forma, reduzir a exposição da empresa ao ambiente social e político. A premissa básica da teoria da Legitimidade é que as ameaças à legitimidade de uma organização existem quando seu sistema de valores é percebido como incongruente com o sistema de valores da socie-

dade da qual faz parte. Essa construção teórica, segundo Spence e Carqués (2006), assume que existe um acordo implícito entre a organização e a sociedade, esta permite que as empresas utilizem seus recursos nas suas operações. Todavia, se a sociedade não está satisfeita com as atividades de uma empresa, pode revogar o contrato social, condenando a empresa à descontinuidade (SPENCE; CARQUÉS, 2006, p. 13). Dito em outras palavras, na medida em que o desempenho corporativo não reflete as expectativas dos públicos relevantes, existe uma lacuna de legitimidade, que pode ter consequências negativas para a empresa em questão (BUHR, 2002). Seria do interesse da entidade ser percebida como legítima e, assim, satisfazer o contrato social (DEEGAN, 2002).



“Segundo os preceitos da teoria da Legitimidade, as divulgações sociais representam um dos métodos que as empresas podem usar para influenciar o processo de políticas públicas, por exemplo, projetando uma imagem da empresa como socialmente consciente.”



Spence et al. (2010) relacionam algumas questões inerentes ao emprego insatisfatório da teoria da Legitimidade na CSA. Para esses autores, as explicações que a teoria oferece são úteis para analisar as tendências gerais no comportamento da divulgação, mas insuficientes para compreender o processo de gestão interna das empresas. As forças, as motivações e os conflitos internos que impulsionam as organizações para implementarem as estratégias de legitimidade é tema que ainda carece de mais estudos em profundidade. Além disso, a variável sociedade permanece sendo uma construção teórica imprecisa, a sociedade não é homogênea, ou seja, os valores, os interesses, o poder e as percepções de diferentes *stakeholders* diferem entre si (SPENCE; HUSILLOS; CORREA-RUIZ, 2010).

O conceito de legitimidade pressupõe que o contrato social entre empresas e sociedade pode ser extinto e, se isso acontecer, a empresa em questão deixará de existir. De acordo com Bebbington, Larrinaga-González e Moneva-Abadía (2008), a interpretação da teoria da Legitimidade na CSA se concentrou em uma concepção mais limitada de legitimidade, que é mais próxima do gerenciamento de risco de reputação, conforme definido pelos autores. Em detrimento dessa observação, apontam que não se trata de rever o nome da teoria, mas ressaltar a inquietação se a tese de legitimidade deveria ser designada como uma teoria (BEBBINGTON; LARRINAGA-GONZÁLEZ; MONEVA-ABADÍA, 2008, p. 372). Os autores completam indicando que a legitimidade deve ser redimensionada em concepções mais amplas – institucionais – e que a tese de gerenciamento de risco de reputação pode ser mais bem empregada para explicar a natureza das divulgações corporativas. Ainda, asseguram que as perspectivas teóricas de Foucault,

Paulo Freire, Gramsci, Habermas e Marx são fontes pujantes para aplicação na Contabilidade Socioambiental.

Nesse sentido, Deegan (2017) ressalta que a teoria Institucional tem muitos pontos de vista a oferecer, os quais têm sido parcialmente ignorados pelos pesquisadores da CSA. O autor corrobora que a teoria da Legitimidade é muito simplista e ignora muitos *insights* disponíveis de outra forma, a variável sociedade como tem sido empregada é “uma construção teórica bastante desajeitada” (DEEGAN, 2017, p. 81). Desde que inicialmente adotada, a teoria da Legitimidade tem-se desenvolvido na pesquisa em CSA isoladamente de outras literaturas. Se, por um lado, as teorias dos *Stakeholders* e da Legitimidade (nível micro) se concentram na questão da legitimidade das empresas, a teoria da Economia Política, por outro lado, volta-se para o exame dos conflitos e das mediações no nível do sistema, analisam a legitimidade de forma ampla (nível macro). Nessa perspectiva, esses estudos situados no paradigma da pesquisa crítica, geralmente caracterizam a contabilidade como uma ferramenta ideológica implantada para reforçar os interesses do capital. As teorizações da economia política analisam a contabilidade em seu contexto político-econômico e com os efeitos da contabilidade na distribuição de renda, na riqueza e no poder (SPENCE; HUSILLOS; CORREA-RUIZ, 2010).



Enquanto tais teorias são úteis como mecanismos de sensibilização, que auxiliam nas abordagens e como um meio para articulação dos dados, elas não têm a precisão e a especificidade que seriam necessárias para explicar as atividades de reporte ou o comportamento da contabilidade (GRAY, 2007). Spence, Husillos e Correa-Ruiz (2010) reforçam que os quadros teóricos empregados na pesquisa em CSA não justificam a plausibilidade das posições normativas implícitas sobre responsabilidade corporativa a que muitos pesquisadores da área apregoam. Esses autores argumentam ainda que a delineação consistente e o desenvolvimento de uma teoria da *accountability* nos últimos vinte anos mais talvez se tornem o ponto nodal da literatura de CSA, articulada principalmente por meio do trabalho de Rob Gray (SPENCE; HUSILLOS; CORREA-RUIZ, 2010).

## 4. Breve perfil das pesquisas recentes em CSA

### 4.1 Relatórios de Sustentabilidade

Apesar da abundância de debates sobre sustentabilidade, os indicadores ambientais globais mostram um declínio constante no estado do ambiente natural, como já mencionado. Os conteúdos incluídos nos relatórios de sustentabilidade (RS) são percebidos como sinais voluntários e credíveis para o mercado de que essas corporações estão buscando gerenciar os riscos sociais e ambientais (MALSCH, 2013). As dúvidas, como apontam abundantes pesquisas, sugerem que as empresas se envolvem em relatórios sociais e ambientais, principalmente, para garantir sua própria posição e interesses privados (BOIRAL, 2013; RODRIGUE; CHO; LAINE, 2015). Assim, a legitimidade ou as ameaças à reputação tendem a impulsionar as decisões de relatórios de sustentabilidade, com a administração corporativa mais preocupada em desviar, ofuscar ou racionalizar seu desempenho social e ambiental relativamente fraco (CHO et al., 2015).

A popularidade dos relatórios de sustentabilidade é evidenciada pelo desenvolvimento de uma série de normas para elaboração e divulgação de RS nas décadas recentes. Dentre as principais propostas, sem o intuito aqui de classificá-las em ordem de importância, tem-se o *Global Reporting Initiative (GRI)*, o *AccountAbility Stakeholder Engagement Standard (AA1000)*, o *Carbon Disclosure Project (CDP)*, e o *Integrated Reporting (IR)*, que no Brasil refere-se à CTG09 – Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado. Essas normas são importantes, pois ambicionam informar o esforço das entidades em di-

reção aos objetivos de sustentabilidade. Todavia, o aumento e desenvolvimento desses instrumentos, com diferentes critérios e metodologias, trouxe consigo complicações para as partes interessadas, na sua essência, a falta de padronização de critérios e metodologias. Tomando-se como parâmetro as características qualitativas das informações financeiras, limita-se, assim, a comparabilidade, a capacidade de verificação e a compreensibilidade.

Nessa temática, Siew (2015) fornece uma visão geral dos vários padrões para relatórios de sustentabilidade corporativa. Para o autor, algumas das deficiências existentes nos modelos permitem que algumas corporações as utilizem para esconder suas práticas reais. Na literatura, são comuns sinalizações de corporações que deliberadamente manipulam a percepção das partes interessadas por meio do *greenwashing* (MAHONEY et al., 2013; POPESCU; HITAJ; BENETTO, 2021). Siew (2015) considera que se deve melhorar a mensurabilidade dos critérios, que são majoritariamente qualitativos, e explorar a possibilidade de integrar os aspectos econômicos, ambientais e sociais. No intuito de

permitir a comparabilidade, as pesquisas poderiam propor recomendações para facilitar essa harmonização (SIEW, 2015).

Um dos principais mecanismos empregados pelas empresas para envolver as partes interessadas é a divulgação dos RS. Uma gama de *stakeholders* está continuamente exigindo que as empresas forneçam divulgação transparente sobre múltiplas dimensões do desempenho econômico, social e ambiental (ANGOTTI; FERREIRA, 2016; GRAY; DILLARD; SPENCE, 2013). Nessa linha, Herremans, Nazari, Mahmoudian (2016) investigaram como as empresas dentro do mesmo setor usam os RS para envolver as partes interessadas, empregando a teoria dos *Stakeholders* e a dependência de recursos econômicos, ambientais naturais e sociais. Os autores apontam que características dos RS estão associadas à estratégia de engajamento das partes interessadas da empresa, como a objetividade da divulgação, a intencionalidade de receber *feedback*, a amplitude da inclusão das partes interessadas e o uso do engajamento das partes interessadas para o aprendizado (HERREMANS; NAZARI; MAHMOUDIAN, 2016).



“O objetivo da gestão socioambiental (GSA) consiste em vincular a gestão ambiental e social com a gestão de negócios e as estratégias competitivas e, ainda, promover a integração de informações ambientais e sociais com informações econômicas de negócios e relatórios de sustentabilidade.”

Em uma pesquisa que buscou analisar os impulsionadores dos relatórios de sustentabilidade, Dienes, Sassen e Fischer (2016) notaram que há um efeito positivo nos relatórios de sustentabilidade em relação ao tamanho da empresa e da visibilidade na mídia, que não se mantém evidente em relação à lucratividade e estrutura de capital. Assinalam no estudo, que as empresas comunicam as suas atividades de sustentabilidade em busca de benefício econômico derivado de uma melhor reputação, da redução dos custos de capital ou da redução da pressão pública. Os autores sugerem que estudos experimentais, usando estruturas específicas de decisão ou interação, poderiam testar o comportamento decisório dos investidores buscando expandir o entendimento sobre os determinantes dos RS para melhorar sua resiliência (DIENES; SASSEN; FISCHER, 2016).

Há uma lacuna significativa entre o discurso de sustentabilidade corporativa e sua prática (MALSCH, 2013). Essa tensão entre o discurso e a prática da sustentabilidade gerou extensas análises de divulgação e relatórios voluntários de sustentabilidade corporativa, muitas vezes ocasionando conclusões contraditórias (UNERMAN; BEBBINGTON; O'DWYER, 2018)

Cho et al. (2015) discutiram o papel que os fatores estruturais têm no conteúdo das divulgações sobre sustentabilidade, buscando analisar a relação à congruência entre o discurso e a ação corporativa. Os autores basearam-se no modelo de hipocrisia organizada – que tenta explicar as discrepâncias entre discursos, as decisões e as ações de uma corporação na gestão de demandas conflitantes das partes interessadas – e as fachadas organizacionais – as quais podem servir a propósitos institucionais além da legitimidade social (CHO et al., 2015). Os autores consideram que esses dois conceitos tomados em conjunto levantam a possibilidade de que a incongruência, entre o discurso de uma corporação e suas ações, possa gerar consequências benéficas para um amplo conjunto de partes interessadas. Cho et al. (2015) concluem que estruturas teóricas mais ricas e com outras nuances são necessárias para aprimorar a compreensão da natureza complexa da sustentabilidade corporativa e dos relatórios de sustentabilidade. Sugerem, ainda, que os pesquisadores busquem envolver-se com as or-

ganizações e interagir com atores para se obter visões mais detalhadas sobre como os discursos, as decisões e as ações são projetadas e executadas em um ambiente organizacional.

#### 4.2 Gestão Socioambiental

O objetivo da gestão socioambiental (GSA) consiste em vincular a gestão ambiental e social com a gestão de negócios e as estratégias competitivas e, ainda, promover a integração de informações ambientais e sociais com informações econômicas de negócios e relatórios de sustentabilidade (SCHALTEGGER; WAGNER, 2006). A gestão socioambiental ainda auxilia o processo de tomada de decisões e planejamento, por meio da mensuração das informações não financeiras, tornando-as aparentes para os gestores. Nesse processo, a GSA identifica, coleta e analisa informações físicas (uso e o fluxo de materiais, energia, água e resíduos) e informações monetárias sobre o ambiente como os custos de preservação. A maioria das ferramentas da GSA atribui especial ênfase na quantificação da geração de resíduos e dos custos ambientais diretos (uso de energia, materiais e água) e como esses relacionam-se com uma série de impactos ambientais causados pelas operações (JASINSKI; MEREDITH; KIRWAN, 2015).



As incertezas relacionadas aos custos sociais externos são particularmente grandes, algumas categorias-chave de impacto, como o aquecimento global ou a acidificação dos oceanos, exigem contramedidas imediatas necessárias para reagir à pressão ambiental, guiadas pelo princípio da precaução. Assim, devem-se aprimorar os métodos de avaliação dos custos ambientais e dos impactos, para ajudar a entender melhor a incongruência parcial entre o uso pretendido de custos externos e sua realidade (ANGOTTI; FERREIRA; CARVALHO, 2017)esses aspectos não são susceptíveis às decisões de planejamento ou da avaliação de desempenho da empresa. Essa invisibilidade econômica é a principal razão da utilização inadequada dos serviços ecossistêmicos.

A gestão de pessoas também tem sido investigada à luz da sustentabilidade em todo o mundo. A Gestão de Recursos Humanos Verde (GRHV) pode ser incluída no conceito mais amplo, produzindo efeitos sinérgicos no que se refere aos comportamentos pró-ambientais, como o uso sustentável de recursos e a promoção da causa do ambientalismo, o que aumenta ainda o moral e a satisfação dos funcionários (VEERASAMY; JOSEPH; PARAYITAM, 2023). Embora o movimento GRHV ainda esteja nos

estágios iniciais, a crescente conscientização dentro das organizações sobre a importância das questões socioambientais tem levado à adoção de práticas ecológicas, com foco na gestão de resíduos, na redução da pegada de carbono e no uso de produtos verdes (AHMAD, 2015). Em uma revisão sistemática, Amrutha e Geetha (2020) mostram que as pesquisas têm-se pautado sobre os efeitos do GRHV no comportamento dos funcionários, no desempenho ambiental e no desempenho financeiro, com uma lacuna relacionada à dimensão de sustentabilidade social das organizações.

#### 4.3 Finanças Sustentáveis

Para alcançar as propostas firmadas no Acordo de Paris e na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável, é necessário que os mercados de capitais estejam diretamente envolvidos nas ações de mudança. Estima-se que até 7 trilhões de dólares sejam necessários todos os anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, essas necessidades estão distantes de serem cobertas (UNEP, 2022). O relatório do *Global Sustainable Investment Review* (GSIA, 2020) evidencia a prevalência contínua de investimentos sustentáveis (IS), que consideram fatores ambientais, sociais e de governança

(ESG), com ativos geridos na ordem de US\$ 35,3 trilhões, um crescimento de 15% em dois anos. Esse relatório mostra que, além do crescimento em ativos, a indústria está em transição, remodelando o IS para se concentrar em direção às melhores práticas (GSIA, 2020).

A relação entre as áreas de finanças e sustentabilidade tem sido crescente, atraindo mais a atenção de pesquisadores e profissionais. As finanças sustentáveis referem-se a práticas financeiras que visam promover a sustentabilidade econômica, social e ambiental a longo prazo, como investimentos socialmente responsáveis, financiamento verde, microfinanças, investimentos de impacto e financiamento de projetos de sustentabilidade (DE CARVALHO FERREIRA et al., 2016). Popescu, Hitaj e Benetto (2021) citam que, à medida que mais produtos de IS entram no mercado, as preocupações com o *greenwashing* e a adequada avaliação do impacto estão crescendo. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, então, desenvolveu os *Impact/Standards For Financing Sustainable Development*, projetados para ajudar investidores públicos e privados a construir sistemas mais fortes para entender e avaliar criticamente seu impacto nas pessoas e no planeta (OECD/UNDP, 2021).

“A Gestão de Recursos Humanos Verde (GRHV) pode ser incluída no conceito mais amplo, produzindo efeitos sinérgicos no que se refere aos comportamentos pró-ambientais, como o uso sustentável de recursos e a promoção da causa do ambientalismo, o que aumenta ainda o moral e a satisfação dos funcionários.”

Estudos nessa área têm sido voltados à relação entre ESG e desempenho financeiro, ao desenvolvimento de estratégias de investimento de baixo carbono, ou aos desafios colocados em relação aos dados disponíveis e as escolhas contábeis (BUSCH; JOHNSON; PIOCH, 2022). Os RS das empresas investidas ainda são escassos, os dados existentes são muitas vezes pouco fiáveis e de difícil acesso. Popescu, Hitaj e Benetto (2021) consideram que, sem satisfazer o critério de confiabilidade, uma ferramenta de avaliação pode sofrer em credibilidade, por isso, indicam que se deve investigar a maneira pela qual os dados podem ser estimados e as informações relatadas verificadas, a fim de reduzir o risco de *greenwashing*.

Investir em infraestrutura sustentável é fundamental para enfrentar três desafios simultâneos: reativar o crescimento global, cumprir os ODS e reduzir o risco climático (NCC, 2016). Uma das barreiras mais salientes à inovação de baixo carbono identificadas é o ambiente de financiamento (POLZIN, 2017). Contudo, as recentes tendências de investimento mostram uma diminuição do financiamento dedicado às tecnologias limpas e um aumento correspondente da aversão ao risco por parte dos financiadores (UNEP, 2020). Investidores institucionais investiram e emprestaram extensivamente a empreendimentos baseados em combustíveis fósseis, construindo portfólios de alto carbono que agora representam um valor em risco (DIETZ et al., 2016).

Johnson et al. (2015) destacam que para dispor de carteiras credíveis no futuro e evitar a instabilidade do sistema financeiro, os investidores devem fazer a transição para mercados de baixo carbono. Todavia, como explica Polzin (2017), as tecnologias limpas apresentam

maior incerteza, dependência regulatória e intensidade de capital, o que as torna pouco atraentes para os financiadores privados, pois possuem habilidades limitadas para rastrear alvos potenciais. Logo, é necessário eliminar as vantagens de investir em tecnologias baseadas em combustíveis fósseis, tais como tornar os riscos ecológicos e de carbono transparentes e obrigar a investimentos institucionais em projetos e infraestruturas de baixo carbono (POLZIN, 2017).

Existem numerosos debates na academia e no mercado acerca do papel do setor público no incentivo ao investimento verde, assim como em relação à importância dos bancos de investimento na coordenação da política de financiamento (MAZZUCATO; PENNA, 2016). Percebe-se o reconhecimento de que os governos devem intervir para criar ecossistemas financeiros adequados para o desenvolvimento de negócios verdes que contribuam para abordar os desequilíbrios econômicos regionais (SCHAEFER et al., 2017).

Owen, Brennan e Lyon (2018) desenvolveram um artigo com foco no papel do setor público na resolução das lacunas financeiras, para os requisitos de investimento a mais longo prazo, de atividades de inovação verde. Os autores concluem que há evidências de lacunas financeiras como uma barreira institucional para empresas inovadoras, que buscam soluções para a transição para a economia de baixo carbono, sinalizando possibilidades de que pesquisadores busquem limitar essas lacunas (OWEN; BRENNAN; LYON, 2018).



#### 4.4 Educação em Contabilidade Socioambiental

A educação em sustentabilidade ou para o desenvolvimento sustentável (EDS) tem um papel significativo a desempenhar com tantas questões interagindo e redefinindo os sistemas naturais que nos rodeiam, como a poluição do ar e da água, a gestão dos resíduos, o declínio da biodiversidade, a superpopulação etc. O apelo ao desenvolvimento sustentável ecoa em todo o mundo e as universidades têm um papel importante no ensino dos princípios de sustentabilidade (ANNE, 2003). Esse aspecto é reforçado pelo ODS 4 da Agenda 2030, que visa trabalhar em prol da qualidade na educação. Pesquisas recentes sobre EDS estão prestando atenção em como educar para o desenvolvimento sustentável, dando uma abordagem holística ao conceito de desenvolvimento sustentável, integrando as três dimensões do termo: meio ambiente, sociedade e economia (SINAKOU et al., 2018). Os pesquisadores têm-se debruçado para investigar os **métodos de ensino** que oferecem melhores respostas de aprendizado, considerando os objetivos da EDS, tendo em mente propostas que envolvam e motivem os alunos.

A internet e a utilização de dispositivos ligados à rede, mais recentemente a os avanços dos *chats* baseados em inteligência artificial, penetraram nos métodos tradicionais de ensino e aprendizagem. Como resultado, diferentes modalidades educacionais têm surgido, refletindo essas mudanças e levantando novos cenários que moldam os processos de formação. Nesse sentido, os professores das instituições de ensino superior têm o desafio contínuo de encontrar novos métodos para envolver os alunos, e aumentar a eficácia do processo de aprendizagem.

Ao indagar sobre quais métodos seriam eficazes para envolver os alunos na compreensão da importância do desenvolvimento sustentável, Buil-Fabregá (2019) sinaliza que a metodologia da sala de aula invertida é uma alternativa possível para a renovação pedagógica. Essa metodologia, como explica Strayer (2012), inverte o processo normal de aprendizagem como um ambiente no qual os professores fornecem previamente uma variedade de recursos de aprendizagem, concluindo em sala a internalização do conhecimento e de intercâmbios colaborativos e interativos. Na pesquisa de Buil-Fabregá (2019), a sala de aula invertida proporcionou aprendizado ativo e reflexivo, tornando os alunos mais comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Outra metodologia ativa abordada em pesquisas é a Aprendizagem Baseada em Desafios (ABD). Castro e Zermeño (2020) explicam que a ABD é uma metodologia de ensino inovadora, que envolve os alunos na resolução de desafios do mundo real, aplicando o conhecimento que adquiriram durante sua formação profissional. Essa pedagogia tem suas raízes na aprendizagem experiencial. Incorpora o uso da tecnologia, o trabalho em

equipe, a aprendizagem autodirigida e as soluções para problemas reais que se estendem da sala de aula à comunidade (LOZANO-RODRÍGUEZ et al., 2020). Em um estudo de caso em um curso on-line sobre empreendedorismo que utilizou a ABD, Castro e Zermeño (2020) mostraram que os participantes geraram ideias de negócios sustentáveis com o objetivo de resolver problemas locais, nacionais e globais, endossando a metodologia para aplicação na EDS.

Wals e Jickling (2002) citam que a integração da sustentabilidade no ensino superior está intimamente ligada ao desenvolvimento de qualidades emancipatórias e, dessa forma, precisa proporcionar aos estudantes uma maneira de compreender e de transformar o mundo complexo do qual fazem parte. Para Hedden et al. (2017), deve-se dar estímulos para que os estudantes desenvolvam o pensamento crítico e as suas capacidades de resolução de problemas, a fim de abordarem as questões relacionadas com a sustentabilidade e desafiar o status quo. Os autores também incentivam que os alunos sejam preparados para tornarem-se ambientalmente emancipados, o que implica prepará-los para os desafios do mundo real da sustentabilidade nos níveis local, nacional e internacional (HEDDEN et al., 2017).

Portanto, a consideração de metodologias ativas baseadas em pedagogias emergentes permite melhorar o desempenho dos alunos e o desenvolvimento de competências, proporcionando experiências críticas, significativas, onipresentes, transformadoras e, principalmente, mo-

tivadoras (HINOJO-LUCENA et al., 2018). Tais metodologias incentivam os estudantes a refletir sobre o consumo, a pobreza, o estímulo à solidariedade e à cooperação, e a reconhecer que as tendências de desenvolvimento econômico são insustentáveis.

#### 4.5 Tópicos Contemporâneos

Hopwood introduziu a questão de gênero na contabilidade há cerca de quatro décadas, entretanto, o tema ampliou o volume de pesquisas, dada a importância atribuída às diferenças de gênero nos campos de contabilidade e auditoria. As mulheres fizeram progressos no desenvolvimento de sua presença na profissão contábil, mas desigualdades permanecem (HAYNES, 2017). O papel e o impacto das mulheres dentro das organizações não têm sido apenas pontos de preocupação para os pesquisadores, mas também questões de interesse para os formuladores de políticas (KHLIF; ACHEK, 2017). A diversidade de gênero ainda é definida de forma altamente estereotipada e enraizada em traços biológicos assumidos, uma suposição simplista de que homens e mulheres se comportam de maneira diferente e não leva em conta as teorias de gênero e de diversidade (MENSI-KLAR-BACH, 2014).



“Um grande desafio da pesquisa em CSA é que os problemas socioambientais, por definição, abrangem várias disciplinas e, portanto, exigem um novo modo de investigação distinto da abordagem disciplinar dominante na maioria das áreas de pesquisa contemporânea.”

A literatura contábil e de gênero tendem a se concentrar na posição das mulheres no contexto contábil pela razão compreensível de que as mulheres têm maior probabilidade de ser excluídas ou oprimidas. Haynes (2017) aponta, como perspectivas de pesquisa, que ainda se sabe pouco sobre o papel da contabilidade no apoio à guerra e aos abusos dos direitos humanos em nível estatal e social, ou o impacto da contabilidade na perpetuação das alterações climáticas e das práticas empresariais insustentáveis à medida que se interligam com o gênero.

A crescente demanda por recursos naturais aumentaram o risco de impactos em ecossistemas vulneráveis e a proteção desses ecossistemas é uma das questões de sustentabilidade mais críticas (BOIRAL, 2016). Nesse sentido, apresenta-se a contabilidade da biodiversidade, uma abordagem contábil que busca valorar e/ou reportar os impactos corporativos sobre a biodiversidade. Considerando, ainda, que o planeta experimenta o sexto evento de extinção em massa (IPBES/UN, 2019), Maroun e Atkins (2018) explicam a contabilidade da extinção, que pode ser usada para impulsionar mudanças corporativas positivas e evitar a perda de espécies. A contabilidade da extinção representa uma forma

muito mais desenvolvida de relatório do que a contabilidade para a biodiversidade (ROBERTS et al., 2021). Aquela baseia-se em princípios da GRI, relatórios integrados e literatura prévia sobre contabilidade emancipatória, para fornecer uma estrutura e divulgar os riscos representados pela extinção de espécies específicas, bem como demonstrar a evolução da prática e o desempenho da prevenção da extinção (MAROUN; ATKINS, 2018).

Brown e Frame (2016) revelam a importância de reduzir a assimetria de poder entre os agentes, enfatizando o imperativo de envolver abertamente as partes interessadas na elaboração e na tomada de decisões organizacionais. A abordagem inovativa, definida como contabilidade dialógica, reconhece que pessoas com diferentes valores, perspectivas e suposições relatam diferentemente as distintas matérias (O'DWYER; UNERMAN, 2016). A contabilidade dialógica baseia-se no interpretativismo e na teoria Crítica, fundamenta-se na suposição de que os seres humanos coletivamente constroem a realidade e que a relação entre a contabilidade e o mundo social é mutuamente constitutiva (BROWN; FRAME, 2016). Presume-se que a contabilidade não pode ser apolítica ou livre de

valores, pois a contestação política e os conflitos são centrais em uma sociedade democrática (DILLARD; BROWN, 2012). A comunicação por meio de perspectivas divergentes deve ser vista como algo desejável, para incentivar as pessoas e organizações a refletirem, e, por meio da conscientização e da reorientação, transformarem suas práticas atuais (BEBBINGTON; BROWN; FRAME, 2007).

## 5. Considerações Finais

Neste artigo, foram discutidas as abordagens paradigmáticas das investigações em contabilidade, as teorias empregadas na CSA, bem como foi realizada uma revisão da literatura recente sobre a CSA. A pesquisa socioambiental é uma das áreas mais críticas de investigação e produção de conhecimento sobre a agenda científica global atual e futura (TURNER et al., 2016). Um grande desafio da pesquisa em CSA é que os problemas socioambientais, por definição, abrangem várias disciplinas e, portanto, exigem um novo modo de investigação distinto da abordagem disciplinar dominante na maioria das áreas de pesquisa contemporânea (PULVER et al., 2018).

Ao buscar uma reflexão sobre a tradição em pesquisa, torna-se necessário compreender a CSA de forma ampla, a qual refere-se a aspectos como contabilidade, *accountability*, auditoria, investimento e gestão enfocados nas questões sociais, ambientais, de ética, responsabilidade e sustentabilidade. Diante da enorme variedade e da importância das questões que se enquadram no âmbito da CSA, como foi observado nos artigos analisados, as afirmações de Gray (2010) reforçam que a disciplina demanda um programa de pesquisa mais rigoroso e, desconfortavelmente, mais radical. De tal modo, dever-se-ia encurtar a afeição por abordagens de pesquisa mais processuais, como a “ciência normal”. A literatura nessa área se delinea amplamente por todas as disciplinas da Contabilidade e suas relações, acumula, percepções da teoria de sistemas, desenvolvimento internacional, desenvolvimento sustentável, ecologia e ciências naturais.

Do ponto de vista das teorias empregadas na CSA, as pesquisas buscam alicerce, em geral, nas teorias da Legitimidade, dos *Stakeholders* e a da Economia Política. Sem embargo, novas proposições e novos conceitos são tomados como

lente, como a hipocrisia organizacional e as fachadas organizacionais. Procura-se suporte para uma demanda na qual as corporações se tornem, se não responsáveis, pelo menos transparentes sobre sua própria irresponsabilidade. Deve-se dar atenção à problemática das estruturas de poder mais amplas e considerar como esses processos de *accountability* podem surgir e para onde podem nos levar.

Embora essa breve revisão não seja exaustiva, apresentamos um panorama da pesquisa em CSA que inclui: as avaliações da prática de relatórios de sustentabilidade; desenvolvimentos, críticas ou refinamentos de teorias para explicar a CSA; investigações sobre contabilidade de gestão ambiental; avaliações de iniciativas de internalização dos impactos das corporações (FCA) como meio de dar visibilidade e conduzir uma decisão mais bem informada; o potencial da contabilidade à transformação para uma economia de baixo carbono; abordagens ou modelos alternativos de contabilização e inclusão das partes interessadas (como a contabilidade dialógica); o papel e as metodologias da educação no avanço da conscientização sobre os impactos sociais e am-

bientais como parte da tomada de decisões empresariais. A CSA tem um compromisso com a sociedade e o meio ambiente e busca investigar alguns problemas estruturais da sociedade, com foco em como as organizações operam e a responsabilidade social corporativa que demonstram (ou deveriam demonstrar).

Finalmente, para fechar esse panorama na perspectiva freiriana do esperar (FREIRE, 2020), reforço o apelo de Gray, Dillard e Spence:

Vamos terminar então com uma chamada à luta. Vamos combinar a teoria e a ciência normal com a sujeira debaixo das unhas. Vamos ter consciência do nosso privilégio de forma explícita e diária e tentar sentir empatia por uma mãe que não consegue dar água ao seu filho ou por um pai que não consegue proteger sua filha. Vamos continuar buscando formas de reconhecer e reverter a fuga de poderes do governo central e da sociedade civil. Vamos nos manter alertas a um planeta que ameaçará a existência dos nossos filhos. Vamos apenas prestar conta dessas coisas. Vamos ser a mudança que queremos ver (GRAY; DILLARD; SPENCE, 2013, p. 11).

“Ao buscar uma reflexão sobre a tradição em pesquisa, torna-se necessário compreender a CSA de forma ampla, a qual refere-se a aspectos como contabilidade, *accountability*, auditoria, investimento e gestão enfocados nas questões sociais, ambientais, de ética, responsabilidade e sustentabilidade.”



## Referências

- AHMAD, S. *Green Human Resource Management: Policies and practices*. *Cogent Business and Management*, v. 2, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/23311975.2015.1030817>>. Acesso em: xx mês. 202x.
- 
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2a ed ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.
- 
- ALVES, M.; BARBOSA, C. *Nem só de debates epistemológicos vive o pesquisador em administração: alguns apontamentos sobre disputas entre paradigmas e campo científico*. p. 636-651, 2013.
- 
- AMRUTHA, V. N.; GEETHA, S. N. A systematic review on green human resource management: Implications for social sustainability. *Journal of Cleaner Production*, v. 247, p. 119131, 2020.
- 
- ANGOTTI, M.; FERREIRA, A. C. DE S. *Contribuições dos anos 1970 à contabilidade socioambiental e reflexões para pesquisas futuras: um survey com pesquisadores brasileiros*. 2016, Barcelos, Portugal: [s.n.], 2016. p. 1–19.
- 
- ANGOTTI, M.; FERREIRA, A. C. DE S.; CARVALHO, R. M. Uma análise da produção científica sobre o full cost accounting. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. V.11 n. 3, p. 95-119, 2017.
- 
- ANNE, S. Implementing Sustainable Development through Problem-Based Learning: Pedagogy and Practice. *Journal of Professional Issues in Engineering Education and Practice*, v. 129, n. 4, p. 216-224, out. 2003.
- 
- BAKER, C. C. R.; BETTNER, M. S. M. Interpretive and Critical Research in Accounting: a Commentary on Its Absence From Mainstream Accounting Research. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 8, n. 4, p. 293-310, 1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235496901161>>. Acesso em: xx mês. 202x.
- 
- BEBBINGTON, J.; BROWN, J.; FRAME, B. Accounting technologies and sustainability assessment models. *Ecological Economics*, v. 61, n. 2-3, p. 224-236, 2007.
- 
- BEBBINGTON, J.; GONZALEZ, C. L. Accounting and sustainable development: An exploration. *Accounting, Organizations and Society*, v. 39, n. 6, p. 395-413, 2014. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S036136821400004X>>. Acesso em: xx mês. 202x.
- 
- BEBBINGTON, J.; LARRINAGA-GONZÁLEZ, C.; MONEVA-ABADÍA, J. M. Legitimizing reputation/the reputation of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 21, n. 3, p. 371-374, 2008. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/09513570810863969>>. Acesso em: xx mês. 202x.
- 
- BEBBINGTON, J.; UNERMAN, J.; O'DWYER, B. *Sustainability Accounting and Accountability*. 2. ed. London: Routledge, 2014.
- 
- BLACKBURN, N. et al. A dialogical framing of AIS-SEA design. *International Journal of Accounting Information Systems*, v. 15, n. 2, p. 83-101, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.accinf.2013.10.003>>. Acesso em: xx mês. 202x.
- 
- BOIRAL, O. Accounting for the Unaccountable: Biodiversity Reporting and Impression Management. *Journal of Business Ethics*, v. 135, n. 4, p. 751-768, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10551-014-2497-9>>.
- 
- BOIRAL, O. Sustainability reports as simulacra? A counter-account of A and A+ GRI reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 26, n. 7, p. 1036-1071, 2013. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?issn=0951-3574&volume=26&issue=7&articleid=17097293&show=html>>. Acesso em: xx mês. 202x.
- 
- BRANCO, M. C.; DELGADO, C. Research on social and environmental accounting in Southern European countries. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, v. XXXVIII, n. Oct-Dic, p. 663-675, 2009.
- 
- BROWN, J. Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 20, n. 3, p. 313-342, 2009. Acesso em: xx mês. 202x.

BROWN, J.; FRAME, B. Democracy, Sustainability and Accounting Technologies: *The Potential of Dialogic Accounting*. n. June, 2016.

---

BUHR, N. A structuration view on the initiation of environmental reports. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 13, n. 1, p. 17-38, 2002. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1045235400904416>>. Acesso em: 28 set. 2015. Acesso em: xx mês. 202x.

---

BUIL-FABREGÁ, M. et al. Flipped classroom as an active learning methodology in sustainable development curricula. *Sustainability (Switzerland)*, v. 11, n. 17, 2019.

---

BUSCH, T.; JOHNSON, M.; PIOCH, T. Corporate carbon performance data: Quo vadis? *Journal of Industrial Ecology*, v. 26, n. 1, p. 350-363, 2022. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jiec.13008>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

CHO, C. H. et al. Organized hypocrisy, organizational façades, and sustainability reporting. *Accounting, Organizations and Society*, v. 40, p. 78-94, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2014.12.003>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

CHUA, W. F. Radical developments in accounting thought. *Accounting Review*, v. 61, p. 601-632, 1986. Disponível em: <<papers3://publication/uuid/9334E565-3833-4902-BE99-EBA3835A491A>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

CONTRAFATTO, M.; THOMSON, I.; MONK, E. A. Peru, mountains and los niños: Dialogic action, accounting and sustainable transformation. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 33, p. 117-136, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2015.04.009>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

COSENZA, J. P.; MAMEDE, E.; LAURENCEL, L. D. C. Análise dos fundamentos teóricos associados à pesquisa contábil na área ambiental. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 29, n. 1, p. 18-38, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/10359>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

DE CARVALHO FERREIRA, M. C. R. et al. A systematic review of literature about finance and sustainability. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, v. 6, n. 2, p. 112-147, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/20430795.2016.1177438>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

DEEGAN, C. The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 282-311, ago. 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/09513570210435852>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

DEEGAN, C. Twenty five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 43, p. 65–87, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.005>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

DIENES, D.; SASSEN, R.; FISCHER, J. What are the drivers of sustainability reporting? A systematic review. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 7, n. 2, p. 154-189, 2016.

---

DIETZ, S. et al. 'Climate value at risk' of global financial assets. *Nature Climate Change*, v. 6, n. 7, p. 676-679, 2016.

---

DILLARD, J. F.; BROWN, J. Agonistic Pluralism and Imagining CSEAR into the Future. *Social and Environmental Accountability Journal*, v. 32, n. 1, p. 3-16, 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0969160X.2012.656403>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

EUGÊNIO, T. C. P.; LOURENÇO, I. C.; MORAIS, A. I. Recent developments in social and environmental accounting research. *Social Responsibility Journal*, v. 6, n. 2, p. 286-305, 2010. Acesso em: xx mês. 202x.

---

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 32a ed. [S.l.]: Editora Paz e Terra, 2020.

---

GRAY, R. A re-evaluation of social, environmental and sustainability accounting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, v. 1, n. 1, p. 11-32, 3 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/20408021011059205>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

---

GRAY, R. Taking a Long View on What We Now Know About Social and Environmental Accountability and Reporting. *Issues in Social and Environmental Accounting*, v. 1, n. 2, p. 169-198, 2007. Disponível em: <<http://iiste.org/Journals/index.php/ISEA/article/view/899%5Cnhttp://iiste.org/Journals/index.php/ISEA/article/download/899/820>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

GRAY, R. et al. The Greening of Enterprise: na Exploration of the (NON) Role of Environmental Accounting and Environmental Accountants in Organizational Change. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 6, n. 3, p. 211-239, 1995. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235485710210>>. Acesso em: 28 set. 2015. Acesso em: xx mês. 202x.

---

GRAY, R. The social accounting project and Accounting Organizations and Society. Privileging engagement, imaginings, new accountings and pragmatism over critique? *Accounting, Organizations and Society*, v. 27, n. 7, p. 687-708, 2002. Acesso em: xx mês. 202x.

---

GRAY, R.; BRENNAN, A.; MALPAS, J. New accounts: Towards a reframing of social accounting. *Accounting Forum*, v. 38, n. 4, p. 258-273, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.accfor.2013.10.005>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

GRAY, R.; DILLARD, J.; SPENCE, C. Pesquisa em contabilidade social como se o mundo importasse: um ensaio sobre nostalgia e um novo absurdismo. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 17, n. 1, p. 120-133, 2013. Acesso em: xx mês. 202x.

---

GSIA. *Global Sustainable Investment Review 2020. Report*. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <[http://www.gsi-alliance.org/wp-content/uploads/2021/08/GSIR-20201.pdf#:~:text=This 2020 Global Sustainable Investment Review %28GSIR%29 is,on data as at the beginning of 20203.?msckid=7f3e9930c24511ec94e412ed13d80152](http://www.gsi-alliance.org/wp-content/uploads/2021/08/GSIR-20201.pdf#:~:text=This%20Global%20Sustainable%20Investment%20Review%20is,on%20data%20as%20at%20the%20beginning%20of%202023.?msckid=7f3e9930c24511ec94e412ed13d80152)>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

HAYNES, K. Accounting as gendering and gendered: A review of 25 years of critical accounting research on gender. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 43, p. 110-124, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.06.004>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

HEDDEN, M. K. et al. Teaching sustainability using an active learning constructivist approach: Discipline-specific case studies in higher education. *Sustainability (Switzerland)*, v. 9, n. 8, 2017.

---

HERREMANS, I. M.; NAZARI, J. A.; MAHMOUDIAN, F. Stakeholder Relationships, Engagement, and Sustainability Reporting. *Journal of Business Ethics*, v. 138, n. 3, p. 417-435, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1007/s10551-015-2634-0>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

HINOJO-LUCENA, F. J. et al. Incidence of the Flipped Classroom in the Physical Education Students' Academic Performance in University Contexts. *Sustainability*. [S.l.: s.n.] , 2018.

---

HOPWOOD, A. G. Whither Accounting Research? *The Accounting Review*, v. 82, n. 5, p. 1365-1374, 2007.

---

IPCC. Synthesis report of the IPCC sixth assessment report (AR6) – Summary for Policymakers. *An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, p. 36, 2023.

---

JOHNSON, N. et al. Stranded on a low-carbon planet: Implications of climate policy for the phase-out of coal-based power plants. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 90, p. 89-102, 2015.

---

KHLIF, H.; ACHEK, I. Gender in accounting research: a review. *Managerial Auditing Journal*, v. 32, n. 6, p. 627-655, 2017.

---

LOZANO-RODRÍGUEZ, A. et al. Competencies associated with Semestre i and its relationship to academic performance. *Higher Education, Skills and Work-Based Learning*, v. 10, n. 2, p. 387-399, jan. 2020.

---

MAHONEY, L. S. et al. A research note on standalone corporate social responsibility reports: Signaling or greenwashing? *Critical Perspectives on Accounting*, v. 24, n. 4-5, p. 350-359, 2013. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1045235412000998>>. Acesso em: 28 set. 2015.

---

MALSCH, B. Politicizing the expertise of the accounting industry in the realm of corporate social responsibility. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, n. 2, p. 149-168, 1 fev. 2013. Acesso em: xx mês. 202x.

---

MAROUN, W.; ATKINS, J. The emancipatory potential of extinction accounting: Exploring current practice in integrated reports. *Accounting Forum*, v. 42, n. 1, p. 102-118, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.accfor.2017.12.001>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

MARTINS, E. A. *Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica*. 2012. 283 f. Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:No+Title#0>>. Acesso em: 9 jan. 2015. Acesso em: xx mês. 202x.

---

MATHEWS, M. R. Twenty-Five Years of Social and Environmental Accounting Research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 10, n. 4, p. 481-531, 1997. Disponível em: <On File>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. C. R. Beyond market failures: the market creating and shaping roles of state investment banks. *Journal of Economic Policy Reform*, v. 19, n. 4, p. 305-326, out. 2016.

---

MENSI-KLARBACH, H. Gender in top management research. *Management Research Review*, v. 37, n. 6, p. 538-552, jan. 2014.

---

NCC. *The sustainable infrastructure imperative: financing for better growth and development*. . Washington, DC: [s.n.], 2016.

---

O'DWYER, B.; UNERMAN, J. Fostering rigour in accounting for social sustainability. *Accounting, Organizations and Society*, v. 49, p. 32-40, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2015.11.003>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

OECD/UNDP. OECD DAC Community of Practice on Private Finance for Sustainable Development OECD-UNDP IMPACT STANDARDS FOR FINANCING SUSTAINABLE DEVELOPMENT. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/744f982e-en>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

OWEN, R.; BRENNAN, G.; LYON, F. Enabling investment for the transition to a low carbon economy: government policy to finance early stage green innovation. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 31, p. 137-145, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cosust.2018.03.004>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

PARKER, L. D. Social and environmental accountability research: A view from the commentary box. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 18, n. 6, p. 842-860, 2005. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/10.1108/09513570510627739>>. Acesso em: 31 ago. 2014.

---

PATTEN, D. M. Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, v. 17, n. 5, p. 471-475, 1992.

---

POLZIN, F. Mobilizing private finance for low-carbon innovation – A systematic review of barriers and solutions. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v. 77, n. July 2016, p. 525–535, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.rser.2017.04.007>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

POPESCU, I. S.; HITAJ, C.; BENETTO, E. Measuring the sustainability of investment funds: A critical review of methods and frameworks in sustainable finance. *Journal of Cleaner Production*, v. 314, n. June, p. 128016, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.128016>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

PORTUGUEZ CASTRO, M.; GÓMEZ ZERMEÑO, M. G. Challenge based learning: Innovative pedagogy for sustainability through e-learning in higher education. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 10, 2020. Acesso em: xx mês. 202x.

---

PULVER, S. et al. *Frontiers in socio-environmental research: components, connections, scale*, v. 23, n. 3, 2018.

---

ROBERTS, L. et al. Biodiversity and extinction accounting for sustainable development: A systematic literature review and future research directions. *Business Strategy and the Environment*, v. 30, n. 1, p. 705-720, jan. 2021. Acesso em: xx mês. 202x.

---

RODRIGUE, M.; CHO, C. H.; LAINE, M. Volume and Tone of Environmental Disclosure: A Comparative Analysis of a Corporation and its Stakeholders. *Social and Environmental Accountability Journal*, v. 35, n. 1, p. 1-16, 2015.

---

RYAN, B.; SCAPENS, R. W.; THEOBOLD, M. Research Method and Methodology in Finance and Accounting. *Research Methods in Finance and Accounting*. 2a. ed. [S.l.]: South-Western, 2002.

---

SCHAEFER, A. et al. Mobilizing Sustainable Finance for Small and Medium Sized Enterprises: Reviewing Experience and Identifying Options in the G7. *United Nations Environment Programme*, n. 1-44, 2017.

---

SCHALTEGGER, S.; WAGNER, M. Integrative Management of Sustainability Performance, Measurement and Reporting. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2006. Disponível em: <<https://hal.science/hal-00278723>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

SIEW, R. Y. J. A review of corporate sustainability reporting tools (SRTs). *Journal of Environmental Management*, v. 164, p. 180-195, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2015.09.010>>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

SINAKOU, E. et al. Academics in the field of Education for Sustainable Development: Their conceptions of sustainable development. *Journal of Cleaner Production*, v. 184, p. 321-332, 2018.

---

SMITH, M. *Research Methods in Accounting*. London: SAGE Publications, 2003.

---

SPENCE, C.; CARQUÉS, F. H. H. Towards a Unifying Theory of Social and Environmental Reporting. 2006, Cardiff: [s.n.], 2006. p. 1-43. Disponível em: <[http://docs.google.com/viewer?url=http://www.cardiff.ac.uk/carbs/news\\_events/events/past/conferences/ipa/ipa\\_papers/00227.pdf](http://docs.google.com/viewer?url=http://www.cardiff.ac.uk/carbs/news_events/events/past/conferences/ipa/ipa_papers/00227.pdf)>. Acesso em: xx mês. 202x.

---

SPENCE, C.; HUSILLOS, J.; CORREA-RUIZ, C. Cargo cult science and the death of politics: A critical review of social and environmental accounting research. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 21, n. 1, p. 76-89, 2010. Disponível em: <<http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S1045235409001270>>. Acesso em: 28 set. 2015.

---

STRAYER, J. F. How learning in an inverted classroom influences cooperation, innovation and task orientation. *Learning Environments Research*, v. 15, n. 2, p. 171-193, 2012.

---

TURNER, B. L. et al. Socio-Environmental Systems (SES) Research: what have we learned and how can we use this information in future research programs. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 19, p. 160-168, 2016.

---

UNEP. *Global Trends in Renewable Energy Investment 2020*. Frankfurt: [s.n.], 2020.

---

UNEP. UNEP in 2022. *SMPTE Motion Imaging Journal*, p. 15, 2022.

---

UNERMAN, J.; BEBBINGTON, J.; O'DWYER, B. Corporate reporting and accounting for externalities. *Accounting and Business Research*, v. 48, n. 5, p. 497-522, 2018.

---

VEERASAMY, U.; JOSEPH, M. S.; PARAYITAM, S. Green Human Resource Management and Employee Green Behaviour: Participation and Involvement, and Training and Development as Moderators. *South Asian Journal of Human Resources Management*, p. 23220937221144360, jan. 2023.

---

VINNARI, E.; DILLARD, J. F. (ANT)agonistics: Pluralistic politicization of, and by, accounting and its technologies. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 39, p. 25-44, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.02.001>>. Acesso em: xx mês. 202x.

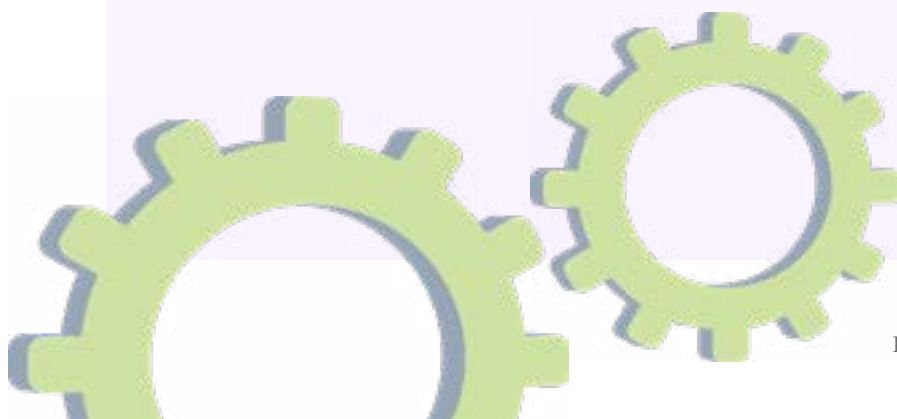
---

WALS, A. E. J.; JICKLING, B. "Sustainability" in higher education: from doublethink and newspeak to critical thinking and meaningful learning. *Higher Education Policy*, v. 15, n. 2, p. 121-131, 2002.

---

ZANCHET, A. *Ciência livre de valores?: uma abordagem epistemológica da pesquisa em contabilidade ambiental no Brasil*. 2014. 214 f. Universidade de São Paulo, 2014.

---





# Análise das publicações sobre educação financeira e alfabetização financeira entre 2015-2019

**A** pesar da educação financeira e da alfabetização financeira serem temas de grande relevância no cenário nacional e internacional, pouco se tem de análises quanto aos aspectos descritivos das publicações, bem como de características dessas publicações. Assim, o objetivo da presente pesquisa foi analisar a produção científica sobre educação financeira e alfabetização financeira nas bases Scopus e Web of Science publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2019. É caracterizada como qualitativa-descriptiva e utilizou-se do Methodi Ordinatio para classificar as publicações quanto ao seu impacto acadêmico, sendo os dados apresentados por meio de tabelas e gráficos. Nos resultados, o Brasil apareceu em destaque na produção de educação financeira, mas não apresentou o mesmo desempenho quanto às pesquisas de alfabetização financeira. Por fim, a produção sobre alfabetização financeira mundial apresenta superioridade de impacto e quantidade quando comparada à de educação financeira.

## Aline Oliveira de Souza

Graduanda em Administração pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), atualmente, é estagiária na Incubadora do Ifes. Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), participa do Projeto de Pesquisa: Comportamento Financeiro dos Alunos dos Cursos Superiores e Técnicos de uma Instituição Federal de Ensino. *E-mail: alineodesouza2002@gmail.com*

## Edison de Oliveira Alves

Graduando em Administração pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), participa do Projeto de Pesquisa: Comportamento Financeiro dos Alunos dos Cursos Superiores e Técnicos de uma Instituição Federal de Ensino. Participou do Programa de Extensão "Educação Financeira: aprenda a lidar com o seu dinheiro". *E-mail: edison.04alves@gmail.com*

## Lucas Marin Bessa

Mestre em Administração pela Fundação Instituto Capixaba e Pesquisas em Contabilidade Economia e Finanças (Fucape) e graduado na mesma área pelo Centro Universitário São Camilo. Pós-Graduado em Práticas Pedagógicas pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor) do Instituto Federal (Ifes), é doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Atualmente, é professor com dedicação exclusiva do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Coordena o Grupo de Pesquisa em Educação Financeira (GPEFin) e o Programa de extensão "Educação Financeira: aprenda a lidar com o seu dinheiro". *E-mail: lucasbes@gmail.com*

## 1. Introdução

Em um mundo marcado por rápidas mudanças em diversos setores, a produção acadêmica mostra-se como um instrumento fundamental para que assuntos do cotidiano sejam discutidos e analisados visando melhorias, seja para a vida das pessoas, seja para o desenvolvimento de uma economia. Dentre os diversos temas desenvolvidos, a área financeira destaca-se com produção nacional e internacional, tendo a educação financeira e a alfabetização financeira os termos de interesse do presente estudo.

Alinhado a isso, temos dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que mostram que o percentual de famílias brasileiras que relataram possuir dívidas, adquiridas de diversas formas de pagamento, atingiu 74,6% em outubro de 2021, dado superior ao de outubro de 2020, em que se registrou 66,5%. Assim, ao comparar os períodos, tem-se um aumento de 8,1 pontos percentuais, valor relevante, principalmente devido à baixa atividade industrial registrada em 2020 causada pelo novo coronavírus (CNC, 2021).

Dessa maneira, Potrich, Vieira e Kirch (2015) afirmam que atividades que promovam iniciativas e pesquisas sobre educação financeira, seja por meio de iniciativas desenvolvidas pelo poder público ou privado, tornam-se cada vez mais necessárias. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o termo educação financeira é conceituado como:

o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 5).

Assim, a educação financeira faz parte do processo de reflexão e desenvolvimento de conhecimentos financeiros e comportamentais, tendo como principal resultado esperado a melhoria do nível de alfabetização financeira. Por alfabetização financeira entende-se a combinação de conheci-

mento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira, no qual o indivíduo necessita obter o domínio dessas competências para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar seus resultados financeiros e bem-estar (ATKINSON; MESSY, 2012; OECD, 2013).

Estudos apontam que iniciativas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão têm papel fundamental para fomentar maiores discussões sobre as áreas de alfabetização financeira e educação financeira, principalmente quando apresentam resultados encontrados em seus experimentos (ATKINSON; MESSY, 2012; LINS; POESCHL, 2015; OCDE, 2005; OECD, 2013)

Assim, esta pesquisa objetivou analisar a produção científica sobre educação financeira e alfabetização financeira nas bases *Scopus* e *Web of Science*, principais bases internacionais de estudos científicos, publicados no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2019. Faz-se necessário realizá-la, haja vista a importância de publicações que realizem análises sobre a produção científica das mais diversas áreas do conhecimento, incluindo a educação financeira e a alfabetização financeira.

O estudo está dividido em introdução, materiais e métodos, resultados e discussão e considerações finais. Na introdução, buscou-se trazer os conhecimentos básicos sobre o tema. Nos materiais e métodos, discorreu-se quanto à metodologia e como foi realizado o mapeamento bibliográfico. Na parte relativa a resultados e discussão, os dados pesquisados foram apresentados por meio de gráficos e tabelas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.





“Assim, a educação financeira faz parte do processo de reflexão e desenvolvimento de conhecimentos financeiros e comportamentais, tendo como principal resultado esperado a melhoria do nível de alfabetização financeira.”

## 2. Materiais e métodos

A presente pesquisa é classificada como qualitativa-descritiva, ou seja, busca o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo descrever características de uma população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002).

Assim, foram realizadas pesquisas nas bases *Web of Science* e *Scopus*, no mês de setembro de 2020, com as palavras-chave “*financial education*”, em português educação financeira, e “*financial literacy*”, em português alfabetização financeira, utilizando o período de análise de janeiro de 2015 a dezembro de 2019, tipo de arquivo “artigos” e utilização de exportação *bibtex*.

Quando pesquisados estudos sobre educação financeira, “*financial education*”, foram encontrados 345 artigos na base *Web of Science* e 1.810 artigos na base *Scopus* que, após tabulação, verificou-se 248 duplicidades, excluídos 13 artigos com dados inconsistentes, totalizando 1.894 artigos para utilização na pesquisa.

Quando pesquisados estudos sobre alfabetização financeira, “*financial literacy*”, foram encontrados 956 artigos na base *Web of*



*Science* e 3774 artigos na base *Scopus* que, após tabulação, verificou-se 769 duplicidades, excluídos 36 com dados inconsistentes, totalizando 3.925 artigos.

Para análise dos dados, foram utilizados os programas *Microsoft Excel* e para o mapeamento bibliométrico o software *R*. Após, foram elaboradas tabelas e gráficos visando auxiliar a apresentação e discussão dos dados.

Entre os aspectos verificados, tem-se: o total de produção por ano

de publicação, autores mais atuantes, estudos mais citados, a produção por país, os principais periódicos, as universidades em que os pesquisadores estão afiliados e os estudos principais ranqueados pelo índice *Ordinatio* a partir do fator de impacto *JCR*, da base de dados *Web of Science*, e o *Citescore*, da base de dados *Scopus*.

Para o cálculo do índice *Ordinatio*, utilizou-se o seguinte parâmetro apontado por Pagani, Kovalski e Resende (2015):

$$In\ Ordinatio = FI/1000 + \alpha * [10 - (AnoPesq - AnoPub)] + \sum Ci$$

Sendo:

FI/1000 – Fator de Impacto no JCR e Citescore do periódico;  $\alpha$  - peso da contemporaneidade do tema; Anopesq – ano que pesquisa foi realizada; Anopub – ano de publicação do artigo;  $\Sigma Ci$  – somatório do número de citações do artigo.

Nesta pesquisa, utilizou-se de peso 1 para do fator de impacto, número de citações do artigo e contemporaneidade, acompanhando os experimentos de Pagani, Kowalski e Resende (2015).

### 3. Resultados e discussão

Para a apresentação dos resultados, foram utilizados gráficos e tabelas visando realizar descrição, comparação e análise dos dados, como apresentado na Figura 1:

#### 3.1 Produção por ano

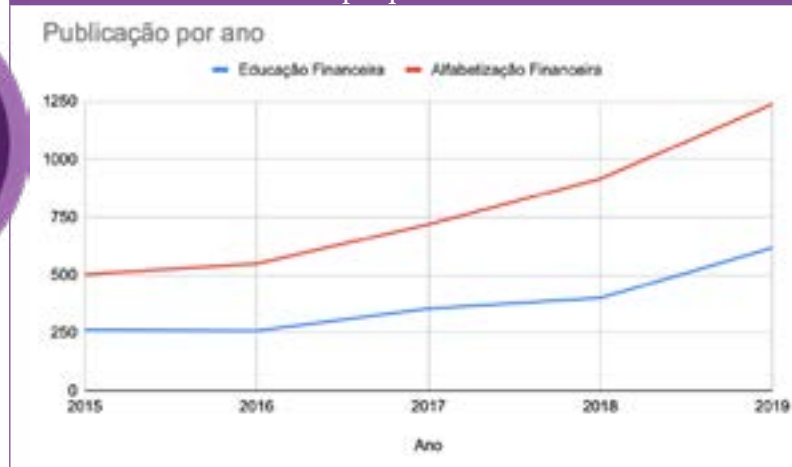
Ao pesquisar as palavras-chave “educação financeira” e “alfabetização financeira”, observa-se que o ano de 2019 foi o que mais apresentou publicações nessas áreas do

conhecimento, tendo aquelas um crescimento no período pesquisado, como apresentado no Gráfico 1.

Assim, ao analisar as palavras pesquisadas, observa-se que os estudos sobre alfabetização financeira apresentam superioridade de volume de publicação no período analisado, isso pode ser resultado da crescente produção de pesquisas sobre o assunto que visam incentivar produções na área de alfabetização financeira (ATKINSON; MESSY, 2012; LINS; POESCHL, 2015; OECD, 2013).



Figura 1 – Relação de publicação por ano e por palavra-chave pesquisada



Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases Web of Science e Scopus.

“Caracterizando a amostra dos 10 autores mais atuantes, existe uma maior publicação de trabalhos realizados por pesquisadoras mulheres. Em relação à localização dos pesquisadores, estes encontram-se principalmente em centros de pesquisas e universidades dos Estados Unidos. Destaca-se, nesta lista, a presença de um pesquisador do Brasil.”

### 3.2 Autores mais atuantes

Quando pesquisada a produção acadêmica de educação financeira, nota-se, na amostra de 10 autores mais atuantes, a autora Margaret Sherrard Sherraden, da *Washington University, em St. Louis*, com quinze artigos. Destaca-se a produção da professora brasileira Kelmara Mendes Vieira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com 9 artigos, como apresentado na Tabela 1.

Já quanto à alfabetização financeira, aparecem a autora Patricia Boyle, do *Rush University Medical Center*, de Chicago, com dezoito artigos publicados. Novamente, o único brasileiro que aparece na lista é a professora Kelmara Mendes Vieira, como visto na Tabela 2.

Destaca-se a autora Patricia Boyle com o maior número de publicações sobre alfabetização financeira. Porém, a autora não aparece na lista dos 10 mais citados quando pesquisada a palavra-chave educação financeira. Caracterizando a amostra dos 10 autores mais atuantes, existe uma maior publicação de trabalhos realizados por pesquisadoras mulheres. Em relação à localização dos pesquisadores, estes encontram-se principalmente em centros de pesquisas e universidades dos Estados Unidos. Destaca-se, nesta lista, a presença de um pesquisador do Brasil.

### 3.3 Produção por país

Ao analisar a quantidade de artigos escritos no período sobre educação financeira, destacam-se em primeiro lugar os Estados Unidos com 1.071 artigos, em segundo o Brasil com 118, como visto no Gráfico 2.

Tabela 1 - Autores que mais publicam e suas respectivas universidades (educação financeira)

Autores	Universidade	País	Artigos
Margaret Sherrard Sherraden	Washington University	Estados Unidos	15
Jing Jian Xiao	University of Rhode Island	Estados Unidos	12
Julie Birkenmaier	Saint Louis University	Estados Unidos	11
Terri Friedline	University of Michigan	Estados Unidos	11
Mohamad Fazli Sabri	Universiti Putra Malaysia	Malaysia	11
Annamaria Lusardi	George Washington University	Estados Unidos	10
Lei Yu	Rush University Medical Center, Chicago	Estados Unidos	10
David Bennett	Rush University Medical Center, Chicago	Estados Unidos	9
Soyeon Shim	University of Arizona	Estados Unidos	9
Kelmara Mendes Vieira	Universidade Federal de Santa Maria, RS	Brazil	9

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Tabela 2 - Autores que mais publicam e suas respectivas universidades (alfabetização financeira)

Autores	Universidade	País	Artigos
Patricia Boyle	Rush University Medical Center, Chicago	Estados Unidos	18
David Bennett	Rush University Medical Center, Chicago	Estados Unidos	16
Lei Yu	Rush University Medical Center, Chicago	Estados Unidos	16
Olivia S. Mitchell	University of Pennsylvania	Estados Unidos	14
Margaret Sherrard Sherraden	Washington University in St. Louis	Estados Unidos	14
Jinkook Lee	University of Southern California	Estados Unidos	13
Annamaria Lusardi	George Washington University	Estados Unidos	13
Mohamad Fazli Sabri	Universiti Putra Malaysia	Malaysia	13
Jing Jian Xiao	University of Rhode Island	Estados Unidos	13
Kelmara Mendes Vieira	Universidade Federal de Santa Maria, RS	Brazil	12

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Gráfico 2 - Publicações por país no período de 2015 a 2019 sobre educação financeira



Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.



Quanto à alfabetização financeira, os Estados Unidos se mantêm, também, em primeiro lugar com 1.849 publicações, apresentando hegemonia de publicação nas duas áreas pesquisadas, como apresentado no Gráfico 3.

Assim, há uma mudança nas colocações, visto que o Brasil, que se destaca na produção de educação financeira, não figura entre os dez primeiros que produzem estudos sobre alfabetização financeira.

### 3.4 Periódicos que mais publicam os temas

No que diz respeito aos periódicos, realizou-se o ranqueamento dos dez principais periódicos encontrados nas bases com publicações sobre os temas. Quando pesquisado sobre educação financeira, encontrou-se um total de 1.894 artigos publicados em periódicos. O *JOURNAL OF FINANCIAL COUNSELING AND PLANNING* aparece com maior número de publicações. Em seguida, o periódico *JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS* aparece com 54 artigos, como apresentado na Tabela 3.

Quando pesquisada alfabetização financeira, encontrou-se um total de 3.925 artigos. Dessas publicações, 70 foram publicadas no *JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS*. Em seguida, aparece o *JOURNAL OF FINANCIAL COUNSELING AND PLANNING*, com 59, como visto na Tabela 4. Pontua-se que esses periódicos apareceram como referências em número de publicações quando pesquisadas as duas palavras-chave.

Assim, 6 periódicos se repetem nas duas palavras-chave pesquisadas, o que pode estar relacionado pelo fato de autores colocarem as duas palavras-chave aqui pesquisadas no mesmo estudo, algo observado durante as pesquisas realizadas para este estudo.

Gráfico 3 - Publicações por país no período de 2015 a 2019 sobre alfabetização financeira



Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases Web of Science e Scopus.

Tabela 3 - Relação dos 10 periódicos que mais publicaram quando pesquisada a educação financeira

Ranking	Revistas	Número de artigos
1	JOURNAL OF FINANCIAL COUNSELING AND PLANNING	55
2	JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS	54
3	JOURNAL OF FAMILY AND ECONOMIC ISSUES	30
4	INTERNATIONAL JOURNAL OF CONSUMER STUDIES	27
5	INTERNATIONAL JOURNAL OF BANK MARKETING	25
6	MANAGERIAL FINANCE	25
7	JOURNAL OF EXTENSION	18
8	JOURNAL OF BEHAVIORAL AND EXPERIMENTAL FINANCE	15
9	FAMILY AND CONSUMER SCIENCES RESEARCH JOURNAL	14
10	JOURNAL OF ECONOMIC BEHAVIOR AND ORGANIZATION	14

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases Web of Science e Scopus.

Tabela 4 - Relação dos 10 periódicos que mais publicaram quando pesquisada a alfabetização financeira

Ranking	Revistas	Número de artigos
1	JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS	70
2	JOURNAL OF FINANCIAL COUNSELING AND PLANNING	59
3	JOURNAL OF FAMILY AND ECONOMIC ISSUES	51
4	INTERNATIONAL JOURNAL OF BANK MARKETING	49
5	INTERNATIONAL JOURNAL OF CONSUMER STUDIES	31
6	JOURNAL OF BEHAVIORAL AND EXPERIMENTAL FINANCE	30
7	JOURNAL OF ECONOMIC PSYCHOLOGY	26
8	FRONTIERS IN PSYCHOLOGY	25
9	INTERNATIONAL JOURNAL OF CIVIL ENGINEERING AND TECHNOLOGY	24
10	JOURNAL OF FINANCIAL SERVICES MARKETING	24

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases Web of Science e Scopus.

“Assim, 6 periódicos se repetem nas duas palavras-chave pesquisadas, o que pode estar relacionado pelo fato de autores colocarem as duas palavras-chave aqui pesquisadas no mesmo estudo, algo observado durante as pesquisas realizadas para este estudo.”

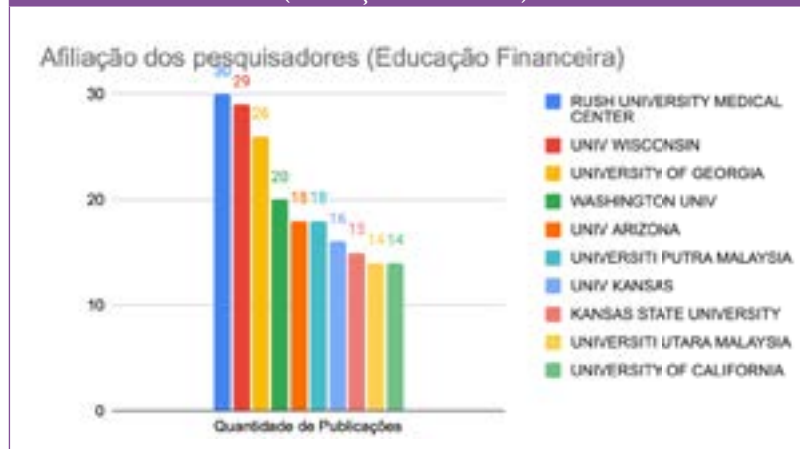
### 3.5 Universidades e pesquisadores afiliados

Quanto às universidades e aos centros de pesquisadas que publicaram artigos sobre educação financeira, destacam-se centros de estudos e universidades dos Estados Unidos e da Malásia. A *Rush University Medical Center*, um centro médico acadêmico, localizado em Chicago, Illinois, com 30 artigos publicados. A *University Wisconsin*, com 29 publicações de artigos, e a *University Of Georgia*, com 26, como apresentado no Gráfico 4.

Já sobre alfabetização financeira, duas universidades dos Estados Unidos aparecem no topo das publicações, sendo a *Rush University Medical Center*, com 52 e a *University Of California*, com 36 artigos publicados. Verificam-se autores afiliados na *University Putra Malaysia* e *Universiti Utara Malaysia*, com 25 artigos publicados cada de um total de 205 publicações da Malaysia, como apresentado no Gráfico 5.

Destaca-se que, nas duas palavras-chave pesquisadas, uma universidade da área de saúde foi a que mais produziu, principalmente relacionado à Psicologia, indicando a próxima relação apontada pelos autores (KAHNEMAN; TVERSKY, 1984; MOREIRA; TAMAYO, 1999; THALER, 2019; THALER; SUSTEIN, 2019) entre Psicologia, Economia e Finanças.

Gráfico 4 – Universidade e afiliação dos pesquisadores (educação financeira)



Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

Gráfico 5 - Universidade e afiliação dos pesquisadores (alfabetização financeira)



Fonte: elaborado pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

### 3.6 Estudos mais citados

Os principais artigos publicados com as palavras-chave buscadas, ranqueados pelo total de citações são apresentados abaixo. No que diz respeito à educação financeira, a autora Annamaria Lusardi aparece como uma das autoras de dois dos artigos com maior número de citações, sendo Lusardi e Tufano (2015), com um total de 144 citações, e Lusardi, Michaud e Mitchell (2017), com 97 citações, como apresentado na Tabela 5.

Quanto à palavra-chave alfabetização financeira, verifica-se, em relação ao total de citações, que a autora Annamaria Lusardi, Lusardi e Tufano (2015) apresenta 170 citações em seu artigo de 2015. Em segundo lugar, aparece como um dos autores Gijbert Stoet e Geary, Stoet e Geary (2018), com um total de 148 citações; e, em terceiro lugar, a autora Vanessa S. Tchamyou, com 121 citações Tchamyou (2017), como apresentado na Tabela 6.

Por fim, pode-se inferir que o total de trabalhos citados referentes à alfabetização financeira foi maior do que o de educação financeira no período 2015 a 2019. Quando verificados os 10 primeiros estudos com maior número de citações sobre o assunto no período analisado, a autora Annamaria Lusardi apresentou um maior número de citações, demonstrando seu destaque nas áreas e período pesquisados, aparecendo em dois estudos.

**Tabela 5 - Artigos mais citados sobre educação financeira**

Autor e ano	Nome	Ano	Total de citações
Lusardi e Tufano(2015)	Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness	2015	144
Lusardi, Michaud e Mitchell (2017)	Optimal Financial Knowledge and Wealth Inequality	2017	97
Allgood e Walstad(2016)	The effects of perceived and actual financial literacy on financial behaviors	2016	89
Calcagno e Monticone(2015)	Financial literacy and the demand for financial advice	2015	86
Chuang e Schechter (2015)	Stability of experimental and survey measures of risk, time, and social preferences: A review and some new results	2015	76
Agarwal et al. (2015)	Regulating Consumer Financial Products: Evidence from Credit Cards	2015	75
Buckley e Doyle (2017)	Individualising gamification: An investigation of the impact of learning styles and personality traits on the efficacy of gamification using a prediction Market	2017	74
Almenberg e Dreber (2015)	Gender, stock market participation and financial literacy	2015	69
Bryggen et al.(2017)	Financial well-being: A conceptualization and research agenda	2017	68
Leong et al.(2017)	Nurturing a FinTech ecosystem: The case of a youth microloan startup in China	2017	63

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

**Tabela 6 - Artigos mais sobre alfabetização financeira**

Autor e ano	Nome	Ano	Total de citações
Lusardi e Tufano(2015)	Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness	2015	170
Stoet e Geary (2018)	The Gender-Equality Paradox in Science, Technology, Engineering, and Mathematics Education	2018	148
Tchamyou(2017)	The Role of Knowledge Economy in African Business	2017	121
Lathan, Cronin, Tucker-Seeley, Zafar, Ayanian e Schrag(2016)	Association of Financial Strain With Symptom Burden and Quality of Life for Patients With Lung or Colorectal Cancer	2016	107
Cohn et al.(2015)	Evidence for Countercyclical Risk Aversion: An Experiment with Financial Professionals	2015	102
Gielnik, Frese, Kahara-kawuki, Katono, Kyejusa, Ngoma, Munene, Namatovu-Dawa, Nansubuga, Orobina, Oyugi, Sejjaaka, Sserwanga, Walter, Bischoff e Dlugosch (2015)	Action and Actionregulation in Entrepreneurship: Evaluating a Student Training for Promoting Entrepreneurship	2015	93
Von(2015)	How Does Household Portfolio Diversification Vary with Financial Literacy and Financial Advice?	2015	91
Garca-Lamarca e Kaika (2016)	'Mortgaged lives': the biopolitics of debt and housing financialisation	2016	91
Gabor e Brooks(2017)	The digital revolution in financial inclusion: international development in the fintech era	2017	79
Zingales(2015)	Presidential Address: Does Finance Benefit Society?	2015	76

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.



### 3.7 Impacto acadêmico das publicações

Utilizando-se do *Methodi Ordinatio* para elencar as pesquisas que mais impactaram sobre educação financeira e alfabetização financeira, abaixo são apresentados os resultados encontrados. Observa-se que esse método contempla o nível de impacto da publicação, o ano de publicação e o total de citações realizadas, como descrito na metodologia, tendo como base o *JCR*, base *Web of Sciece*, e *Scopus*, base *Citescore*. As tabelas a seguir apresentam os 10 artigos com maior índice (*Ordinatio*) com relação ao total de artigos ranqueados por educação financeira, Tabela 7, e Alfabetização Financeira, Tabela 8.

Pontua-se que somente dois artigos se repetem nas tabelas, o artigo escrito por Lusardi e Tufano (2015) e o outro artigo de Hertwig e Grune-Yanoff (2017).

Sobre a pesquisa quanto à educação financeira, observa-se Lusardi e Tufano (2015), que apresentou maior índice (*Ordinatio*), tendo índice 149 no período analisado. Quanto à alfabetização financeira, o mesmo estudo apresentou maior índice, 175. Também, ao analisar as duas tabelas, o estudo dos autores Hertwig e Grune-Yanoff (2017) aparece na última colocação do *ranking* de destaque de educação financeira, com índice de 79,49, e na área de alfabetização financeira, com 92,49.

Tabela 7 - Educação Financeira – Methodi Ordinatio

Autor	Título	Revista	Vezes Citado	Ano	Índice
Lusardi e Tufano(2015)	Debt Literacy Financial Experiences and Overindebtedness	Journal of Pension Economics \& Finance	144	2015	149,00
Lusardi, Michaud e Mitchell (2017)	Optimal Financial Knowledge and Wealth Inequality	Journal of Political Economy	97	2017	112,80
Agarwal, Chomsisengphet, Mahoney e Stroebel(2015)	Regulating Consumer Financial Products Evidence from Credit Cards	Quarterly Journal of Economics	75	2015	97,04
Allgood e Walstad(2016)	The Effects of Perceived and Actual Financial Literacy on Financial Behaviors	Economic Inquiry	89	2016	96,79
Calcagno e Monticone(2015)	Financial Literacy and the Demand for Financial Advice	Journal of Banking and Finance	86	2015	92,90
Buckley e Doyle(2017)	Individualising Gamification an Investigation of The Impact of Learning Styles and Personality Traits on The Efficacy of Gamification Using a Prediction Market	Computers and Education	74	2017	87,35
Chuang e Schechter(2015)	Stability of Experimental and Survey Measures of Risk Time and Social Preferences a Review and Some New Results	Journal of Development Economics	76	2015	84,82
Brggen, Hogreve, Holmlund, Kabadayi e Ifgren(2017)	Financial Wellbeing a Conceptualization and Research Agenda	Journal of Business Research	68	2017	81,89
Leong, Tan, Xiao, Tan e Sun (2017)	Nurturing a Fintech Ecosystem, The Case of a Youth Microloan Startup in China	International Journal of Information Management	63	2017	81,16
Hertwig e Grune-Yanoff(2017)	Nudging and Boosting Steering or Empowering Good Decisions	Perspectives on Psychological Science	61	2017	79,49

Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.



No geral, a pontuação do índice (Ordinatio), quando pesquisada a palavra-chave alfabetização financeira, apresentou valores superiores ao de educação financeira, visto o maior impacto dessas publicações, o maior número de citações realizadas, dentre outros fatores computados pelo indicador.

Quanto à publicação de autores brasileiros, no que se refere ao seu impacto acadêmico, nenhum apareceu no *ranking*, demonstrando a necessidade de mais artigos serem publicados, mais incentivo para melhoria dos periódicos brasileiros, principalmente quanto ao cadastro nas plataformas de maior relevância mundial, como a *Web of Science* e *Scopus*, bem como a necessidade de publicações em língua estrangeira.

#### 4. Considerações finais

Após a realização dos mapeamentos bibliométricos, observou-se que a produção científica da área de alfabetização financeira se apresenta consideravelmente maior do que a produção de educação financeira dentre os artigos publicados nas bases *Web of Science* e *Scopus* no período 2015 a 2019. Também, tem-se que há uma crescente produção nos dois assuntos no período analisado.

Outro ponto observado foi a superioridade apresentada pelos Estados Unidos relacionada a publicações científicas nas duas áreas, sendo que o Brasil aparece em segundo lugar quanto à educação financeira, mas não aparece dentre os 10 primeiros, quando buscado o termo alfabetização financeira, o que leva à ne-

Tabela 8 - Alfabetização financeira – Methodi Ordinatio

Autor	Título	Revista	Vezes Citado	Ano	Índice
Lusardi e Tufano(2015)	Debt Literacy Financial Experiences and Overindebtedness	Journal of Pension Economics and Finance	170	2015	176,00
Stoet e Geary(2018)	The Gender Equality Paradox in Science Technology Engineering and Mathematics Education	Psychological Science	148	2018	163,24
Lathan, Cronin, Tucker-Seeley, Zafar, Ayanian e Schrag(2016)	Association of Financial Strain with Symptom Burden and Quality of Life for Patients with Lung or Colorectal Cancer	Journal of Clinical Oncology	107	2016	147,18
Tchamy(2017)	The Role of Knowledge Economy in African Business	Journal of The Knowledge Economy	121	2017	129,70
Cohn, Engelmann, Fehr e Marchal(2015)	Evidence for Countercyclical Risk Aversion an Experiment with Financial Professionals	American Economic Review	102	2015	114,83
Von(2015)	How Does Household Portfolio Diversification Vary with Financial Literacy and Financial Advice	Journal Of Finance	91	2015	104,56
Garca-Lamarca e Kaika(2016)	Mortgaged Lives the Biopolitics Of Debt and Housing Financialisation	Transactions of The Institute of British Geographers	91	2016	102,36
Gielnik, Frese, Kahara-Kawuki, Katono, Kyejjusa, Ngoma, Munene, Namatovu-Dawa, Nansubuga, Orobia, Oyugi, Sejaaka, Sserwanga, Walter, Bischoff e Dlugosch (2015)	Action and Actionregulation In Entrepreneurship Evaluating A Student Training for Promoting Entrepreneurship	Academy of Management Learning and Education	93	2015	101,15
Campos, Frese, Goldstein, Iacovone, Johnson, Mckenzie e Mensmann (2017)	Teaching Personal Initiative Beats Traditional Training in Boosting Small Business in West Africa	Science	43	2017	93,57
Hertwig e Grune-Yanoff t (2017)	Nudging and Boosting Steering or Empowering Good Decisions	Perspectives on Psychological Science	74	2017	92,49

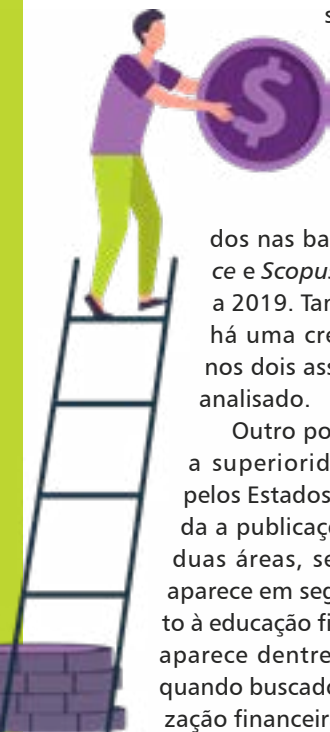
Fonte: elaborada pelos autores a partir das pesquisas realizadas nas bases *Web of Science* e *Scopus*.

cessidade do desenvolvimento de mais iniciativas de ensino, pesquisa e extensão no país nessas áreas.

Além disso, destaca-se a importância de se continuar pesquisando nas áreas de Educação Financeira e Alfabetização Financeira, principalmente nos países que ainda aparecem com poucos estudos no ranqueamento realizado, entre eles o Brasil. Também, indica-se a extensão do período de análise para fu-

turos estudos visando conhecer as publicações realizadas, seja antes de 2015 ou posterior a 2019.

Por fim, destaca-se o caráter interdisciplinar das publicações de educação financeira e de alfabetização financeira observado durante o desenvolvimento do presente estudo, tendo como destaque as pesquisas realizadas integrando as áreas de Psicologia, Economia e Finanças.





## Referências

AGARWAL, S. et al. Regulating Consumer Financial Products: EVIDENCE FROM CREDIT CARDS. *The Quarterly Journal of Economics*, n. April. DOI: 111-164, 2015. 10.1093/qje/qju037. Disponível em: <<https://EconPapers.repec.org/RePEc:oup:qjecon:v:130:y:2015:i:1:p:111-164>>. Acesso: out. 2020.

ALLGOOD, S.; WALSTAD, W. B. The effects of perceived and actual financial literacy on financial behaviors. *Economic Inquiry*, v. 54, n. 1, p. 675-697, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/ecin.12255>. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ecin.12255>>. Acesso em: out. 2020.

ALMENBERG, J.; DREBER, A. Gender, stock market participation and financial literacy. *Economics Letters*, v. 137, p. 140-142, 2015. DOI: 10.1016/j.econlet.2015.10.009. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/eee/ecolet/v137y2015icp140-142>>. Acesso em: out. 2020.

ATKINSON, A. MESSY, F. Measuring financial literacy: results of the OECD/International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*. Paris. OECD Publishing, n. 15, Apr. 2012. Disponível em: <<https://www.oecdilibrary.org/docserver/5k9cfs90fr4-en.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

BRÜGGEN, E. C. et al. Financial well-being: A conceptualization and research agenda. *Journal of Business Research*, v. 79, p. 228-237, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.03.013>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0148296317301005?via%3Dihub>>. Acesso em: out. 2020.

BUCKLEY, P.; DOYLE, E. Individualising gamification: An investigation of the impact of learning styles and personality traits on the efficacy of gamification using a prediction market. *Computers and Education*, v. 106, p. 43-55, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2016.11.009>. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S036013151630238X?via%3Dihub>>. Acesso em: out. 2020.

CALCAGNO, R.; MONTICONE, C. Financial literacy and the demand for financial advice. *Journal of Banking and Finance*, v. 50, p. 363-380, 2015. DOI: 10.1016/j.jbankfin.2014.03.013. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/eee/jbfina/v50y2015icp363-380.html>>. Acesso em: out. 2020.

CAMPOS F; FRESE M; GOLDSTEIN M; IACOVONE L; JOHNSON H; MCKENZIE D; MENSMMANN M. Teaching personal initiative beats traditional training in boosting small business in West Africa. *Science*. DOI: 10.1126/science.aan5329. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/357/6357/1287>. Acesso em: out. 2020.

CHUANG, Y.; SCHECHTER, L. Stability of experimental and survey measures of risk, time, and social preferences: A review and some new results. *Journal of Development Economics*, v. 117, p. 151-170, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2015.07.008> Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0304387815000875>>. Acesso em: out. 2020.

CNC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. *Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC)*, outubro de 2021. Disponível em: <<http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-outubro-1>>. Acesso em: dez. 2021.

COATES, V. FAROOQUE, M. KLAVANS, R. LAPID, K. LINSTONE, H. A. PISTORIUS, C. & PORTER, A. L. On the future of technological forecasting. *NorthHolland: Elsevier Science*, 2001. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0040-1625\(00\)](https://doi.org/10.1016/S0040-1625(00)). Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0040162500001220>>. Acesso em: out. 2020.

COHN, A. et al. Evidence for countercyclical risk aversion: an experiment with financial professionals. *American Economic Review*, v. 105, n. 2, p. 860-885, 2015. DOI: 10.1257/aer.20131314. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/aea/aereqv/v105y2015i2p860-85.html>>. Acesso em: out. 2020.

DELAVANDE, A; ROHWEDDER, S; WILLIS, Robert J. Preparation for retirement, financial literacy and cognitive resources. september, 2008. *Michigan Retirement Research Center Research Paper* No. 2008-190. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/mrr/papers/wp190.html>>. Acesso: nov. 2020.

GABOR, D.; BROOKS, S. The digital revolution in financial inclusion: international development in the fintech era. *New Political Economy*, v. 22, n. 4, p. 423-436, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/13563467.2017.1259298>. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13563467.2017.1259298>>. Acesso em: out. 2020.

GARCÍA-LAMARCA, M.; KAIKA, M. 'Mortgaged lives': the biopolitics of debt and housing financialisation. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 41, n. 3, p. 313-327, 2016. DOI: 10.1111/tran.12126. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4957281/>>. Acesso em: out. 2020.

GIELNIK M; FRESE M; KAHARA-KAWUKI A; KATONO I; KYEJUSA S; NGOMA M; MUNENE J; NAMATOVU-DAWA R; NANSUBUGA F; OROBIA L; OYUGI J; SEJJAAGA S; SSERWANGA A; WALTER T; BISCHOFF K; DLUGOSCH T. Action and action regulation in entrepreneurship evaluating a student training for Promoting entrepreneurship. *Perspectives on Psychological Science*. DOI: 10.5465/aml.2012.0107. Disponível em: <https://journals.aom.org/>. Acesso em: out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERTWIG R; GRNE-YANOFF T. Nudging and boosting steering or empowering good decisions. *Perspectives on Psychological Science*. DOI: 10.1177/1745691617702496. Disponível em: <https://www.dirkwulff.org/literature/GoodChoices/HertwigGruene-Yanoff2017.pdf>. Acesso em: out. 2020.

LATHAN, C. S. et al. Association of financial strain with symptom burden and quality of life for patients with lung or colorectal cancer. *Journal of Clinical Oncology*, v. 34, n. 15, p. 1732-1740, 2016. Disponível em: <<https://ascopubs.org/doi/abs/10.1200/JCO.2015.63.2232>>. Acesso em: out. 2020.

LEONG, C. et al. Nurturing a fintech ecosystem: the case of a youth microloan startup in China. *International Journal of Information Management*, v. 37, n. 2, p. 92-97, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2016.11.006>>. Acesso em: out. 2020.

LINS, S. L. B.; POESCHL, G. Gastar dinheiro em roupas no shopping: os significados de "comprar" para adolescentes brasileiros e portugueses. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 2, p. 00122-0. Disponível em: <355-369, 2015. DOI: 10.9788/TP2015.2-06. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n2/v23n2a08.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

LUSARDI, A.; MICHAUD, Pierre-Carl; MITCHELL, O. Optimal financial knowledge and wealth inequality. *Journal of Political Economy*, v. 125, n. 2, p. 431-477. DOI: 201710.1086/690950. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/690950>>. Acesso em: out. 2020.

MOREIRA, A.; TAMAYO, Á. Escala de significado do dinheiro: The meaning of moneysScale: development and validation. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1999. v. 15, n. 2, p. 93-105. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37721999000200002>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

OECD. Financial literacy and inclusion: results of OECD/INPE survey across countries and by gender. *Financial Literacy & Education: Russia trust fund*. n. June, p. 1-175, 2013. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013\\_OECD\\_INFE\\_Fin\\_Lit\\_and\\_Incl\\_SurveyResults\\_by\\_Country\\_and\\_Gender.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf)>. Acesso em: out. 2020.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. *Scientometrics*, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015. Disponível em: <<https://link.springer.com.ez120.periodicos.capes.gov.br/content/pdf/10.1007/s11192-015-1744-x.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2020.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1808057x201501040>>. Acesso em: out. 2020.

STOET, G.; GEARY, D. C. The gender-equality paradox in science, technology, engineering, and mathematics education. *Psychological Science*, v. 29, n. 4, p. 581-593, 2018. DOI: 10.1177/0956797617741719. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/323197652>>. Acesso em: out. 2020.

TCHAMYOU, V. S. The Role of Knowledge Economy in african business. *Journal of the Knowledge Economy*, v. 8, n. 4, p. 1189-1228, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s13132-016-0417-1>. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1007/s13132-016-0417-1#citeas>>. Acesso em: out. 2020.

THALER, R. H. *Misbehaving: A construção da economia comportamental*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

THALER, R. H.; SUSTEIN, C. R. *Nudge: como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

VON GAUDECKER, H. M. How does household portfolio diversification vary with financial literacy and financial advice? *Journal of Finance*, v. 70, n. 2, p. 489-507, 2015. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/43611039>>. Acesso em: out. 2020.

ZINGALES, L. Presidential Address: Does Finance Benefit Society? *Journal of Finance*, v. 70, n. 4, p. 1327-1363, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/jofi.12295>>. Acesso em: out.2020.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. Choices, values, and frames. *American Psychologist*, v. 39, n. 4, p. 341-350, 1984. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/44ea/b3013cb6c63a534570994c9cffe3935ec7ed.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

